

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

**ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO**

**URBANIZAÇÃO, PODER E PRÁTICAS RELATIVAS À MORTE NO SUL DA  
BAHIA, 1880-1950**

**SALVADOR – BAHIA**

**2008**

**ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO**

**URBANIZAÇÃO, PODER E PRÁTICAS RELATIVAS À MORTE NO SUL DA  
BAHIA, 1880-1950**

Tese apresentada, para obtenção do título de  
doutor em História, à Universidade Federal da  
Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Bellini

**SALVADOR - BAHIA**

**2008**

## FICHA BIBLIOGRÁFICA

Ribeiro, André Luiz Rosa

Urbanização, poder e práticas relativas á morte no sul da Bahia, 1880-1950.

André Luiz Rosa Ribeiro.- Salvador: FFCH / UFBA, 2008.

xiv p, 281 f: Il: 31 cm

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Bellini

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia / Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

Ref. Bibliográficas: fls 274-280.

1.Urbanização. - 2. Poder. 3. Morte. 4. Região Cacaueira. 5.Bahia.

I. Bellini, Lígia. II. Universidade Federal da Bahia. FFCH, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**ANDRÉ LUIZ ROSA RIBEIRO**

**URBANIZAÇÃO, PODER E PRÁTICAS RELATIVAS À MORTE NO SUL DA  
BAHIA, 1880-1950**

---

**Profa. Dra. Lígia Bellini – UFBA (Orientadora)**

---

**Prof. Dr. George Evergton Sales Souza – UFBA**

---

**Profa. Dra. Elaine Figueira Norberto Silva – UFBA**

---

**Profa. Dra. Janete Ruiz de Macêdo – UESC**

---

**Prof. Dr. Jorge de Souza Araújo - UEFS**

À

Alice Dória,  
Baísa Nora,  
Janete Macedo e  
Lígia Bellini

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, pela oportunidade da realização do Curso, em especial à Profa. Maria Hilda Paraíso, mestra e amiga.

Aos colegas e alunos do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz, pelo apoio e profícuo convívio acadêmico.

À Professora Lígia Bellini, pela ajuda imprescindível a este trabalho. A mim parece que o termo orientadora, quando a ela aplicado, alcança um significado maior do que a mera formalidade existente na relação entre aluno e professora. A comprovada competência profissional alia-se ao talento nato de fazer-se admirada, mesmo a cada necessária crítica. Portanto, quero deixar aqui registrado o meu imenso respeito e minha eterna amizade.

Aos Professores Evergton Sales Souza, Elaine Norberto Silva, Janete Ruiz de Macêdo e Jorge de Souza Araújo, pela participação na banca de doutoramento.

Ao Professor e amigo Durval França Filho, pelo auxílio na pesquisa do acervo cemiterial de Canavieiras.

Às equipes do CEDOC, da EDITUS e da Gráfica da Universidade Estadual de Santa Cruz, pelo apoio na impressão e diagramação deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público da Bahia, em Salvador; do Fórum Epaminondas Berbert de Castro, do Arquivo Público Municipal e da Cúria Diocesana, em Ilhéus; e da Santa Casa de Misericórdia, em Itabuna, pela preciosa colaboração.

À Professora e prima Patrícia Argôlo Rosa, pelo auxílio na tradução dos textos em língua inglesa e pelo incentivo constante.

Aos meus irmãos Anna Lívia e Paulo de Tarso, pela fraternidade que nos une.

À Guilherme e Ruy, pelos laços filiais que me fortalecem.

*A vida dos mortos está na memória dos vivos.*

Cícero.

## **URBANIZAÇÃO, PODER E PRÁTICAS RELATIVAS À MORTE NO SUL DA BAHIA, 1880-1950**

### **RESUMO**

Esta tese se propõe centralmente compreender práticas e representações relativas à morte na região Sul da Bahia, de 1880 a 1950, relacionando-as com o quadro social, econômico e político no contexto de emergência, florescimento e início do declínio da lavoura cacaueteira. Enfoca em especial os mecanismos baseados nas relações familiares e nas práticas de construção de memória, utilizados na afirmação do poder de determinados grupos. A região cacaueteira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação, patrocinada por membros de suas elites, de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências, agrupados em núcleos familiares e políticos. As motivações e mecanismos da constituição de tal memória podem ser observados em fontes como os jornais, mas também na literatura, nos edifícios e equipamentos urbanos, e nos ritos, arquitetura e iconografia associados à morte. Os cemitérios urbanos e rurais localizados nos municípios de Ilhéus, Canavieiras e Itabuna expressam as mudanças históricas por que passou a sociedade regional no campo econômico e cultural. A importância que os grupos de cunho familiar e político atribuíram à consagração dos seus membros nos funerais contribuiu para a consolidação das linhagens regionais, fazendo de cada ritual de enterramento e jazigo perpétuo um capital simbólico relevante para o exercício do poder local.

**Palavras-chave:** Urbanização; Poder; Morte; Região Cacaueteira; Bahia

**URBANIZATION, POWER AND PRACTICES RELATED TO DEATH IN  
SOUTHERN BAHIA, 1880-1950**

**ABSTRACT**

This study is mainly concerned with practices and representations associated with death in Southern Bahia, from 1880 to 1950. It attempts to relate them to the social, economic and political context in the period of emergence, flourishing and early decline of the cocoa farming. It focuses on power mechanisms based on family relationships and on the construction of a particular memory for the region. The South of Bahia had its identity constituted through a memory, sponsored by a section of its elites, that recalls its origins as an agricultural frontier area, opened by people of different provenances, assembled in family and political groups. The motivations and mechanisms involved in the constitution of such memory emerge from sources such as newspapers, literature, buildings and urban equipments, as well as from rites, architecture and iconography related to death. The urban and rural cemeteries located in Ilhéus, Canavieiras and Itabuna express the historical changes in the regional society regarding the economy and culture. The importance that the family and political groups attributed to the consecration of their members in funerals has contributed to the lineages' consolidation, implying that each burial ritual and tomb was indeed a symbolic capital relevant to the exercise of local power.

**Key Words:** Urbanization; Power; Death; Cocoa Region; Bahia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupo de suíços e brasileiros exportadores de cacau.....	57
Figura 2- Matriz Nova de São Jorge.....	71
Figura 3- Igreja de Nossa Senhora da Vitória .....	73
Figura 4- Planta da vila de São Jorge dos Ilhéus de 1852 .....	80
Figura 5 – Intendência Municipal de Ilhéus .....	86
Figura 6- Antiga estação ferroviária de Ilhéus .....	94
Figura 7- Antigo porto de Ilhéus .....	94
Figura 8- Antiga Igreja de São Sebastião .....	101
Figura 9- Catedral de São Sebastião.....	101
Figura 10 - Residência urbana do coronel Henrique Alves.....	109
Figura 11 – Sede da Fazenda Sempre-Viva.....	110
Figura 12- Antiga Rua da Lama – década de 1930 .....	111
Figura 13- Inauguração do calçamento da antiga Rua do Bury .....	112
Figura 14- Praça Olinto Leone .....	114
Figura 15- Planta do centro da cidade de Itabuna .....	115
Figura 16 – Coronel Basílio Francisco de Oliveira .....	121
Figura 17– Aniversário de Maria José Kruschewsky Badaró .....	122
Figura 18 – Cruz de mármore sobre coluna .....	191
Figura 19- Convite da missa de 30º- dia de falecimento .....	209
Figura 20- Membros das famílias Pessoa e Castro.....	210
Figura 21- Coronel Misael Tavares .....	213
Figura 22- ACOR: Túmulos em forma de torre .....	229
Figura 23- ACOR: Cemitério da fazenda Cordilheira.....	230

Figura 24– AEFR: Túmulo com torre sineira em alvenaria .....	240
Figura 25– ASCM: Túmulo em alvenaria .....	240
Figura 26- ASCM: Túmulo com painel fotográfico .....	244
Figura 27 – ANSV: imagem da desolação em mármore .....	251
Figura 28 – ANSV: imagem da desolação em bronze .....	251
Figura 29 – ACAN: Anjo alado adulto em mármore sobre pedestal.....	252
Figura 30 – ANSV: Anjo alado infantil em mármore sobre pedestal .....	253
Figura 31 - ASCM: Imagem em bronze de Nossa Senhora .....	254
Figura 32- ANSV: Imagem em bronze de Santo Antônio de Pádua.....	254
Figura 33 – ANSV: Imagens antropomórfica e zoomórfica em mármore .....	257
Figura 34- ANSV: Painel em bronze com figuras antropomórfica.....	258
Figura 35– ANSV: Painel em bronze .....	259
Figura 36 - ANSV: Painel em bronze.....	259
Figuras 37 – ASCM: Túmulo do coronel Henrique Alves .....	260
Figura 38 – ASCM: Túmulo do coronel Henrique Alves .....	260
Figura 39- ASCM: Imagens antropomórficas em bronze (Detalhes).....	260
Figura 40- ASCM: Imagens antropomórficas em bronze (Detalhes).....	260
Figura 41 - ASCM: Túmulo de Anacleto Alves.....	261
Figura 42- ASCM: Túmulo do coronel Tertuliano Pinho .....	261
Figura 43- ANSV: Túmulo do coronel Gabino Kruschewsky .....	263
Figura 44- ASCM: Túmulo do coronel Paulino Vieira .....	263
Figura 45 – ANSV: Guirlanda e ampulheta alada em argamassa .....	264
Figura 46 - ANSV: Cabeça alada em argamassa.....	265

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1– População das capitâneas da Bahia e Ilhéus (1724) .....	22
Tabela 2– Exportação de cacau em toneladas (1830-1890) .....	43
Tabela 3– Produtos exportados do município de Ilhéus (1866-1867).....	47
Tabela 4- Número de propriedades voltadas para a produção agrícola associada nos municípios de Ilhéus e Canavieiras .....	48
Tabela 5- Número de propriedades voltadas para a produção agrícola isolada nos Municípios de Ilhéus e Canavieiras.....	48
Tabela 6- Formas de aquisição das propriedades rurais .....	48
Tabela 7- Propriedades rurais de estrangeiros.....	49
Tabela 8- Estações e Paradas da Ferrovia / Propriedades Rurais.....	97
Tabela 9- Procedência e nomes de famílias que migraram para o município de Itabuna .....	106
Tabela 10- Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas .....	176
Tabela 11- Ocupação dos mortos do sexo feminino em anúncios fúnebres por décadas.....	177
Tabela 12- Causas de morte em anúncios fúnebres por décadas.....	185
Tabela 13- Causas de morte em registros de óbitos por décadas .....	186
Tabela 14- Qualificativos dos mortos do sexo masculino nos anúncios fúnebres por década.....	200
Tabela 15- Qualificativos dos mortos do sexo feminino nos anúncios fúnebres por década.....	201
Tabela 16 – Área ocupada pelos túmulos por décadas .....	238
Tabela 17 – Área ocupada pelos Túmulos por cemitério isolado.....	238
Tabela 18 – Produção de cacau na Bahia por décadas .....	239
Tabela 19- Material dos túmulos por décadas .....	241
Tabela 20- Relações de parentesco e afinidade registradas nos epitáfios .....	246

Tabela 21– Origem dos proprietários de túmulos por décadas ..... 247

Tabela 22 – Imagens tumulares por décadas ..... 250

## **LISTA DE SIGLAS**

ACAN – Acervo do Cemitério Público de Canavieiras

ACOR – Acervo do Cemitério da Cordilheira

AFER- Acervo do Cemitério de Ferradas

AFEBC- Acervo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro

ANSV- Acervo do Cemitério de Nossa Senhora da Vitória

APC- Arquivo Público de Canavieiras

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia

API- Arquivo Público de Ilhéus

ASCM- Acervo da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna

CEDOC- Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz

CJI- Correspondência dos Juízes de Ilhéus

SCP- Seção Colonial e Provincial

SJ- Seção Judiciária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I – A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA COMARCA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS, 1759-1860</b> .....	21
Economia colonial: a produção de farinha e a extração de madeira .....	21
Aldeias, estradas e lavouras: o papel da trabalho indígena na comarca de Ilhéus .....	33
Os novos produtos agrícolas e o plantio de cacau .....	40
A participação estrangeira na economia cacauera .....	50
Terras, família e poder: a “epopéia do cacau” .....	58
<b>CAPÍTULO II – OS NÚCLEOS URBANOS DO CACAU: AS CIDADES DE ILHÉUS E ITABUNA</b> .....	69
A vila de São Jorge dos Ilhéus no período colonial .....	69
De vila à cidade: a Ilhéus do século XIX .....	76
Urbanismo e modernidade: a <i>Belle Epoque</i> grapiúna .....	83
A <i>State</i> e a catedral: ícones do progresso sul-baiano .....	91
A cidade dos migrantes grapiúnas .....	105
<b>CAPÍTULO III – MORTE E NARRATIVA: A SAGA DA “CIVILIZAÇÃO” CACAUEIRA</b> .....	117
História, memória e literatura no Sul da Bahia .....	117
O imaginário da morte na região cacauera .....	137
A luta do Sequeiro: a morte como protagonista .....	148
As discontinuidades da memória grapiúna .....	156
<b>CAPÍTULO IV – MORTE E “CIVILIZAÇÃO”: O EXEMPLO DOS MORTOS ILUSTRES</b> .....	169
A morte “pedagógica” e a “civilização” do sul baiano .....	169
O declínio do sagrado e a ascensão do individualismo .....	178
Os ritos de separação entre os vivos e os mortos .....	183
Cortejos, missas e luto: a passagem para a “eternidade” .....	193
Funerais, política e sociedade .....	199
Os funerais dos coronéis Pessoa e Tavares: a apoteose do indivíduo .....	207
<b>CAPÍTULO V – OS ESPAÇOS CEMITERIAIS E AS REPRESENTAÇÕES DA MORTE NO SUL DA BAHIA, 1850-1950</b> .....	216
O processo de emergência do cemitério a céu aberto: novas formas do morrer .....	216
Construções e reformas cemiteriais no sul da Bahia .....	228
O cemitério como espaço de identidade familiar .....	242
Símbolos funerários e memória social .....	249
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	267
<b>FONTES</b> .....	270
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	274

## INTRODUÇÃO

Esta tese se propõe centralmente compreender práticas e representações relativas à morte na região Sul da Bahia, de 1880 a 1950, relacionando-as com o quadro social, econômico e político no contexto de emergência, florescimento e início do declínio da lavoura cacaueteira. Enfoca em especial os mecanismos baseados nas relações familiares e nas práticas de construção de memória, utilizados na afirmação do poder de determinados grupos. O interesse nesse objeto surgiu a partir de estudos anteriores sobre formas pelas quais as elites da região expressavam seus projetos e situação social nas intervenções urbanas e na arquitetura, inclusive a cemeterial, focalizando o município de Ilhéus. Na análise das formas arquitetônicas e dos materiais empregados nos túmulos do cemitério municipal de Nossa Senhora da Vitória, percebemos o vínculo entre os discursos construídos sobre a morte e a trajetória das relações sociais locais.<sup>1</sup>

O que havia sido pesquisado no município de Ilhéus apontava para a necessidade de ampliar o escopo da investigação para a região como um todo, observando homogeneidade e diferença, não somente entre os cemitérios dos diferentes municípios, mas também entre zonas urbanas e zonas rurais. Se fazia necessária ainda a ampliação das séries de imagens, assim como a incorporação dos diferentes tipos de discurso produzidos sobre a morte nos epitáfios, anúncios fúnebres, necrológios e na literatura, dos comportamentos nos ritos fúnebres, seus significados e suas mudanças históricas.

No período a que se refere a presente investigação, a região sofreu modificações significativas resultantes do dinamismo econômico e da integração e adaptação de novos elementos sociais. De um modo geral, é a partir do primeiro marco temporal, a década de 1880, que a economia cacaueteira do Sul baiano se desenvolveu e os seus principais municípios produtores — Ilhéus, Canavieiras e Itabuna — tomados como recorte espacial para a pesquisa, se tornaram importantes centros de referência para a economia baiana. Tais municípios têm entre si similaridades e diferenças devido a sua formação histórica. Os dois

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade:** reformas urbanas e arquitetura cemeterial na região cacaueteira, 1880-1950. Ilhéus: Editus, 2005.

primeiros, mais antigos, apresentam aspectos sociais e culturais ligados à fase anterior ao predomínio econômico da lavoura cacaueteira, como a relevância das relações familiares endogâmicas e o tradicionalismo religioso, enquanto Itabuna é um município fundado e consolidado dentro do contexto das transformações trazidas pelo cacau.

Nos últimos anos do nosso recorte temporal, durante a década de 1950, observa-se uma mudança substancial no quadro social e econômico regional, sendo este período caracterizado por crises cíclicas da lavoura cacaueteira, iniciadas a partir da década de trinta do século passado. Dentro desses marcos, pode-se perceber as continuidades e rupturas em um contexto de aceleradas transformações econômicas e culturais trazidas pelo auge e declínio da monocultura do cacau.

No Sul da Bahia, na época estudada, a agricultura cacaueteira foi a base do povoamento e da geração de uma riqueza até então inédita, tendo como resultado o estabelecimento de novas e mais complexas relações sociais, o surgimento de vários núcleos urbanos no litoral e no interior, e o desenvolvimento demográfico nos já existentes. Este processo afetou comportamentos e atitudes da população, entre eles as concepções a respeito da morte e a individualização da memória como aparato de poder.

As representações do morto, as práticas funerárias, de luto e de sepultura constituem mecanismos sociais utilizados para perpetuar a lembrança individual ou familiar e construir uma imagem ideal de sua existência. Segundo Maurice Halbwachs, a memória retém do passado apenas o que é “capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.<sup>2</sup> A região cacaueteira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação de uma memória coletiva que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências agrupados em núcleos familiares e políticos. Essa memória, que desempenhou um importante papel nas lutas entre grupos pela hegemonia local, desenvolveu-se a partir das representações produzidas como meio de legitimação do poder social e político, presentes nas narrativas sobre a morte e na iconografia cemiterial.

Os cemitérios urbanos e rurais localizados nos municípios de Ilhéus, Canavieiras e Itabuna expressam as mudanças históricas por que passou a sociedade regional no campo

---

<sup>2</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 81.

econômico e cultural. O fenômeno de secularização dos cemitérios, surgido no bojo do processo civilizatório oitocentista, criou condições para que também o culto dos mortos fizesse parte da constituição de identidades e distinção dos indivíduos, famílias, e grupos sociais e políticos. Entre as principais medidas relacionadas com o projeto de reforma estava a transferência dos enterramentos do interior das igrejas para os cemitérios públicos extramuros. A morte e os mortos passaram a ser um problema de saúde pública. Os velórios e os cortejos fúnebres, entre outros usos funerários, seriam focos de doença, “só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa que não combinava com os ideais civilizatórios da nação que se formava”. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função educativa, tornando-se um modelo de comportamento cívico. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade. Na formulação de João Reis, “no cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa”.<sup>3</sup>

As diferenças estabelecidas entre a monumentalidade dos jazigos perpétuos e as sepulturas comuns eram análogas à distância entre os palacetes construídos pelos grandes fazendeiros e comerciantes e as casas populares dos bairros periféricos. Nas elites econômicas, o empenho na demonstração de status se verificava, sobretudo, entre os recém enriquecidos. Os novos-ricos do cacau, segmento formado por uma gama de origens sociais, desde pequenos proprietários locais e nordestinos até descendentes de escravos e índios, investiram intensamente no campo simbólico buscando alcançar o prestígio das famílias de proprietários mais antigos.<sup>4</sup>

Um trabalho como o aqui desenvolvido, conforme observa Lígia Bellini no Prefácio de *Memória e identidade*, situa-se “na confluência de diversos territórios da história”. Por tratar particularmente da memória e das representações da morte, sua abordagem central pode ser situada no campo da história da cultura. Mas é também um trabalho de história política, dado que busca compreender a interação entre grupos sociais, em particular as elites econômicas, e as lutas entre eles pelo poder, nos vários espaços e rituais na região. É ainda um estudo de história urbana, que analisa a introdução da modernidade nos núcleos locais,

---

<sup>3</sup> REIS, J.J. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: Alencastro, F. A. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 133.

<sup>4</sup> Sobre o assunto ver MAHONY, M. A. *The world made: society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese (Doutorado em História), Faculty of the Graduate School of Yale University, 1996; e RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

tanto no plano das representações quanto no das intervenções urbanas de fato implementadas. Por fim trata-se de um estudo de história regional, voltado para a constituição de um quadro multidimensional da região cacauífera do Sul baiano.

No desenvolvimento da investigação foram pesquisados os espaços cemiteriais urbanos de Nossa Senhora da Vitória (Ilhéus), da Santa Casa de Misericórdia (Itabuna) e Municipal de Canavieiras; além dos cemitérios rurais de Cordilheira e Ferradas, respectivamente situados em Ilhéus e Itabuna. O cemitério rural do distrito de Jacarandá, situado em Canavieiras, foi excluído devido ao estado de ruína em que se encontra e a escassez documental sobre a sua construção, o que dificultou sobremaneira o levantamento de dados.

A tese compõe-se de duas partes. A primeira constitui-se de dois capítulos, que tratam da trajetória econômica e urbana do Sul da Bahia desde o fim do período colonial até o início do século XX. A segunda é constituída pelos três capítulos versando sobre as representações da morte presentes especialmente na literatura jorgeamadiana e adoniana, nos necrológios e anúncios fúnebres, e nos acervos tumulares dos cemitérios acima citados.

O capítulo 1 analisa as transformações econômicas da antiga comarca de São Jorge dos Ilhéus. De simples exportadora de farinha e madeira, principalmente para Salvador e o Recôncavo, a comarca transformou-se em uma das áreas mais dinâmicas da economia brasileira com a lavoura cacauífera, direcionada para o mercado externo. Em uma área com uma grande dimensão territorial e subordinada a uma economia natural, a agricultura comercial foi a base do povoamento e da geração de renda. O cacau tornou-se o sustentáculo econômico da Bahia e um dos principais produtos da pauta de exportação nacional, o que acarretou uma mudança significativa nos valores sociais e culturais presentes na sociedade regional.

A modernidade, no Sul da Bahia, traduziu-se, entre outros aspectos, no processo de melhoria da infra-estrutura material dos principais núcleos urbanos do cacau e na consolidação de determinados ícones do progresso regional. Entre estes, destacamos a estrada de ferro “Ilhéus-Conquista”, que ligava o interior da zona produtora ao principal porto exportador; e a catedral de São Sebastião, construída para sediar o bispado ilheense e simbolizar a importância econômica e social dos coronéis do cacau perante outros segmentos que encarnavam o poder no estado, como os plantadores de cana-de-açúcar e fumo do Recôncavo e os grandes comerciantes de Salvador.

O segundo capítulo discute as transformações urbanas nas principais cidades do Sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna. Toma os padrões arquitetônicos e urbanísticos que emergiram na época como elementos relevantes para o entendimento da trajetória social e política da região. As modificações no tecido urbano expressam os ideais civilizatórios. As cidades tornaram-se o espaço privilegiado para usufruir os benefícios introduzidos pela modernidade. Além deste fenômeno em geral, o capítulo explora como a higienização e o embelezamento das cidades foram apropriados pelas elites do cacau.

O capítulo 3 examina as representações da morte na literatura de Jorge Amado e Adonias Filho sobre a temática do cacau. As obras analisadas estão marcadas pela presença fundamental da morte na composição dos seus enredos e das suas personagens. O discurso literário é analisado conjuntamente e confrontado com o discurso jornalístico sobre os conflitos armados do início do século XX na região. Nossa análise da obra ficcional enquanto representação considerou o lugar social do autor, seu posicionamento político e sua filiação literária. Os principais autores regionais serviram-se da ficção para representar o passado da zona produtora de cacau do Nordeste brasileiro como um processo de desbravamento da mata atlântica por homens destemidos, a maioria deles humildes imigrantes de várias partes do Nordeste, que enfrentaram doenças, índios e jagunços no plantio do “fruto de ouro” e construíram uma civilização com traços característicos.

O quarto capítulo da tese aborda uma outra visão da sociedade sul-baiana, a qual difere da imagem associada à violência e à morte “selvagem”. Nos discursos construídos nos epitáfios, necrológios e anúncios fúnebres é possível perceber aspectos que remetem à idéia de morte “civilizada”. Tais discursos apontam para o papel pedagógico e exortativo do momento da morte. São verdadeiras lições de vida que mostram o caminho a ser seguido, exemplificado pela figura do morto, cujas qualidades devem guardar uma estreita equivalência com a ética a ser adotada pela comunidade em que viveu. Nas pompas fúnebres nas missas, velórios e enterros, estudados principalmente mediante a análise de fontes hemerográficas, dá-se a progressão das distinções sociais em uma sociedade cada vez mais pautada em valores típicos do individualismo, fenômeno este também presente nos símbolos tumulares.

Nos relatos sobre os ritos fúnebres, como os cortejos e as missas, observa-se os comportamentos dos grupos familiares e políticos confrontados com a perda dos seus membros mais importantes. Tais comportamentos fundam-se nas regras de filiação e aliança

que constituem identidades e a partir das quais se desenvolvem laços de sociabilidade.<sup>5</sup> O “fluxo melífluo da consagração” de um membro da família ou do partido expressa o lugar social que seus descendentes desejam usufruir.<sup>6</sup>

O quinto e último capítulo investiga as fontes arquitetônicas cemiteriais para além da sua qualidade estética, procurando, a partir delas, compreender os projetos sociais e as visões de mundo dos seus construtores. A pompa e a singeleza traduzem as desigualdades e fornecem um mapa social do espaço da morte, de acordo com o tipo de sepultura (perpétua ou comum, vertical ou horizontal), a qualidade e diversidade do material empregado, o seu tamanho e localização espacial (zonas privilegiadas ou periféricas). O túmulo é constituído por uma sobreposição de elementos simbólicos, com o objetivo de imortalizar o indivíduo ou a família. Conforme foi afirmado anteriormente, há fortes laços entre o culto dos mortos e a memória, e entre esta e a identidade social.

---

<sup>5</sup> HÉRITIER, F. **Parentesco**. In: Enciclopédia Einaudi, v. 20, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 28.

<sup>6</sup> VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, 2 v, p. 1078.

## CAPÍTULO I

### **A trajetória econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus, 1750-1860**

*A ocupação da terra era feita tumultariamente, desapossadas do índio, na sua maioria. A caminho da mata viam-se destroços de engenhos, de serrarias, de uma época morta.*

Araújo Góes

#### **Economia colonial: a produção de farinha e a extração de madeiras**

Em meados do século XVIII o território da comarca de São Jorge dos Ilhéus, tradicionalmente concentrado no entorno das pequenas vilas litorâneas, iniciava a expansão da sua área econômica para as margens mais distantes dos cursos fluviais navegáveis. O território ilheense contava então com sete freguesias e algumas aldeias indígenas organizadas pela catequese jesuítica, cujo principal produto econômico era a farinha de mandioca.<sup>1</sup>

O plantio da mandioca e a fabricação da farinha se faziam com a utilização da força de trabalho de índios catequizados e negros escravos. Mesmo bastante inferior ao volume do Recôncavo, o número proporcional de escravos em relação à população livre não deixa dúvidas sobre os esforços dirigidos à produção agrícola em Ilhéus. Pouco antes da extinção da capitania a população das paróquias somava 7 409 habitantes dos quais 3 667, pouco mais de 45% do total, eram escravos e constituíam a principal força de trabalho utilizada na produção

---

<sup>1</sup> No ano de 1759 a capitania de São Jorge dos Ilhéus foi extinta e transformada em comarca subordinada à da Bahia. Ambas formariam, somadas à de Jacobina, o território da Província da Bahia.

agrícola para abastecimento do consumo interno e externo, especialmente Salvador e Recôncavo.<sup>2</sup>

Conforme os dados apresentados na tabela 1, na primeira metade do século XVIII a população de escravos das capitanias da Bahia e de Ilhéus, com mais de quarenta e cinco mil indivíduos, era superior ao número da população de homens e mulheres livres, com menos de trinta e seis mil indivíduos, existindo entre os dois grupos uma categoria denominada como criados, que somavam setecentos e vinte e quatro indivíduos. Tanto a população escrava de origem africana quanto a das aldeias jesuíticas eram fundamentais para a economia das duas capitanias e imprescindíveis para o aumento das terras exploradas pela agricultura.

**Tabela 1– População das capitanias da Bahia e Ilhéus (1724)**

<b>Região das Paróquias</b>	<b>Homens Livres</b>	<b>Mulheres Livres</b>	<b>Criados</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Recôncavo	7.653	7.438	380	24.217	39688
Salvador	6.611	5.977	273	12.132	24.993
Ilhéus	1.846	1.371	25	3.667	7.409
Sertão	725	727	56	1.266	2.744
Sergipe	1.600	1.856	20	4.200	7.676
<b>Total</b>	<b>18.435</b>	<b>17.369</b>	<b>724</b>	<b>45.482</b>	<b>79.864</b>

**Fonte:** SCHWARTZ, S. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O perfil do produtor da capitania era o de pequeno proprietário de terra, em sua maioria posseiro ou arrendatário, utilizando-se da mão-de-obra escrava, e cuja principal produção, conforme apontado acima, era a farinha de mandioca. A coroa portuguesa impunha a obrigação do plantio de mandioca e vetava a sua substituição por lavouras mais rentáveis como a cana-de-açúcar e o fumo, o que durou até a segunda metade do século XVIII.<sup>3</sup> A coroa desenvolveu uma política estratégica em relação a priorizar a produção de farinha e outros mantimentos no atual sul da Bahia, enquanto o Recôncavo especializava-se na fabricação de açúcar para a exportação.<sup>4</sup> Assim, o principal papel econômico do sul baiano

<sup>2</sup> SCHWARTZ, S. **Segredos internos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 87.

<sup>3</sup> SILVA F. C. T. & LINHARES, M. I. **História da agricultura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 172-4.

<sup>4</sup> DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial.** Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em História), 2007, p. 12.

limitou-se por largo espaço de tempo a fornecer alimentos para consumo de Salvador, onde havia uma preocupação generalizada quanto aos efeitos de uma crise de abastecimento, e das frotas portuguesas que tocavam seu porto.

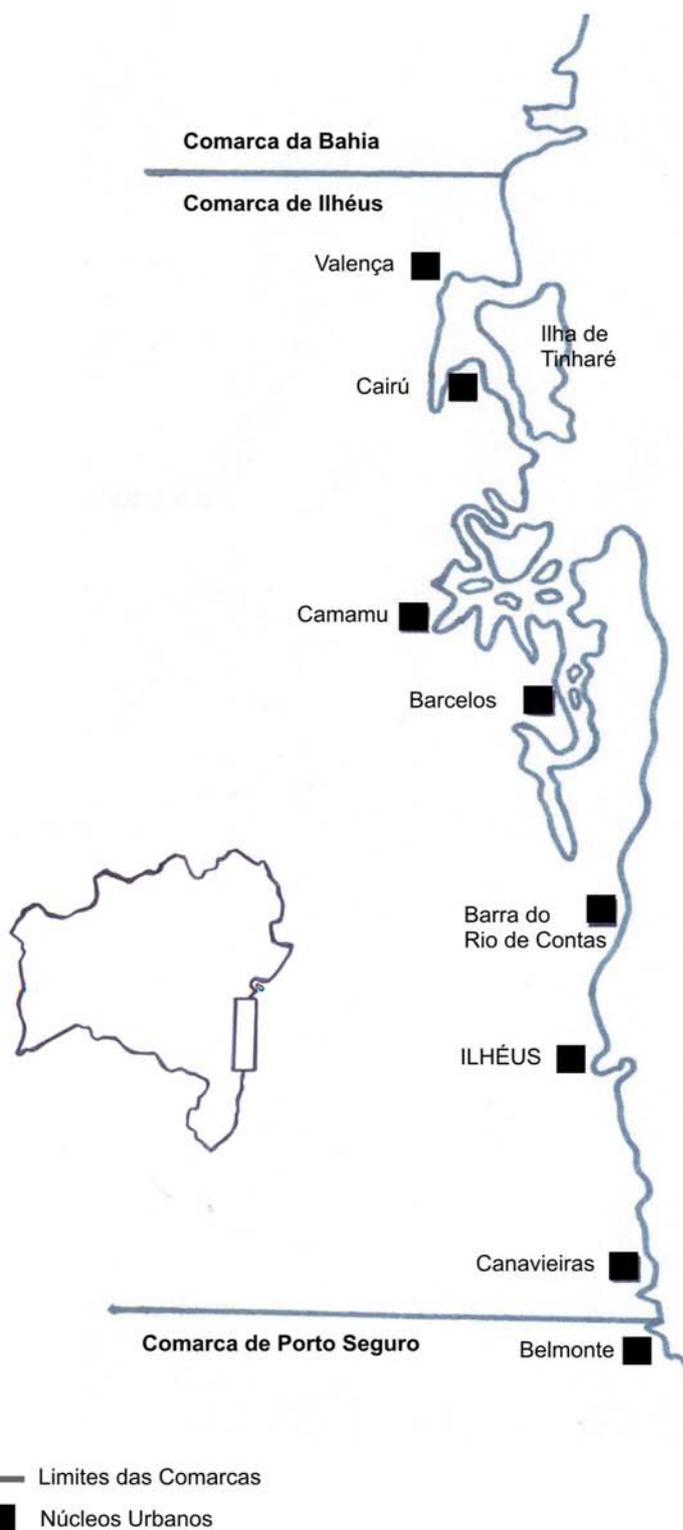
A produção de farinha e a extração de madeira das vilas da comarca eram controladas por Salvador desde o período em que Ilhéus era capitania hereditária. A ausência dos donatários e dos seus herdeiros, e a necessidade imperativa de abastecimento da capitania da Bahia contribuíram para esse quadro. A instalação do governo-geral e o aumento do número de engenhos no Recôncavo contribuíram significativamente para a expansão demográfica da capitania da Bahia, cuja capital era sede dos setores não produtivos da população: a burocracia estatal, os agentes do comércio e as tropas governamentais. Por sua vez, a massa de trabalhadores dos engenhos do Recôncavo, constituída por milhares de índios e escravos de origem africana, necessitava de uma quantidade cada vez maior de mantimentos.

Teixeira da Silva propõe um esquema constituído por três áreas produtoras de farinha em torno do mercado soteropolitano. A primeira era constituída pelas vilas mais próximas à Cidade do Salvador em um raio de 100 a 220 quilômetros de circunferência, como Maragogipe, Jaguaripe e Nazaré; uma área intermediária compunha-se das chamadas “vilas de baixo”, como Valença, Cairú e Camamu; e, por fim, havia uma terceira área compreendendo a vila de Ilhéus e o sul da comarca (Mapa 1).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> SILVA & LINHARES. **História da agricultura**, pp. 86-7.

## MAPA DA ANTIGA COMARCA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS



MAPA 1: Acervo do CEDOC / UESC

No século XVIII ocorreu o esgotamento das terras da primeira área e, gradativamente, as “vilas de baixo” passaram a constituir a principal região produtora de farinha para Salvador e o Recôncavo. Um número significativo de produtores, donos de um pequeno número de escravos, afluíram para Valença, Cairú e Camamu. A concentração de terras no Recôncavo, a limitação da prática de aforamento dessa área e o custo elevado da produção de açúcar, em conjunto com o esgotamento das terras destinadas ao cultivo da mandioca nas vilas mais próximas a Salvador, foram elementos importantes na transferência dos lavradores para as áreas próximas a Camamu, ou mesmo Ilhéus.

Como não havia estradas em boas condições, quase toda a mercadoria era transportada por embarcações, que deveriam ser fiscalizadas pelos oficiais das câmaras e juizes ordinários das vilas. Os mestres das embarcações eram obrigados a possuírem uma carta de identificação contendo a sua identidade e a quantidade de farinha embarcada em cada vila com destino a Salvador. Ali seria realizada uma conferência dos dados contidos na carta e emitido um visto por um funcionário do governo, que deveria ser apresentado no porto da vila de origem sob pena de degredo para a África.<sup>6</sup>

A fortaleza do morro de São Paulo, por sua localização estratégica, era fundamental na repressão ao contrabando de farinha. Todas as embarcações que faziam o transporte de farinha entre as vilas produtoras e o porto de Salvador eram obrigadas a passar ao largo da fortaleza, favorecendo a sua fiscalização. Camamu também possuía um papel importante na rota da farinha. Para ali convergiam as embarcações vindas das vilas mais ao sul. Da vila as embarcações seguiam rumo à barra dos Carvalhos, ao sul de Boipeba, até a vila de Cairú, de onde navegavam até o morro de São Paulo.<sup>7</sup>

Camamu foi a mais importante vila da capitania dos Ilhéus ao longo do período em que a farinha representava o principal produto agrícola da região. Aliada à capacidade produtiva da vila, o seu porto tinha um papel estratégico na distribuição comercial da farinha para Salvador. No início do século XVIII, em um total de 2 230 habitantes 1 032 eram escravos, um percentual bastante significativo da importância da mão-de-obra escrava envolvida no plantio de mandioca e na extração de madeira.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, p.116.

<sup>7</sup> Id. Ibid. p. 117.

<sup>8</sup> SCHWARTZ, **Segredos internos**, p. 10.

A farinha era um dos produtos básicos da dieta da população escrava da Bahia. A produção das vilas de Ilhéus era exportada para o celeiro público de Salvador, de onde era distribuída para os centros consumidores da capital e do Recôncavo. Os preços da farinha variavam de acordo com inúmeras causas desde as climáticas até o aumento abrupto da demanda, as quais podiam fazer com que os preços se elevassem sobremaneira. De qualquer forma, o seu preço seguia uma tendência de alta que se manteve constante até a primeira metade do século XIX. Mesmo com a introdução de novos produtos como o café e o cacau, a produção de farinha em Camamu continuou a manter um ritmo crescente.<sup>9</sup>

Outra importante atividade econômica da comarca era a extração de madeira. Mesmo exportando quantidades menores que o Rio de Janeiro e Pernambuco, o porto de Salvador foi, a partir da segunda metade do século XVII, o maior abastecedor das docas reais de Lisboa com madeiras extraídas do Recôncavo. Os senhores de engenho do Recôncavo eram contrários ao destino dado à madeira retirada na região, que consideravam deveria ser utilizada na construção de carros e embarcações para a melhoria do transporte de açúcar e não para a exportação. A influência dos grandes proprietários de canaviais no tocante às decisões do governo acabou, no início do século XVII, por desviar para a capitania de Ilhéus a indústria de extração e beneficiamento de madeiras.

Dias chama atenção para a natureza da indústria madeireira em Ilhéus. A mesma não se limitava apenas a extrair os troncos e transformá-los em pranchões, mas voltava-se também para sua transformação em peças para o uso da construção naval. Uma série de estaleiros locais fabricava pequenas embarcações utilizadas nas rotas fluviais e marítimas regionais, assim como quilhas, lemes, mastro e tabuado para médias e grandes embarcações construídas em Salvador ou Lisboa.<sup>10</sup>

A transformação do sistema de capitanias hereditárias em comarcas fez com que a gestão dos cortes reais ficasse a cargo dos ouvidores nomeados por Salvador. Os cortes eram abertos em função das necessidades do arsenal real da Marinha em Lisboa. Realizadas as entregas das encomendas os cortes eram então fechados até nova demanda. As inúmeras encomendas para Lisboa devido ao aumento da quantidade e da tonelagem das embarcações portuguesas, bem como o contrabando eram responsáveis pela diminuição das matas da comarca, especialmente entre Cairú e o rio de Contas.

---

<sup>9</sup> BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 137-8.

<sup>10</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, p. 147.

De acordo com Morton, o aumento da necessidade de madeira para a indústria naval acompanhou o momento favorável para os produtos agrícolas de exportação ao final do século XVIII. Além disso, o terremoto que praticamente destruiu Lisboa impulsionou a demanda na construção civil oficial. Os interesses privados no corte de madeira haviam chegado a um ponto em que ocorreu uma clara resistência aos projetos preservacionistas da administração portuguesa.<sup>11</sup>

Para fiscalizar e controlar essa produção, a administração colonial se fez mais presente através da união dos cargos de ouvidor e juiz conservador das matas. A estrutura da Conservadoria das Madeiras contava, além do juiz, com um escrivão, um administrador geral, cinco ajudantes e um almoxarife. Um dos mais importantes administradores de Ilhéus foi o desembargador Baltazar da Silva Lisboa, que também viria a ser proprietário de terras onde foi erguida a aldeia indígena de São Pedro de Alcântara ou Ferradas.

A formação acadêmica de Balthasar Lisboa, em relação ao tema dos recursos naturais, se enquadra na perspectiva iluminista em que o meio ambiente deve ser preservado do uso indiscriminado do seu potencial econômico. A destruição das matas era interpretada como sinal de atraso e descuido administrativo. Lisboa foi um dos primeiros administradores que tratou cientificamente das questões ambientais na América portuguesa. Vários intelectuais brasileiros da sua geração tiveram seus estudos em universidades portuguesas para exercer funções na burocracia estatal financiados pela coroa.<sup>12</sup> A reforma administrativa imposta na administração do ministro Pombal (1750-77) incentivou os estudos sobre áreas de floresta, rios navegáveis e plantio de novas culturas.

Os recursos naturais foram priorizados no sentido de fortalecer a monarquia portuguesa e suas posses. Os estudiosos formados em Coimbra e Lisboa produziram uma série de investigações sobre o potencial econômico da colônia em forma de “Memórias”, entre as quais figura a de autoria de Lisboa, do ano de 1803, sobre as matas da comarca de Ilhéus e os cortes de madeira, onde Lisboa defende a redução do desmatamento e denuncia os prejuízos econômicos que poderiam advir para a coroa portuguesa.

---

<sup>11</sup> MORTON, F. W. O. **The Royal timber in late colonial Bahia**. In: *Hispanic American Historical Review*, n. 58, fev-1978, p. 45-7.

<sup>12</sup> LIMA, A. P. dos S. **O discurso iluminista de Balthasar da Silva Lisboa**. In: *III Encontro Regional de História*, 2006, Caetité-BA, (Anais), pp. 1-6.

Como juiz conservador das matas, todos os proprietários deveriam pedir a sua devida licença para a extração e comércio de madeiras. No exercício do cargo Lisboa entrou em choque com os interesses de grandes proprietários que investiam no ramo, entre eles a influente família Sá Bittencourt, que explorava economicamente as matas das suas fazendas, a maior parte pertencente ao espólio dos padres jesuítas.

A associação entre proprietários de terras e de animais de carga com os donos das embarcações de transporte de madeira para Salvador, que teve como objetivo inicial diminuir os custos dos fretes, terminou por formar um bloco dominante nesse setor econômico da província. Esse grupo sofreu a oposição do ouvidor Baltazar Lisboa, particularmente a partir de 1797, quando uma carta régia decretava a propriedade exclusiva do governo das madeiras na orla marítima e às margens dos rios navegáveis que desaguassem no oceano. Os proprietários dessas áreas seriam indenizados com a mesma quantidade de terras em lugares a serem especificados pela coroa.<sup>13</sup>

A reação contra o juiz conservador foi liderada por figuras influentes da política e economia baianas como Domingos Muniz Barreto e os irmãos Manoel Ferreira Câmara e José de Sá e Bittencourt, envolvidos na extração, beneficiamento e transporte de madeiras e peças para construção naval. José de Sá apresentou à coroa uma representação de sua autoria contra as ações do juiz conservador com amplo apoio da sociedade local, inclusive de certo padre Malta, acusado por Lisboa de explorar os índios de Santarém na extração de madeira.<sup>14</sup> Por fim, os interesses particulares prevaleceram e foram permitidos os cortes de madeira sujeitos apenas aos impostos cobrados pela coroa. O conflito entre os interesses de particulares e do governo colonial aponta a importância da extração de madeira como um setor estratégico da economia da América portuguesa.

Por sua característica de floresta tropical a mata atlântica era uma inestimável fonte de recursos para a coroa portuguesa devido à quantidade de espécies e suas inúmeras aplicações para a construção civil e naval. Em uma área relativamente pequena era possível encontrar diversos tipos diferentes de árvores inexistentes no hemisfério norte como a sucupira, o vinhático, o jacarandá, o potumujú, o jequitibá, entre outras, com uma oferta quase que ilimitada para a época colonial.

---

<sup>13</sup> LISBOA, B. da S. **Memória sobre a comarca dos Ilhéos**. In: Annaes da Biblioteca Nacional, v. 32-37, 1913-1918, V, Bahia, 1801-1807.

<sup>14</sup> MORTON, **The royal timber**, p. 55.

Mesmo com a exploração das madeiras nativas, a vila de São Jorge dos Ilhéus não conseguiu um lugar de destaque na economia colonial baiana. A menor integração com o porto de Salvador e a pouca participação na produção de farinha para o consumo do Recôncavo não favoreceu a posição de Ilhéus entre as vilas da capitania. Ao longo de séculos a zona rural teve como base uma policultura de pouca expressão e a extração de madeira. A população da freguesia dos Ilhéus estava dispersa pelas margens dos Rios Santana, Cachoeira, Fundão e Itaípe, onde pequenos lavradores plantavam arroz, feijão, coco e mandioca.<sup>15</sup>

A maior propriedade rural era o engenho de Santana, antiga posse jesuítica, que se tornou um dos mais importantes produtores de açúcar da colônia. Chegou a possuir mais de duzentos escravos, uma quantidade significativa mesmo para os padrões dos seus congêneres do Recôncavo. Além do Santana havia pouco mais de uma dúzia de engenhocas produzindo aguardente e melado e algumas serrarias para a fábrica de pranchões de jacarandá e vinhático.

As margens do rio Itaípe até a lagoa Encantada, onde passava a ser conhecido como Almada, era a zona mais povoada da freguesia. Ali estavam registradas quatro dezenas de propriedades rurais que abriam clareiras na mata. Toda essa área, situada ao norte da vila dos Ilhéus, podia ser percorrida em um dia de navegação pelo Itaípe até uma aldeia de índios Grên, próxima à lagoa Encantada. Em todo o percurso do termo da vila até o rio Tijuípe, ponto extremo ao norte, não havia mais do que dois pequenos povoados, Ponta do Ramo e Mamuam, habitados por mamelucos que exerciam a atividade pesqueira e do fabrico de redes de pesca com fibras de ticum.<sup>16</sup>

Os rios Santana, Cachoeira e Fundão ou Esperança formavam o estuário conhecido como “rio dos Ilhéus”, onde foram estabelecidas as mais antigas rotas de colonização que partiam do litoral para o interior do continente. As margens do Cachoeira eram povoadas até a altura da sua última corredeira no banco de pedras conhecido atualmente como “da Vitória”, ponto onde finalizava a navegação sem interrupção desde o porto fluvial de Ilhéus. Nas suas proximidades, os jesuítas haviam instalado uma aldeia datada de 1603, como parte da estratégia para catequese das etnias nativas. A aldeia, chamada de Maria Jape, foi erguida na

---

<sup>15</sup> CAMPOS, J. da S. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 173.

<sup>16</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, pp. 206 e 366.

junção dos rios Santana e Cachoeira e nela habitavam índios Tupi e Potiguar, estes para auxiliar na defesa da vila e dos engenhos de açúcar contra as incursões dos aimorés.<sup>17</sup>

A ocupação das terras da freguesia de São Jorge não havia ultrapassado as terras próximas à lagoa Encantada, ao norte; pouco mais de três léguas às margens do Cachoeira, a oeste; e o rio Acuípe, abaixo de Olivença, ao sul. A expansão ocorreu a partir das primeiras décadas do século XIX, quando diversas sesmarias foram adquiridas ou doadas a determinados indivíduos com recursos suficientes para novos empreendimentos agrícolas. Portanto, nas áreas de expansão acima citadas se configurava um investimento em grandes propriedades adquiridas por preços baixos ou por concessão de sesmaria.

O declínio da mineração e da produção açucareira foram, em parte, responsáveis por um maior investimento em novas lavouras. Uma lenta evolução econômica, desde o final do século XVIII, forneceu o impulso inicial para o desbravamento da fronteira oeste da comarca durante o século seguinte, o que resultou na abertura de um maior número de estradas e no acirramento da disputa pela terra inicialmente dos colonos com as etnias indígenas e, posteriormente, entre si mesmos.<sup>18</sup>

Apesar de se constituir na área mais produtiva da freguesia, os terrenos do Itaípe eram avaliados com equivalência aos dos terrenos menos valorizados de Camamu e Cairú. Em média cada braça de terra valia 1\$000 réis, enquanto ao sul da vila o valor caía pela metade. As operações de compra e venda de terras correspondiam à maior parte das transações registradas. A maioria das compras era feita com pagamento imediato, em moeda corrente.<sup>19</sup> As propriedades negociadas possuíam títulos de escrituras e limites estabelecidos por marcos de pedras legitimados pelo reconhecimento mútuo, prática essa que sobreviveu na demarcação das fazendas de cacau, sendo raros os cercamentos.

O território da comarca, nesse período, podia ser dividido em três zonas, levando em consideração aspectos históricos e econômicos. Ao norte, as freguesias de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cairú e a do Espírito Santo de Boipeba, com uma relação de proximidade com Valença e o sul do Recôncavo. Mais ao centro, as de Nossa Senhora da Assunção de

---

<sup>17</sup> VIEGAS, S. D. de M. **SocialidadesTupi**: identidade e experiência vivida entre os índios-caboclos, Bahia-Brasil. Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tese (Doutorado em Antropologia Social), 2003, Anexos.

<sup>18</sup> MAHONY, M.A. **The world cacao made**: society, politics and history in southern Bahia, Brazil, 1822-1919. Yale University Tese (Doutorado em História), 1996, pp. 85-6.

<sup>19</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, p. 377.

Camamu, São Sebastião do Marau e São José da Barra de Rio de Contas, atual Itacaré, no que poderíamos chamar de as “terras das doze léguas”.

A expansão inicial dessa zona seguiu as margens do rio de Contas, onde surgiram as povoações de Ubaitaba e Jequié, esta última no extremo oeste da economia cacaeira, onde a mata atlântica limitava com o antigo “sertão da Ressaca”. E, mais ao sul, as paróquias da Invenção de Santa Cruz da Vila dos Ilhéus e de São Boaventura do Poxim (Canavieiras), cujo território foi, a partir da segunda metade do século XIX, o principal produtor de cacau do Brasil.

A grande quantidade de quilombos existentes nas matas da comarca é um testemunho da dimensão da força de trabalho escrava para a agricultura. Apesar do fato de as paróquias produtoras de açúcar do Recôncavo apresentarem um número mais elevado de escravos em relação à zona produtora de farinha, a quantidade de quilombos formados nas matas de Cairú, Camamu e Ilhéus foi muito superior. Schwartz presume que as condições menos severas do que o regime de trabalho nos canaviais, a dieta e o bem-estar físico, assim como o número maior de escravos em relação aos livres estimularam a resistência ao regime de trabalho forçado.<sup>20</sup> Deve-se ainda levar em conta o espaço geográfico de matas fechadas, que favoreciam a formação e defesa dos quilombos.

Ainda na primeira metade do século XIX, havia uma forte repressão aos inúmeros quilombos existentes nas matas de Ilhéus, Barra do Rio de Contas, Cairú e Camamu, contra os quais eram organizados ataques pela guarda policial, municuada pelo governo provincial. Tais quilombos tinham uma existência relativamente curta devido aos ataques que sofriam das tropas governamentais. Mas logo eram organizados novos refúgios, que muitas vezes abrigavam desertores e foragidos da justiça os quais, em parceria, atacavam as propriedades mais distantes.

Os quilombos do Borrachudo, do Corisco e do Saburá, localizados nas matas entre Barra do Rio de Contas e Camamu, eram considerados os mais perigosos. Uma expedição policial organizada pela província, em 1838, cercou e prendeu os moradores desses quilombos, os líderes foram julgados e condenados à forca, sentença confirmada pelo

---

<sup>20</sup> SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru-SP: EDUSC, 2001, p. 224.

imperador. Como não houvesse quem quisesse manejar a força, os sentenciados foram fuzilados pela força policial.<sup>21</sup>

Com a intensificação do policiamento dos portos tradicionais de contrabando de escravos, os portos do sul da Bahia passaram a servir como alternativa para o tráfico. Em 1851 foi registrado o último grande desembarque de escravos na comarca, ocorrido nas proximidades da praia do Mamoam, ao norte de Ilhéus. Um negreiro comandado pelo português João Teodoro de Faria que, perseguido pelos ingleses, encalhou o navio e refugiou-se em uma propriedade na lagoa Encantada, com um lote de cerca de quatrocentos africanos.<sup>22</sup>

Essa propriedade provavelmente pertencia aos Sá Bittencourt que adquiriram a maior parte do lote de escravos, e com os quais Faria estabeleceu posteriormente relações de parentesco. Essa aquisição de africanos, mesmo que tenha sido uma das poucas registradas, não foi um fato isolado no processo de exploração de trabalhadores em regime escravo. Nesse período o cacau, assim como as demais culturas em expansão, necessitava de braços para o plantio e colheita das safras, que aumentavam a cada ano e transformavam economicamente o sul da Bahia.

Entre os anos de 1836 e 1837 o juiz de direito da comarca Francisco Primo de Castro, residente em Camamu, dirigiu ao governo pedido de tropas para dar combate contra quilombos. A correspondência dos juízes denuncia o tráfico de escravos em Ilhéus. No ano de 1836, em torno de 112 escravos entre homens, mulheres e crianças haviam sido “desovados” por um brigue na Armação das Baleias, no lugar Capitão, seis léguas ou sete léguas da vila, ao norte da barra do Mamoam. O comércio ilegal de escravos continuou por um longo no tempo no litoral ilheense. Em 1856 o juiz Ermano do Couto, de quem voltaremos a falar no quinto capítulo, denunciou ao governo da província a tentativa de desembarque de africanos pelo brigue mercante *Maria Stuart* na barra do Cururupe, a duas léguas da vila e a saída de Tenerife do brigue *Pensamento* para o tráfico de africanos em Ilhéus.<sup>23</sup>

Ainda em 1875 foi organizada uma expedição policial para destruir um quilombo localizado nas matas da fazenda Caldeiras, na lagoa Encantada. Foram capturados pouco mais de uma dezena de escravos que vivam distribuídos em pequenos acampamentos.<sup>24</sup> A

---

<sup>21</sup> CAMPOS, *Crônica*, pp. 339-40 e 354.

<sup>22</sup> Id, *Ibid*, p. 367.

<sup>23</sup> APEBa, SJ, CJI, 1836-7, maços 2395-1 e 2397.

<sup>24</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 400.

repressão aos escravos fugitivos fez parte de um processo mais amplo de incorporação de terras que afetou diretamente as comunidades indígenas do sul da Bahia, desarticuladas pela ocupação dos seus territórios, especialmente no século XIX com a expansão do plantio de cacau.

### **Aldeias, estradas e lavouras: o papel do trabalho indígena na comarca de Ilhéus**

A ampliação da área de exploração econômica baseada na mão-de-obra escrava era organizada em torno da incorporação dos territórios indígenas. As aldeias administradas por jesuítas e capuchinhos ao longo dos séculos XVIII e XIX são os marcos mais visíveis da expansão das fronteiras no sul da Bahia. Os maiores exemplos são: a jesuítica Nossa Senhora da Escada ou Olivença e São Pedro de Alcântara ou Ferradas, erguida sob a direção dos capuchinhos. Enquanto Olivença, mais antiga, representa de muitas formas o período colonial, Ferradas simboliza a fase inicial das transformações econômicas e sociais advindas com o plantio do cacau.

Criada em 1815, a aldeia situava-se às margens da estrada construída para ligar as vilas de Ilhéus e Vitória da Conquista, no chamado sertão da Ressaca, área entre as margens do Pardo e do de Contas, ocupada pelos *Kamakã-Mongoió*. A Ressaca era uma das áreas de expansão da pecuária extensiva entre Minas e o Recôncavo, que teve como pioneiro o capitão-mor Gonçalves da Costa. Outras estradas estavam sendo abertas pelo coronel José de Sá Bittencourt, com mão-de-obra indígena, para ligar a vila de Camamu ao interior, a maior parte delas em terrenos de sua propriedade. O crescente interesse na articulação econômica da vila de Ilhéus com Minas Gerais fez com que o governo mandasse organizar, em 1810, um estudo da viabilidade de uma estrada entre essas regiões acompanhando as margens do Pardo, a cargo do engenheiro mineiro Felisberto Caldeira Brant.

Brant era dono do engenho de Santana, a maior propriedade ilheense, e de outras posses dos extintos jesuítas. O futuro marquês de Barbacena, educado na Academia Naval de Lisboa, transferiu sua residência para a Bahia em 1801 quando foi nomeado tenente-coronel de infantaria do exército português. Em Salvador casou-se com Anna Constança de Castro Cardoso dos Santos, filha de um dos mais importantes comerciantes da capital. A morte do

sogro fez de Brant um dos homens mais ricos da Bahia e possibilitou ao mesmo fazer grandes investimentos em terras como a compra do Santana e de outras propriedades em Ilhéus.

Para facilitar o comércio entre suas propriedades e Minas Novas, o atual norte mineiro, Brant custeou, entre os anos de 1812 e 1815, a abertura da estrada entre Ilhéus e o arraial da Conquista, com a mão-de-obra de 240 escravos e os índios das missões. A estrada, concluída em 1815, teve como ponto de partida o rio Cachoeira, seguindo em direção ao seu afluente conhecido como Salgado e, dali, rumo ao rio Gavião, nas proximidades de Vitória da Conquista, com o objetivo de facilitar o transporte de gado para o litoral. A estrada tinha a extensão de 42 léguas e em dois anos de serviços havia atingido o rio Salgado. Brant seguiu em parte a rota aberta anteriormente por José de Sá e abriu uma nova seção onde foi erguido o aldeamento de São Pedro de Alcântara, que se transformou em importante centro de expansão da cultura cacaeira às margens do Cachoeira.

Os núcleos originais das atuais Ferradas e Itapé se formaram a partir de aldeamentos *Kamakã-Mongoió* instalados, respectivamente, por Gonçalves da Costa e Caldeira Brant. O aldeamento de São Pedro de Alcântara estava situado em terras doadas pelo ouvidor Baltazar Lisboa em território *Pataxó*, a oito léguas de Ilhéus. A intenção era de utilizar a mão-de-obra indígena para proteger a estrada e produzir farinha para o abastecimento de Ilhéus. Em 1808, os capuchinhos iniciaram a catequese entre os índios de Ilhéus, especialmente os *Pataxó* e *Kamakã-Mongoió*. O frade italiano Ludovico de Livorno foi o primeiro a ser enviado para as matas do sul da Bahia.

Alguns anos antes, o território *Kamakã-Mongoió* foi submetido por Gonçalves da Costa com o sucesso da conquista por ele organizada sobre as aldeias da região. Nessa área foi erguido o arraial de Vitória da Conquista, que funcionou como entreposto para o comércio de gado e algodão.<sup>25</sup> As suas fazendas abasteciam os açougues das vilas de Jaguaripe e as povoações de Nazaré e Aldeia, atual Aratuípe, sendo o gado transportado por caminhos por ele abertos até os centros consumidores.

Aos *Kamakã-Mongoió* aldeados em Ferradas somaram-se índios *Grên* transferidos da aldeia do Almada por ordem do governo provincial, para viabilizar o projeto de articulação do litoral ao interior pela bacia do Cachoeira. A aldeia dos *Grên* no rio Almada foi erguida em terrenos pertencentes aos jesuítas do colégio de Santo Antônio de Lisboa, entre os anos de 1694

---

<sup>25</sup> PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103.

e 1695.<sup>26</sup> A ausência de padres e a dispersão dos índios resultaram em que a aldeia fosse transferida para uma sesmaria vizinha pertencente aos jesuítas do colégio da Bahia. Em meados do século XVIII a aldeia ficou sem a presença de qualquer autoridade civil ou religiosa e iniciou-se um novo abandono das suas terras por parte dos índios. Um dos proprietários vizinhos interessados na manutenção da aldeia, Pascoal de Figueiredo, incentivou a vinda dos padres do Santana com o objetivo de reconduzir os índios dispersos.<sup>27</sup>

O projeto contou com a ajuda de um escravo fugitivo do engenho de Santana que havia se refugiado entre os *Grên* e conhecia a sua língua. Em troca dos seus favores os jesuítas o alforriaram e o vice-rei concedeu-lhe a patente de capitão dos índios. Certamente a existência daquele aldeamento contribuiu para a ocupação gradual dos terrenos do Almada e da lagoa Encantada, funcionando como uma barreira às incursões dos índios não-assimilados.

Em 1815, por iniciativa do ouvidor Lisboa, os índios foram transferidos para uma aldeia às margens do Cachoeira, onde iriam mais uma vez desempenhar o papel de proteção às áreas de expansão agrícola. O desembargador Lisboa, interessado no desenvolvimento da produção em suas terras, cedeu aos *Grên* alimento, roupas e ferramentas agrícolas.<sup>28</sup> Anos antes, Gonçalves da Costa conseguiu autorização para deslocar os *Grên* para o serviço de abertura da estrada ligando suas fazendas à Barra do Rio de Contas. De acordo com o governo provincial, em 1857, cacau e café eram plantados pelos índios de Ferradas dirigidos pelo capuchinho frei Vicente d'Ascoli.<sup>29</sup>

Na visão do governo português, a abertura de estradas entre a Bahia e Minas era fundamental para a exploração comercial da pecuária e de minérios, permitindo a fixação de núcleos que servissem de apoio aos viajantes e tropeiros que as percorressem. Gonçalves da Costa foi convencido das vantagens econômicas de uma estrada ligando as suas fazendas às vilas do norte da comarca dos Ilhéus, onde a agricultura e a extração de madeira se tornavam importantes geradoras de renda ao governo. A estrada tinha e extensão de 80 léguas, através de florestas, serras e alagadiços, em direção às vilas da Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, e Camamu por onde desceu a primeira boiada para a comarca.<sup>30</sup>

---

<sup>26</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 126.

<sup>27</sup> DIAS, *Economia, sociedade e paisagens*, p. 381.

<sup>28</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 313.

<sup>29</sup> APEBa, SCP, Série Diversos, Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Enviado ao Conde dos Arcos, Governador Geral da Bahia, 4/7/1815, maço 230 e CAMPOS, *Crônicas*, p. 337.

<sup>30</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 262-3.

A cultura algodoeira e a pecuária foram as principais atividades econômicas responsáveis pelo surgimento da vila de Vitória da Conquista no início do século XIX. A vila, por sua estratégica localização geográfica entre as Minas Novas, o litoral sul-baiano e o Recôncavo, era a base dos empreendimentos da família de Gonçalves da Costa. Os lucros comerciais advindos da abertura de estradas passando por suas fazendas justificariam os inúmeros sacrifícios na luta contra o meio inóspito e milhares de *Kamakã-Mongoió*.<sup>31</sup>

Enquanto Ferradas foi erguida para facilitar a comunicação do litoral com o sertão da Ressaca, a aldeia de Olivença serviu ao propósito de favorecer a colonização ao sul de Ilhéus até as fronteiras com Porto Seguro, região onde a catequese havia sido iniciada no século XVI. Os territórios das antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro eram tradicionalmente habitados por diversos povos das famílias *Maxacali*, *Kamakã*, *Pataxó* e *Grên*, também conhecidos por *Aimoré* no período colonial.<sup>32</sup> A catequese jesuítica havia estabelecido inúmeras aldeias que tinham o papel estratégico de fornecerem mão-de-obra para o desmatamento e para o cultivo das terras, além de servir como base de povoamento ao favorecer a expansão da ocupação territorial.<sup>33</sup>

A aldeia de Nossa Senhora da Escada, depois vila de Olivença, era um dos mais antigos aldeamentos jesuíticos do sul da Bahia. Uma documentação da ouvidoria da Bahia datada de 1768, utilizada por Dias em sua tese, se refere ao mais antigo registro sobre a “aldeia dos padres”: o livro de assentamento de batismos aberto pelo padre Teodósio de Moraes no ano de 1682. Dessa forma, o aldeamento teria provavelmente se originado na segunda metade do século XVII. Na data do relatório do ouvidor Luis de Veras a população local era formada por 122 casais que somavam 508 pessoas, entre as quais três escravos, que residiam em casas de taipa cobertas de palhas que formavam uma praça principal.<sup>34</sup>

Os jesuítas foram responsáveis pela pacificação de índios hostis à presença portuguesa nos seus territórios e à escravização dos seus povos. Os aldeamentos e as extensas porções de terras doadas à ordem inaciana a fizeram senhora de praticamente todas as áreas agricultáveis da capitania, englobando a sesmaria das doze léguas e o engenho de Santana. Aos poucos os

---

<sup>31</sup> SOUSA, M. A. S. de. **A conquista do sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.** Vitória da Conquista-BA: Edições UESB, 2001, p. 108.

<sup>32</sup> DANTAS, B. et alli. “Os povos indígenas do nordeste brasileiro”. In: CUNHA, M. da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 432.

<sup>33</sup> MARCIS, T. **A hecatombe de Olivença: construção e reconstrução da identidade étnica, 1904.** FFCH / UFBA. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 2004, p.27.

<sup>34</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, p.194.

índios das aldeias de Olivença Barcelos e Santarém e do Almada haviam abandonado a maior parte dos seus costumes, inclusive os idiomas nativos, expressando-se em língua portuguesa.

Os índios aldeados tinham seus próprios juízes e capitães-mores, assim como escolhiam os seus próprios sobrenomes retirados dos brancos locais. Não raro chegavam a adotar o nome completo. Tal prática foi também adotada na região pelos escravos negros que, quando libertados, adotavam o sobrenome dos antigos senhores. Ao utilizarem esta e outras estratégias, os índios “civilizados” buscaram uma forma de se adequar simbolicamente ao mundo dos colonos e buscar abrigo contra os grupos que ainda não haviam sido assimilados pela catequese e que hostilizavam os que passaram pelo processo de cristianização.

Alguns índios dessas vilas estavam tão ligados aos costumes ocidentais que haviam sido investidos em cargos civis e militares; muitos “apresentavam-se de casaca nos atos públicos e particulares”.<sup>35</sup> Em recentes escavações no “quadrado” de Olivença foram encontradas ossadas humanas que podem indicar a adoção do enterro dentro ou em torno das igrejas cristãs pela população local. Até a primeira metade do século XVIII, os padres jesuítas foram a ponta-de-lança dos esforços da coroa portuguesa para o controle das populações indígenas e para a expansão da economia colonial.

Os padres jesuítas haviam exercido uma influência incontestável na economia da capitania ilheense, em parte por sua eficácia na catequese das etnias que habitavam o seu território, em parte pelo domínio de amplas propriedades rurais que praticamente monopolizavam a produção agrícola local, como a citada sesmaria das doze léguas cuja testada ia da ilha de Boipeba ao rio de Contas. Os padres arrendavam parte dos seus terrenos configurando uma classe de pequenos proprietários de escravos produtores de farinha com pouco acesso à mão-de-obra indígena das aldeias jesuíticas.

A disputa pela mão-de-obra indígena entre padres e colonos era uma constante como se percebe na documentação oficial sobre, por exemplo, a “aldeia dos padres” ou de Nossa Senhora da Escada. No início do século XVIII uma rebelião dos índios contra a administração jesuítica, estimulada pelos colonos, chamou a atenção do vice-rei Marquês de Angeja, que recomendou ao capitão-mor dos Ilhéus que cuidasse do imediato envio de um pároco para a aldeia. Os índios seriam obrigados a lavrar uma roça de mandioca para o mesmo e fornecer-lhe uma canoa com quatro pescadores garantindo-lhe o seu sustento. Os padres, porém,

---

<sup>35</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 293.

estariam limitados à administração espiritual da aldeia, enquanto a jurisdição temporal ficaria a cargo do capitão-mor como uma medida provisória para conter os ânimos.<sup>36</sup>

A cristianização possibilitou transformar os povos indígenas da capitania em mão-de-obra no cultivo da terra, na abertura de estradas e no povoamento e defesa das áreas de expansão agrícola. A produção de Olivença consistia em farinha de mandioca, feijão e bananas e a alimentação era completada com frutos do mar e caça selvagem. Havia uma produção artesanal de rosários, coquilhos, fios de algodão, tabuados, estopas de embira e cabos de piaçava, estes dois últimos utilizados na construção naval e no arrasto de madeiras das áreas de corte para os portos de embarque. Ainda segundo a documentação as terras da aldeia eram apropriadas coletivamente, sendo alguns terrenos reservados para o uso exclusivo dos padres.

Parte da população masculina de Olivença trabalhava como jornaleiros nas propriedades circunvizinhas, particularmente na derrubada de árvores. Havia treze serradores entre os oficiais mecânicos de Olivença, um alfaiate e um sapateiro. Todos os demais eram torneiros de contas, e o que recebiam era dividido entre o missionário e o consumo de mercadorias de baixo custo, especialmente a aguardente vendida pelos colonos.<sup>37</sup> O comércio local consistia da venda de pequenas quantidades de farinha, rosários de contas e fibras de ticum para cordas, redes e linhas de pesca.

Os jesuítas buscaram adaptar a produção artesanal aos padrões de consumo dos colonos. A confecção de rosários feitos de cocos da piaçava torneados era enviada para o colégio de Salvador, onde recebia o acabamento final e encontrava uma demanda razoável. Com a palha da piaçava também produziam chapéus, redes, esteiras e cestos vendidos no mercado de Ilhéus e exportados para Salvador. O principal sustento alimentar dos índios e dos padres era a pesca, havendo pouca referência à caça ou à coleta de alimentos como atividades econômicas dos índios da aldeia.<sup>38</sup>

Além desses produtos, havia uma comercialização regular para Portugal de cocos e pentes de casco de tartaruga, o que teria estimulado a abertura de fábricas durante o reinado

---

<sup>36</sup> ABN, Coleção Documentos Históricos, v. 43, pp. 50-1.

<sup>37</sup> DIAS, **Economia, sociedade e paisagens**, p.198.

<sup>38</sup> PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia**. FFCH / UFBA. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 1982, p. 193.

de José I.<sup>39</sup> A fibra de ticum era mais utilizada para a fabricação de cordoaria para os cortes de madeira e embarcações. A cordoaria era fundamental para o processo de arrasto ou “puxada” da madeira feita por bois e homens até os portos de embarque no litoral. A existência de estaleiros nas vilas da capitania remonta ao século XVII. Nesse período Ilhéus, Camamu, Boipeba e Cairú construíam embarcações e peças beneficiadas fornecidas ao arsenal da Bahia.

Provavelmente esses estaleiros consumiam regularmente a produção dos índios de Olivença gerando uma pequena, porém constante receita para a população local. Os recursos produzidos pelos oliventinos eram, em grande parte, aplicados no patrimônio da igreja de Nossa Senhora da Escada. O templo possuía coro, pia batismal de pedra, púlpito, altar mor com friso dourado, paramentos com dezenas de objetos de luxo, como vestes de seda e franjas de ouro, panos de seda da Índia e de Damasco.

Esse quadro difere totalmente dos apresentados pelos viajantes estrangeiros quanto à decadência das vilas do litoral do sul da Bahia e indolência dos seus habitantes. Os relatos estão eivados da visão preconceituosa dos europeus em relação aos povos americanos e seus mestiços, tidos como exemplo da degeneração biológica do cruzamento entre diferentes “raças”. A maior parte desses escritos dá conta das questões relativas aos costumes indígenas e aos aspectos da natureza, não havendo uma preocupação maior em discutir aspectos econômicos e sociais dos colonos e de suas vilas.<sup>40</sup>

A abertura dos portos da América portuguesa para navios estrangeiros possibilitou que os cidadãos das demais nações européias, especialmente interessados na natureza e nas sociedades indígenas, pudessem explorar as matas nativas. Os relatos desses viajantes sobre a realidade brasileira consolidaram uma imagem impregnada de preconceitos. As representações sociogeográficas construídas pelos escritos dos naturalistas deram forma a uma identidade européia em relação aos demais continentes: o processo de oposição entre o “eu” europeu civilizado e o “outro” bárbaro.<sup>41</sup>

O progresso científico e tecnológico ocorrido durante o século XIX correspondeu a uma idéia de superioridade cultural e biológica dos europeus em comparação aos demais

---

<sup>39</sup> MOTT, L. **Os índios no sul da Bahia**: população, economia e sociedade, 1740-1854. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, n. 1:1, 1998, p. 103.

<sup>40</sup> MAHONY, **World cacao made**, pp. 132-3.

<sup>41</sup> Ver DUARTE, R. H. **Olhares estrangeiros**: viajantes no vale do Mucuri. Revista Brasileira de História, São Paulo, Anpuh / Humanitas Publicações, v. 22, n. 44. 2002, pp. 267-288; e PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru-SP: EDUSC, 1999, p. 31 e ss.

povos do planeta. A percepção evolucionista do processo civilizatório gerou um alto grau de incompreensão aos diferentes modos de vida encontrados nos agrupamentos humanos estudados.

Wied-Newied, um dos primeiros e mais importantes viajantes estrangeiros a visitar o sul da Bahia, descreveu as vilas e seus arredores, especialmente as aldeias indígenas, destacando a pobreza arquitetônica e social. Para eles as ruínas do colégio jesuíta e a simplicidade das casas da vila dos Ilhéus simbolizavam a decadência dos seus habitantes. As aldeias e as pequenas fazendas tinham uma produção insignificante de aguardente, arroz, farinha e café que era mandada para Salvador. Não há referências sobre o cultivo do cacau ou sobre a extração de madeira entre os produtos locais.<sup>42</sup>

Ainda segundo Wied-Newied, a população era irremediavelmente preguiçosa e incapaz de promover o desenvolvimento material das vilas, especialmente pela predominância de mestiços. Essa imagem negativa, construída em torno de referências eurocentradas, servirá de modelo para os futuros visitantes estrangeiros e seus escritos sobre a região, como Martius, Denis, Ave-Lallemant e Maximiliano de Habusburgo.

### **Os novos produtos agrícolas e o plantio do cacau**

Conforme foi apontado anteriormente, desde o final do século XVIII os novos produtos agrícolas de exportação se estabeleceram nas tradicionais áreas de produção de farinha para o mercado soteropolitano. Nesse período, a cachaça, o café, o cacau e o arroz passaram a competir com a mandioca. Apesar da tentativa oficial de frear o crescimento dessas novas lavouras, o cultivo de café e de cacau se expandiu sem, no entanto, diminuir as quantidades de farinha enviadas para Salvador. A produção de farinha que, em 1799, era estimada em 40.000 alqueires havia dobrado seis décadas depois.<sup>43</sup>

A exploração desses novos produtos seguia o ritmo positivo da produção agrícola provincial que durou até as primeiras décadas do século XIX. O aumento da demanda no

---

<sup>42</sup> Sobre o assunto ver WIED-NEWIED, M. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1989.

<sup>43</sup> BARICKMAN, **Um contraponto baiano**, p.155.

mercado externo favoreceu não apenas o açúcar na área tradicional de cultivo, como também possibilitou a abertura de novas fronteiras agrícolas no sul da Bahia. A especialização em um produto de exportação, o cacau, adveio de um processo regional de crescimento e diversificação econômica que ocorria desde a segunda metade do século XVIII. Nos anos que se seguiram à independência, a agricultura de subsistência e a extração de madeira continuaram a ser as principais atividades econômicas, mas o cultivo de cacau era o que mais crescia.

Ao final do século XVIII as novas culturas, entre as quais cacau e café, foram responsáveis por uma lenta, mas gradual mudança econômica e social nas vilas do litoral sul-baiano. A referência mais antiga sobre o cultivo de cacau na Bahia data de 1655, quando o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas solicitou garfos brotados e amêndoas a Paulo Martins Garro, capitão-mor do Grão-Pará.<sup>44</sup> Os garfos ou sementes deveriam ser enviados ao Ceará, e dali transportados para a Cidade do Salvador. Na carta que enviou ao Pará, o vice-rei confessou-se “afeiçoado ao chocolate” e julgou útil ao Brasil a intensificação do seu plantio, principalmente na Bahia, cuja região sul possuía um clima semelhante ao amazônico.<sup>45</sup>

As várias hipóteses envolvendo as origens do cacau na Bahia têm despertado uma longa polêmica. Alguns autores afirmam que o cacau foi trazido do Pará, em 1746, por um francês chamado Louis Warneaux e plantado inicialmente na fazenda Cubículo, à margem direita do Pardo. Zehntner assevera que o cacau foi trazido para a Bahia no final da década de 1750 e plantado, em primeiro lugar, no município de Ilhéus. Outros situam o início do plantio no começo da década de 1780, no governo do Marquês de Valença.<sup>46</sup>

Matias Cunha situa a introdução do cacau no sul baiano “por volta de 1780, quando governava a Bahia o Marquês de Valença”, quando se iniciou o cultivo em diferentes pontos da antiga capitania de Ilhéus, “tocando provavelmente a Ferreira Câmara o encargo das primeiras plantações”. Ainda em 1783, o corregedor da comarca de Ilhéus Nunes da Costa comunicou ao governo da Bahia o plantio do café e do cacau, “o qual fica com o excelente princípio de quatrocentos mil pés.”<sup>47</sup> A respeito da questão sobre o local das primitivas

---

<sup>44</sup> CALDEIRA, C. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1954, p. 9.

<sup>45</sup> CAMPOS, **Crônica**, p. 522.

<sup>46</sup> Sobre o assunto ver TAVARES, J. da S. **O comércio de cacau**, particularmente no Estado da Bahia. Bahia, 1915; e BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.

<sup>47</sup> BERBERT DE CASTRO, E. **Formação econômica e social de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 47.

plantações, vale ressaltar que até o ano de 1834, quando foi elevado à categoria de vila imperial, o distrito de Canavieiras pertencia ao município de São Jorge dos Ilhéus.

O crescimento do consumo de chocolate na Europa e EUA, assim como o desenvolvimento da sua industrialização nesses locais, estimularam as autoridades portuguesas a propagarem, entre os fazendeiros do sul da Bahia, o cultivo do cacau. A partir da década de 1770 a coroa portuguesa iniciou intermitentemente o incentivo, entre os agricultores da comarca de São Jorge, do plantio de novas lavouras para exportação, com o intuito de diminuir a dependência do comércio do açúcar. Lavouras alternativas como o café, cacau e algodão, tiveram seu plantio iniciado nas propriedades particulares e nas missões indígenas, ao longo do litoral.

Como observa Mattoso, com a introdução de novas culturas, o governo português desejava transformar o sul da Bahia em outro Recôncavo. Desde o final do século XVIII membros da administração colonial se empenharam em divulgar as possibilidades de exploração agrícola da região e vários estudos foram publicados sobre o assunto.<sup>48</sup> Ferreira Câmara, um dos principais proprietários de terras do sul baiano, produziu um importante trabalho sobre os aspectos geográficos e econômicos da comarca, apresentado perante a Academia de Ciências de Lisboa, da qual era membro. A obra abordou as oportunidades para o desenvolvimento econômico da comarca de São Jorge dos Ilhéus e a valorização do programa do governo português de introdução do cacau na região entre os anos de 1780 e 1783.

De acordo com o texto, o clima e o solo da comarca eram favoráveis ao plantio de inúmeras lavouras devido às constantes chuvas, principalmente ao cultivo do cacau proveniente da região amazônica. Ferreira Câmara defendeu que o fruto representava uma excelente oportunidade de investimento, pois o valor do cacau exportado pelas colônias espanholas excedia as exportações de ouro do Brasil, devido ao intenso consumo do chocolate no mercado europeu. Outra vantagem apontada no cultivo do cacau, principalmente em relação à cana-de-açúcar, era a necessidade de pouca mão-de-obra no seu plantio e manutenção.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> MATTOSO, K. de Q. **Bahia no século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 65.

<sup>49</sup> FERREIRA CÂMARA, M. **Ensaio de descrição física e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus**. Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. 1 (1789), pp. 304, 307 e 310.

O plantio intensivo do cacau encontrou uma série de dificuldades iniciais. Ferreira Câmara atribuiu parte do problema à concorrência do comércio de farinha e madeira para Salvador. Os preços do cacau ainda não eram atrativos para o produtor, pois estavam abaixo dos que eram cobrados em Portugal. O mercado para o cacau trazido do Pará e plantado na Bahia era bastante restrito e o seu plantio era limitado às áreas próximas aos cursos d'água. Por outro lado, o cacau exportado pelas colônias espanholas era de uma variedade superior, o *criollo*, natural da América Central e Venezuela.<sup>50</sup>

A partir do ano de 1835, o cacau tomou parte regular nas exportações anuais da província. Nesse período, o valor do cacau era pequeno em relação ao total das exportações provinciais, mas foi um dos raros produtos agrícolas a crescer de importância na receita da Bahia no século XIX. O cacau, que de início conviveu lado a lado com o açúcar, a mandioca e o café, acabou por tudo abarcar, transformando o sul baiano numa região monocultora.<sup>51</sup>

**Tabela 2– Exportação de cacau em toneladas (1830-1890)**

Décadas	Toneladas	Incremento %
1830	26	
1840	103	+296
1850	293	+190
1860	570	+91
1870	1.196	+110
1880	1.510	+26
1890	3.503	+131

Fonte: CAMPOS, *Crônica*, 1981, p. 525; MAHONY, *The World Cacao*, 1996, p. 203.

A expansão da fronteira agrícola de Ilhéus teve um impulso decisivo com a abertura de pequenas propriedades produtoras de cacau entre a aldeia de Ferradas e o atual Banco da Vitória, ao longo do Cachoeira, e entre os arraiais de Aritaguá e Castelo Novo, no rio Almada, no que poderíamos chamar de fronteira oeste. Outra área, de ocupação mais antiga e próxima ao litoral, continuou a ter nas mercadorias tradicionais os seus principais produtos até o final do século, quando cedeu espaço para o cacau.

A expansão da cacauicultura teve um impulso definitivo na década de 1860 os quais, com a introdução de novos tipos da planta conhecidos como Forasteiro e Pará que, devido a

<sup>50</sup> Id, *Ibid*, pp. 310 e 317.

<sup>51</sup> APEBa, SCP, Câmara de Ilhéus, maços nn. 5540 e 5459.

sua maior resistência, podiam ser explorados em terrenos não tão úmidos como as margens dos rios. As terras dos engenhos e serrarias que estavam com suas atividades paralisadas foram ocupadas, substituídas gradativamente pela produção de cacau. Com isso, o fluxo migratório para as matas da região aumentou substancialmente.

A zona entre Una e Comandatuba passou a receber colonos, em sua maioria grupos familiares, vindos do norte da província, que se dedicaram ao plantio de cacau, café, mandioca, milho, arroz e feijão. Os registros indicam a vila do Conde e Inhambupe como principais centros de origem dos desbravadores dos terrenos entre Ilhéus e Canavieiras. As margens do rio Cachoeira eram as mais cultivadas e procuradas pelos recém-chegados, especialmente a zona entre a atual cidade de Itabuna e a aldeia de Ferradas.<sup>52</sup>

O constante aumento da demanda externa valorizou o preço do cacau e a sua contribuição para as rendas provinciais. No ano de 1869, o presidente da província mencionou o cacau como um produto de significativo crescimento econômico, cujo valor para as exportações baianas somente poderia aumentar.<sup>53</sup> A safra do ano anterior, quando foram exportadas 57.078 arrobas de cacau pelo porto de Salvador, fez o presidente da província comentar que, “o cacau enfim começa esperançoso, e sua cifra há de subir, porque é, talvez, a cultura de maior vantagem.”<sup>54</sup>

Gradualmente, a fronteira oeste começou a ser dominada pelas plantações de cacau, expandindo-se para a área dos atuais municípios de Itabuna (antiga Tabocas) e Buerarema (antiga Macuco), na bacia do Cachoeira; e os de Uruçuca (antiga Água Preta) e Itajuípe (antiga Pirangi), na bacia do Almada. A construção de novas serrarias e engenhos havia cessado na metade do século XIX. Apesar da produção de açúcar e aguardente não ter sido interrompida, a partir dessa época os capitais eram investidos de preferência nas plantações de cacau.

De acordo com Guerreiro de Freitas, em meados do século XIX, apesar do produto já ter adquirido alguma importância, a produção do Pará ainda respondia por cerca de 80% do cacau exportado pelo Brasil. A Bahia participava com o restante, através da produção das

---

<sup>52</sup> CAMPOS, *Crônica*, pp. 391-2 e 400.

<sup>53</sup> BAHIA. Relatório que apresenta à Assembléia Legislativa o Exmo. Barão de São Lourenço, Presidente da mesma Província em 11/4/1869. Salvador: Tipografia Tourinho, 1869.

<sup>54</sup> BONDAR, G. *A cultura de cacau na Bahia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938, p. 28.

comarcas do sul.<sup>55</sup> Mesmo não compreendendo a metade das exportações anuais do município, o cacau foi o produto que mais se desenvolveu na pauta de exportação local e as suas plantações eram maiores do que as de qualquer outro gênero produzido. Na década de 1860, a produção anual de cacau correspondia a mais de 48% das exportações, o café a aproximadamente 5%, enquanto açúcar, madeira e outros produtos juntos compunham o restante da produção municipal.<sup>56</sup>

Assim como em toda a província, sua produção agrícola era em grande parte baseada na mão-de-obra escrava, que aos poucos foi sendo substituída pelo trabalho livre na lavoura do cacau. Como observa Mahony, os escravos foram instrumentos fundamentais para o estabelecimento da economia cacauceira da Bahia e para a sociedade que com ela se formou. Evidentemente, nem todos os fazendeiros de cacau possuíram escravos, nem a escravidão foi a única forma de mão-de-obra utilizada mas, sem dúvida, a sua presença marcou a primeira fase do cultivo.<sup>57</sup>

Diferentes grupos sociais foram responsáveis pelo crescimento da economia cacauceira: aristocráticos plantadores de cana do Recôncavo, colonos europeus, migrantes nordestinos, trabalhadores escravos e libertos, índios pacificados e lavradores locais. O trabalho livre, de cunho familiar, desenvolvido desde a gradual ascensão do plantio do cacau, permitiu que a economia do sul baiano crescesse sem aumentar o número de escravos utilizados na sua lavoura.

Os inventários *post-mortem* são uma das principais fontes sobre a situação dos plantios e das propriedades agrícolas e as mudanças ao longo do século XIX. Deles emergem a questão das diferenças entre os sesmeiros e o lavrador comum. Enquanto os primeiros formavam um grupo essencialmente composto por brancos europeus e nacionais cujas propriedades estavam situadas em áreas próximas ao litoral e se dedicavam comercialmente a mais de uma cultura, os últimos compunham-se de membros de diversos grupos das classes

---

<sup>55</sup> GUERREIRO DE FREITAS, A. F. **Os donos do fruto de ouro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), FFCH/UFBA, Salvador, 1979, p. 12.

<sup>56</sup> BAHIA. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Presidente da Bahia comendador Manoel Pinto de Souza Dantas em 1/3/1866. Tipografia Tourinho, 1866; e APEBa, SJ, CJI, maço 2400.

<sup>57</sup> MAHONY, M. A. **Instrumentos necessários**: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Revista Afro-Ásia, nn. 25-26, Salvador, UFBA, 2001, pp. 95-6.

populares, com uma pequena posse aberta nas matas do interior e que tinham no cacau o seu único produto comercial.<sup>58</sup>

O número de cacauzeiros plantados demonstra a importância da propriedade agrícola. Com base em dados levantados nos inventários ilheenses da segunda metade do século XIX, Mahony agrupou os plantadores em diferentes categorias de acordo com a quantidade de cacau produzido em suas fazendas. Pequenos produtores eram os que possuíam de mil a cinco mil árvores, enquanto os de médio porte possuíam entre cinco e dez mil pés de cacau. Os grandes produtores possuíam um número que variava de vinte a cem mil pés. Poucos possuíam mais de cem mil árvores de cacau, mas havia, no mínimo, dois com mais de duzentos mil pés: Pedro Cerqueira Lima e Fortunato Pereira Gallo, oriundos de Salvador e do Recôncavo, nas fazendas Almada e Santo Antonio da Ribeira das Pedras.<sup>59</sup>

Os Inventários do município de Ilhéus são eloquentes quanto ao crescimento do número de propriedades produtoras de cacau na segunda metade do século XIX. Dos 437 inventários registrados no Arquivo Público do Estado, somente dois são do século XVIII e quarenta da primeira metade do século XIX. O número de inventários cresce significativamente para 92 na década de 1860, 137 na década de 1870 e 165 na década seguinte.

Ilhéus exportava cacau, café, açúcar, madeira falquejada e serrada. Essa produção vinha aumentando a cada ano devido à valorização dos produtos no mercado da capital da província, destino final de tudo que era exportado, à exceção de tabuados para a província de Sergipe e pranchões para o Rio de Janeiro. As madeiras eram transportadas por embarcações de porte vindas de Alagoas e da corte. A valorização dos produtos acima citados, as irregularidades das estações e o desvio da mão-de-obra existente haviam reduzido a produção de gêneros de subsistência, encarecendo-os sobremaneira.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> APEBa, SJ, Inventários *Post-Mortem* de Ilhéus.

<sup>59</sup> MAHONY, **The world cacao made**, pp. 275-6.

<sup>60</sup> CAMPOS, **Crônica**, pp. 376-7.

**Tabela 3– Produtos exportados do município de Ilhéus (1866-1867)**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unidade (mil réis)</b>	<b>Total</b>
Cacau	31 778 @	5 000	<b>158:890</b>
Aguardente	22 576 canadas	1 000	<b>22:576</b>
Açúcar	9 624 @	2 200	<b>21:172</b>
Piaçava	26 295 @	800	<b>21:036</b>
Caixaria	1 572 carradas	12 000	<b>19:000</b>
Café	4 252 @	4 000	<b>17:008</b>
Farinha	8 015 alqueires	2 000	<b>16:030</b>
Madeiras	1 599 dúzias	10 000	<b>15:990</b>
Arroz	730 alqueires	4 000	<b>2:920</b>
Algodão	136 @	13 000	<b>1:768</b>
<b>Total</b>			<b>296:390</b>

**Fonte:** APEBa, SJ, CJI, Lista dos gêneros exportados desta villa dos Ilhéos para a Cidade da Bahia de 1 de janeiro até 30 de junho do corrente anno de 1867, maço 2399.

A análise dos Registros Eclesiásticos dos municípios de Ilhéus e Canavieiras permitiu um olhar mais aprofundado sobre a situação das plantações de cacau na área de estudo, em meados do século XIX. As tabelas 4 e 5 mostram que o cultivo do cacau era mais intenso em Ilhéus do que em Canavieiras, em que a maior parte das 257 propriedades locais registradas era composta por coqueirais próximos ao litoral. Em Canavieiras a cultura do cacau estava em uma fase incipiente, ainda limitada às margens mais distantes do Pardo, enquanto a maioria absoluta das propriedades ilheenses que registraram a natureza das suas plantações produzia cacau em seus terrenos.

Um total de 80 das 96 propriedades ilheenses cujos registros declaravam a sua produção possuía plantações de cacauzeiros. Menos da metade dessas propriedades produzia mais de um tipo de lavoura e, onde era cultivada apenas uma lavoura, predominava a do cacau. Nas propriedades com duas lavouras, freqüentemente eram cultivados o cacau e a mandioca. Produtos tradicionais, como a cana-de-açúcar e a mandioca, têm uma participação bastante reduzida nos registros de produção. Porém, conforme a tabela 6, tanto em Ilhéus quanto em Canavieiras a forma de aquisição das propriedades demonstra que havia um significativo investimento na compra de terras no sul da Bahia. Aproximadamente metade das propriedades que registraram a forma de aquisição foi obtida através de compra, o que traduz uma vontade de se investir em terras municipais, principalmente para o cultivo do cacau.

**Tabela 4- Número de propriedades voltadas para a produção agrícola associada nos municípios de Ilhéus e Canavieiras**

<b>Produção</b>	<b>Ilhéus</b>	<b>Canavieiras</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Coco	03	131	134	<b>37.9</b>
Cacau	54	10	64	<b>18.0</b>
Cacau/Café	06	37	43	<b>12.2</b>
Cacau/Café/Mandioca	09	15	24	<b>6.8</b>
Café	02	15	17	<b>4.8</b>
Mandioca	04	13	17	<b>4.8</b>
Café/Mandioca	-	13	13	<b>3.8</b>
Mandioca/Coco	-	11	11	<b>3.1</b>
Cacau/Mandioca	08	02	10	<b>2.8</b>
Cana	03	04	07	<b>2.0</b>
Outras	07	06	13	<b>3.8</b>
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>257</b>	<b>353</b>	<b>100</b>

**Fonte:** APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

**Tabela 5- Número de propriedades voltadas para a produção agrícola isolada nos Municípios de Ilhéus e Canavieiras (353 Registros)**

<b>Produção</b>	<b>Ilhéus</b>	<b>Canavieiras</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Coco	03	142	145	<b>41.7</b>
Cacau	77	64	141	<b>40.0</b>
Café	17	80	97	<b>27.4</b>
Mandioca	21	54	75	<b>21.2</b>
Cana	03	04	07	<b>2.0</b>

**Fonte:** APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

**Tabela 6- Formas de aquisição das propriedades rurais (274 registros)**

<b>Aquisição</b>	<b>Ilhéus</b>	<b>Canavieiras</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Compra	91	51	142	<b>51.8</b>
Herança	86	22	108	<b>39.4</b>
Doação/Concessão	08	16	24	<b>8.8</b>
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>89</b>	<b>274</b>	<b>100</b>

**Fonte:** APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Uma quantidade significativa de propriedades, especialmente de grande porte, eram de posse de estrangeiros. Conforme os dados da tabela 7, em Ilhéus elas chegam a quase 10% do total das propriedades registradas. No município de Canavieiras a proporção é relativamente menor, pouco mais de 5% das propriedades registradas. Analisados em conjunto, os registros de Ilhéus e Canavieiras apontam que os estrangeiros com maior número de propriedades na região eram alemães com mais de 36%, seguidos pelos franceses, com 27, 2 %, os portugueses, com 25% e, finalmente, os suíços, com pouco mais de 10%. Em um universo de 582 propriedades registradas, 44 delas pertencem a europeus ocidentais de várias origens sociais, desde humildes proletários com pequenas posses aos grandes sesmeiros, muitos dos quais de origem nobre, conforme discutiremos adiante.

**Tabela 7- Propriedades rurais de estrangeiros (44 registros)**

Nacionalidade	Ilhéus	Canavieiras	Total	%
Alemã	13	03	16	<b>36.3</b>
Francesa	04	08	12	<b>27.2</b>
Portuguesa	05	06	11	<b>25</b>
Suíça	03	02	05	<b>11.2</b>
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

**Fonte:** APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Tomando os dados referentes ao município de Ilhéus, em separado, o registro eclesiástico mostra a existência, nesse período, de sesmarias e fazendas com mais de uma légua em quadro, entre elas as pertencentes aos Sá Bittencourt, Homem d'El-Rei, Guimarães, Bastos, Cerqueira Lima, Sellmann, Aguiar, Pereira Gallo e Lavigne, muitas das quais produzindo cacau comercialmente.<sup>61</sup> Ao longo da lagoa Encantada existiam oito grandes propriedades e as dez léguas de terra às margens do Itaípe pertenciam em comum a cerca de duzentos indivíduos e famílias. As margens do Cachoeira, entre o atual Banco da Vitória e a vila de São Jorge estavam divididas em três sesmarias que permaneciam intactas.

<sup>61</sup> APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713.

As terras após o Banco da Vitória até a atual cidade de Itabuna, estavam divididas em pequenas propriedades, à exceção das pertencentes ao suíço Ferdinand von Steiger-Müssengen e a Antônio Ribeiro da Silva. Os colonos estrangeiros e outros lavradores, principalmente sergipanos, fixados às margens do Cachoeira, formavam a maioria dos proprietários de terras nessa zona. Grande parte dessas propriedades era de pequeno porte, variando entre dez a cem braças de frente, sendo o cacau a principal lavoura, plantada ao lado do café e da mandioca.

Com o fim da disponibilidade de terras devolutas próximas ao litoral, a fronteira expandiu-se mais e mais em busca das melhores terras para o plantio do cacau, principalmente nas zonas de Tabocas, Água Preta e Sequeiro do Espinho, atuais municípios de Itabuna, Uruçuca e Itajuípe. Ao lado da expansão agrícola ocorreu o surgimento de novos povoados na zona rural, principalmente no final do século XIX. A maior parte desses povoados nasceu nas proximidades das grandes fazendas, quase todos às margens de algum curso d'água.

Aos poucos não somente aumentava o número de lavradores de cacau na fronteira oeste, como os agricultores das outras áreas haviam transformado as serrarias e engenhos em fazendas de cacau. A produção de açúcar, aguardente, madeira e farinha não se extinguiu, mas limitou-se à demanda local, enquanto o cacau era o produto para exportação por excelência.

### **A participação estrangeira na economia cacaueira**

A difusão da lavoura cacaueira no sul da Bahia deu-se a partir de dois focos principais: as bacias dos rios Almada e Cachoeira, em Ilhéus, de onde se alastrou para o interior e o norte; e o vale do Jequitinhonha, de onde se estendeu para o extremo-sul.<sup>62</sup> Como foi apontado anteriormente, o início do cultivo comercial no município ilheense ocorreu na primeira metade do século XIX, às margens do Almada, sendo os pioneiros principalmente suíços e alemães com capital, que investiram na construção de engenhos, onde plantaram

---

<sup>62</sup> BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural da Bahia. **Monumentos e sítios do litoral sul**. Salvador, 1988, v. 5. p. 20.

cana-de-açúcar, café e cacau. Índios diaristas e negros escravos formavam a base da mão-de-obra utilizada na derrubada de árvores, no plantio e colheita das lavouras.

Felisberto Brant foi um dos principais responsáveis pela vinda de estrangeiros interessados em investir em novas culturas no Brasil, assim como de vários intelectuais que pesquisaram os costumes indígenas, a fauna e a flora locais. Vários técnicos foram contratados para trabalhar em suas propriedades, como o maquinista escocês Mathew Falconer, o engenheiro naval Jean Level e seu cunhado François Lavigne, estes últimos acompanhados de suas famílias. Foi também responsável pela vinda do médico Jast Muller para tratar dos escravos e trabalhadores do Santana.

O primeiro grupo de europeus com algum capital chegou entre as décadas de 1810 e 1820, e contribuiu com significativas mudanças para a região, como a abertura de grandes estabelecimentos agrícolas policultores que se transformariam em importantes fazendas de cacau. A abertura das matas às margens do Almada e dos seus afluentes, e a sua progressiva substituição pela roças de cacau e café foi inicialmente levada a termo pelos Weyll, Schimidt, Borel e Saueracker, conhecidos pela população local como os “solitários do Almada”. Em poucos anos foram seguidos por outros estrangeiros de diversas procedências como os Lavigne, Scola, Adami, Hohlenwerger e por investidores nacionais, estando entre eles as famílias Sá Bittencourt, Homem d’El-Rei, Pereira Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente e Cerqueira Lima, que formaram entre si em uma rede de relações sociais onde figuram a vizinhança, o casamento, o compadrio e as alianças políticas.

Ao final do século XIX a zona do Almada, transformada no 4<sup>o</sup> distrito de paz do município, possuía algumas das mais importantes fazendas de cacau da Bahia como a Bonfim, de Otaviano Moniz Barreto; a Almada, de Pedro Augusto Cerqueira Lima; as de Pedro Marques Valente; a Ermo Nobre e Castelo Novo, da família Homem d’El-Rei; as da família Sá Bittencourt; a Bom Gosto, de Luiz Gaston Lavigne; a Provisão, de Domingos Adami; e a Óculos, de João Carlos Hohlenwerger.<sup>63</sup>

O plantio intensivo do cacau nas matas do rio Cachoeira deu-se a partir de uma colônia de estrangeiros, principalmente de origem alemã. Esses colonos foram trazidos por Weyll e Saueracker, entre os anos de 1823 e 1824, para substituir a mão-de-obra escrava em suas fazendas no Almada. O período da chegada dos colonos coincidiu com o período caótico

---

<sup>63</sup> BORGES DE BARROS. *Memória sobre o município de Ilhéus*, p. 110.

da guerra de Independência. Várias dificuldades impossibilitaram a instalação dos colonos no Almada. Por ordem de Pedro II, incentivador da imigração alemã, a câmara de Ilhéus pagou diárias aos colonos pelo espaço de dois anos e mandou derrubar matas e preparar roçados à margem esquerda do Cachoeira para os mesmos.

A leva de imigrantes alemães formava um grupo de vinte e oito famílias com cento e sessenta e uma pessoas, entre crianças e adultos. Alguns possuíam ofícios urbanos, como ferreiros, padeiros e relojoeiros, e trouxeram meios para se estabelecer. Apesar da falta de infra-estrutura, das febres e do abandono de parte dos alemães que se transferiram para o sul do Brasil, os que ficaram foram auxiliados pelo governo imperial e municipal com dinheiro e terras às margens do Cachoeira entre o atual Salobrinho e atual cidade de Itabuna, entre as quais as famílias Berbert, Ninck, Scher, Schuepach, Stefans, Koch, Cordier, Dahl, Wense, Khaene, Kruschewsky, Bonin, entre outras, que vieram a formar um núcleo construído com base nas relações de família, vizinhança e política.

O grupo de alemães era formado por indivíduos da mais variadas faixas etárias e ocupações. Muitos colonos vieram acompanhados de filhos e netos, como o casal Felipe Ninck e Maria Margarida Dahl. Eles vieram de várias regiões da Alemanha, mas especialmente dos centros urbanos da Prússia, da Suábia e do Vale do Ruhr: Berlim, Potsdam, Frankfurt e Meissenheim.<sup>64</sup> Os colonos, em sua maioria, exerciam ofícios manuais como ferreiro, padeiro, alfaiate, carpinteiro, relojoeiro e maquinista, todos com pouca aptidão para o trabalho de camponês.<sup>65</sup>

Em poucos meses os colonos abandonaram as terras de Weyll e retornaram à vila dos Ilhéus. Há uma gravura de Wied-Newied que retrata as casas da “colônia de estrangeiros” nas proximidades da pequena vila. Em Ilhéus os alemães passaram a exigir do governo brasileiro o financiamento do seu retorno à Europa, pois os donos da sesmaria Almada não haviam cumprido a sua parte no contrato. Weyll e o sócio Saueracker não haviam conseguido alojamentos adequados e ferramentas para os colonos devido às dificuldades de abastecimento pelo bloqueio naval português a Cidade do Salvador. Além da falta de infra-estrutura, o clima tropical e o isolamento da propriedade de Weyll concorreram para o fracasso da colônia do Almada.

---

<sup>64</sup> MAHONY, *The world cacao made*, p. 231.

<sup>65</sup> APEBa, SJ, CJI, Eduardo Catalão ao Presidente da Província, 1887, maço 2404.

O governo imperial, interessado na permanência dos colonos em Ilhéus, cedeu pequenos pedaços de terra a cada família às margens do Cachoeira, entre as proximidades do atual *campus* da Universidade Estadual de Santa Cruz e o limite entre os municípios de Ilhéus e Itabuna. Foram alocados mais de quatro contos de réis para o auxílio financeiro às famílias de imigrantes pelo período de dois anos, repassados pela câmara municipal de Ilhéus. Muitos desses colonos se deslocaram para o sul do país, outros permaneceram e iniciaram o cultivo comercial do cacau nas margens do Cachoeira com sementes vindas da aldeia de Ferradas.<sup>66</sup>

A colônia estabeleceu-se definitivamente no terreno que, “estremando a fazenda Vitória, segue até o lugar denominado Cais, na extensão de uma légua pouco mais.”<sup>67</sup> Esses colonos alemães, junto a outros que chegaram ao decorrer do século XIX, estavam cientes do crescimento da indústria chocolateira na Europa e investiram antes no cacau do que nas lavouras tradicionais da Bahia.

Em sua visita à Ilhéus, o príncipe naturalista Maximiliano de Habsburgo relata suas impressões sobre a colônia alemã do Cachoeira. Elabora uma imagem desfavorável dos colonos, cujos filhos haviam esquecido a língua pátria e abandonado os costumes “civilizados” e haviam se tornado “totalmente brasileiros”.<sup>68</sup> Provavelmente os meninos alemães encontrados por Maximiliano no seu desembarque em Ilhéus fossem os filhos de Jonhann Heinrich Berbert, um dos colonos do Cachoeira, que havia enviado seus filhos para a residência da família Bezerra com o intuito de freqüentarem as aulas na escola da vila.

Da vila o príncipe e sua comitiva se dirigiram de canoa ao porto da fazenda Vitória, do barão Ferdinand von Steiger-Müssigen, filho de um suíço proprietário de ricas terras na Áustria e casado com a filha do tenente-coronel Egydio de Sá Bittencourt, presidente da câmara municipal de Ilhéus e proprietário da vizinha sesmaria da Esperança, ambas produtoras de café e cacau.<sup>69</sup> A fazenda de Steiger possuía 140 escravos que trabalhavam em suas plantações e na derrubada da mata. As escravas eram estimuladas a procriarem o mais cedo possível. As que tivessem mais de seis filhos eram agraciadas com prêmios para cada nova criança que nascia. O contato mais direto com os seus escravos dava à Steiger a possibilidade de tecer algumas considerações sobre a natureza dos negros.

---

<sup>66</sup> BERBERT DE CASTRO. **Formação econômica**, p. 50.

<sup>67</sup> Id, *Ibid.*, p.51.

<sup>68</sup> AUGEL, M. P. **A visita de Maximiliano da Áustria a Ilhéus**. Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 1981, p. 13.

<sup>69</sup> EDELWEISS, F. **Ensaio biográfico**. Salvador: Centros de Estudos Baianos / UFBA, 1976, p. 26.

Steiger, que cuidava pessoalmente dos partos, afirmou ao príncipe que o africano e seus descendentes, apesar da aparência, podiam ser considerados seres humanos, pois eram capazes de procriar, mesmo cruzando com um ser da raça branca e os frutos desse cruzamento, por sua vez, também eram capazes de procriar, o que não ocorria com os animais híbridos como, por exemplo, as mulas. O negro, segundo seu ponto de vista impregnado da lógica européia do período, era um ser humano, mas em um grau bastante inferior ao da raça branca.<sup>70</sup> Essa mentalidade acompanhou a trajetória histórica da região cacauceira e a formação dos seus grupos familiares e políticos, divididos em torno das idéias que faziam sobre as suas origens sociais.

Outros europeus continuaram a chegar ao longo do século. Diferentemente dos colonos proletários trazidos por Weyll, eles vieram com algum capital de sua posse ou eram relacionados com quem dispunha de recursos. A maioria veio da Europa Ocidental: portugueses, espanhóis, franceses, britânicos, suíços e italianos compraram terras em Ilhéus, abriram armazéns ou administraram grandes propriedades locais.

Uma pequena e influente colônia estrangeira formada por suíços participou ativamente no desenvolvimento do cultivo e comercialização do cacau para o exterior. Os primeiros chegaram a Ilhéus no início do século XIX quando o cacau dava os seus primeiros passos na sua trajetória econômica. Henri Borel, David Besuchet, Léo Dupasquier, Gabriel von May e Ferdinand von Steiger tinham como característica comum o ofício de militar na suíça e a posse de grandes extensões de terras no sul da Bahia, o que sugere que as possibilidades econômicas da região estimulavam o investimento de recursos por parte daqueles cuja fabricação de chocolate seria fundamental para a indústria nacional.

Em Ilhéus os suíços adquiriram grandes propriedades às margens do Almada: o engenho Castelo Novo, e do Cachoeira: a sesmaria Vitória. Do litoral até os seus limites dominava secularmente a policultura e a extração de madeira baseada na mão-de-obra escrava; daí em diante estava a floresta prestes a ser incorporada à economia local por levas de sergipanos, árabes, europeus e baianos.

A sesmaria Vitória havia pertencido inicialmente ao negociante britânico Houston Rigg Brown, que a comprou de Felisberto Brant por volta de 1823, com o intuito de explorar a extração de madeiras. Pouco depois a propriedade foi vendida ao suíço Gabriel von May,

---

<sup>70</sup> AUGEL, M. P. **A visita de Maximiliano**, p. 16.

que investiu na produção tradicional de açúcar e farinha e em novos produtos como cacau e café. Entre os anos de 1821 e 1836 a fazenda foi administrada pelo suíço Jean Schuepach, carpinteiro de ofício, que terminou por abrir sua própria oficina na vila de Ilhéus. Suas três filhas se casaram com filhos dos colonos alemães. Schuepach foi substituído por Jean Ritschard, também suíço, que se casou com uma das alemãs do Cachoeira e adquiriu suas próprias terras.

Em 1840 a fazenda passou a ser administrada pelo suíço Jean Hohlenwerger, o qual seguiu os passos de Ritschard e contraiu matrimônio com uma das alemãs da colônia do Cachoeira. Em 1846, Hohlenwerger transferiu a sua residência para a vila, onde abriu uma casa de comércio de gêneros de primeira necessidade e de compra e venda de cacau, sendo o primeiro suíço a comercializar o produto para o exterior.<sup>71</sup> Seus filhos Carlos e João Carlos Hohlenwerger se casaram com mulheres das famílias Sá e Lavigne e se tornaram grandes fazendeiros de cacau na zona do Almada.

A propriedade ficou em mãos de von May até 1852, quando este regressou à Europa e a transferiu para a firma Jezler & Cia. Em 1855, a Vitória foi adquirida pelo barão Ferdinand von Steiger, último administrador da fazenda enquanto propriedade de von May, com quem era aparentado. Steiger havia chegado a Ilhéus em 1846, com 21 anos de idade, influenciado pelos relatos de Humboldt sobre o “novo mundo” e decidido a se estabelecer como fazendeiro. Steiger havia se casado anos antes com Amélia, filha do tenente-coronel Egídio de Sá Bittencourt, cavalheiro e fidalgo do império, proprietário da sesmaria vizinha da Esperança.<sup>72</sup>

O povoado formado nas terras da sesmaria Vitória representou em boa parte do século XIX o papel de principal porto e centro comercial do município. Várias firmas de compra de cacau se estabeleceram com escritórios e armazéns para o estoque do cacau. Era o ponto inicial da viagem por terra entre Ilhéus e o distrito de Tabocas, considerada nessa época uma das zonas mais férteis para o cultivo do cacau. O povoado do “Banco da Vitória” perdeu sua importância com a construção da estrada de ferro. Praticamente todo o movimento comercial foi transferido para os povoados de Castelo Novo e Rio do Braço, na zona do Almada.

Outra importante propriedade cacaueira, a antiga sesmaria Castelo Novo, foi adquirida por Henri Borel assim que chegou à Bahia em 1817. Dez anos depois Borel ingressou na

---

<sup>71</sup> OLIVEIRA, W. F. de. **A saga dos suíços no Brasil, 1557-1945**. Joinville-SC: Editora Letradágua, 2007, p. 67.

<sup>72</sup> Id, Ibid, p. 64 e MAHONY, **The world cacao made**, pp. 237-8.

firma Meuron & Cia., da qual se tornou sócio em 1830, quando passou a residir na Cidade do Salvador. Borel faleceu no ano de 1833 em sua residência no Solar do Unhão, solteiro e sem filhos. A fazenda foi adquirida pela firma Meuron, onde igualmente trabalhava Gabriel von May. Este, oriundo de uma família aristocrática, se radicou na Bahia em 1819 acompanhado do compatriota Leo Dupasquier, que inicialmente iria administrar a extração de madeiras e o plantio de café na fazenda Vitória.<sup>73</sup> Posteriormente, Dupasquier comprou suas próprias terras, entre as quais a fazenda “Bom Gosto” aberta pelos irmãos suíços David e Charles Besuchet, onde veio a falecer em 1862. A “Bom Gosto” possuía terrenos que iam do Itaípe ao Itariri em extensa faixa de matas depois plantadas de cacau pelos membros da família Lavigne, sucessores do suíço na posse da fazenda.<sup>74</sup>

Observa-se um evidente interesse dos suíços radicados na Bahia em explorar economicamente as terras do sul da província com a utilização de mão-de-obra escrava. Alguns deles foram financiados pelos contrerrâneos que haviam se estabelecido como comerciantes, entre os quais François Meuron com uma fábrica de rapé situada no Solar do Unhão, arrendado ao barão da Torre de Garcia d’Ávila. Tanto Borel quanto von May contaram com o apoio da firma Meuron & Cia. nos seus investimentos em propriedades agrícolas em Ilhéus, sendo por ela financiados até a colheita das primeiras safras.

Outra firma suíça, a Jezler & Trumpy, iria ter um importante papel na comercialização do cacau para o exterior. Sua trajetória histórica foi narrada por um dos seus sócios e futuro proprietário Arnold Wildberger que, após a sua aquisição, a transformaria na Wildberger & Cia. Em 1829 os irmãos Ferdinand e Lukas Jezler se associaram ao também suíço Jonhann Trumpy, ex-empregado da Meuron, para a fundação da firma.<sup>75</sup> A Jezler e a Meuron, mais a Gex, Descorterd & Frères, em meados da década de 1830, passaram a convencer von May, considerado o maior fazendeiro do sul da Bahia a, com os demais colonos estrangeiros ali estabelecidos, plantar comercialmente o cacau em suas propriedades.

De acordo com o botânico suíço Leo Zetntner, até a década de 1830 ainda não havia em Ilhéus plantações importantes de cacau, mas que a partir desse período a área cultivada aumentou sensivelmente, especialmente com a vinda de pequenos lavradores que se

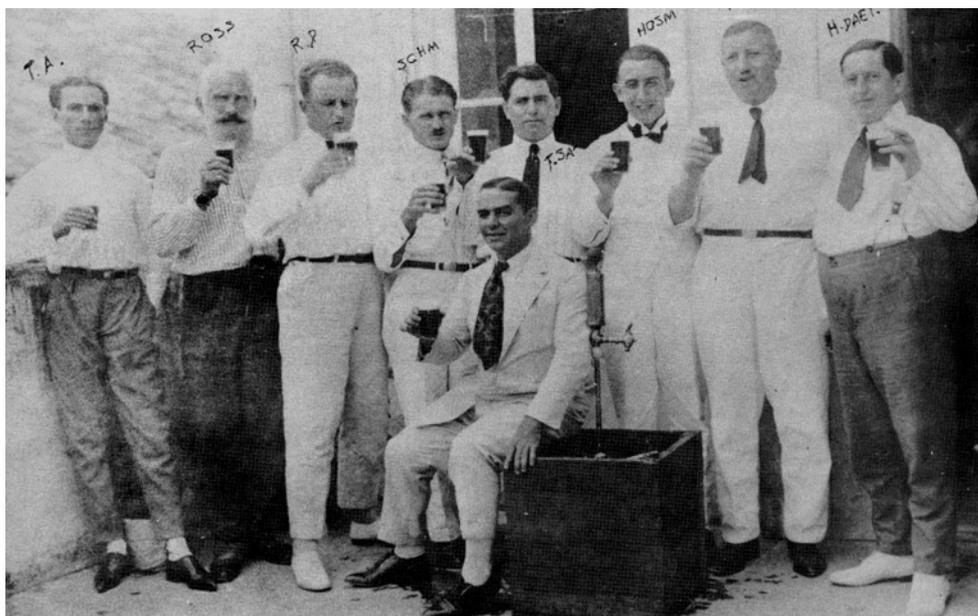
---

<sup>73</sup> OLIVEIRA, A *saga*, pp. 33-4.

<sup>74</sup> Id, *Ibid*, p. 64.

<sup>75</sup> WILDBERGER, A. *Notícia histórica de Wildberger & Cia, 1829-1942*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1942, pp. 14-5.

estabeleceram entre Ilhéus e a aldeia de Ferradas.<sup>76</sup> O aumento da produção fez com que firmas com capital suíço passassem a abrir filiais na região. Uma das primeiras foi a C. F. Keller & Cia., fundada em fins do século XIX. Em 1890 foram abertas as filiais de Ilhéus e Canavieiras para a ampliação do negócio de compra de cacau. A filial de Ilhéus ficou a cargo do suíço Hermann Braem e do brasileiro Ulisses de Sá Bittencourt, ambos casados com filhas de von Steiger.



**Figura 1** – Grupo de suíços e brasileiros exportadores de cacau [1920]. Em pé da esquerda para direita: Telêmaco Athayde, Ross, Robert Durand, Schmidt, Tácito de Sá Bittencourt, Hosmann, Hermano Lussenhop e Henrique Daetwiller [casado com uma Sá Bittencourt]. Sentado: fotógrafo [não-identificado].  
**Fonte:** BRANDÃO & ROSÁRIO. *Estórias da história de Ilhéus*. Ilhéus: SBS, 1970.

A firma Keller & Cia. foi a primeira a tentar a exportar diretamente o seu cacau para Europa, sem a necessidade de pagar as taxas exorbitantes de armazenamento e embarque cobradas pelo porto de Salvador. Em 1892, a firma encomendou na Europa um grande veleiro para o transporte de cacau e piaçava dos portos do sul para o de Le Havre, na França. Os trapicheiros de Salvador contestaram judicialmente a legalidade da exportação direta e

<sup>76</sup> ZEHNTNER, L. *Le cacayoer dans l'Etat de Bahia*. Berlim: Verlag von Friedlander & Sohn, 1914, pp. 23-5.

obtiveram ganho de causa, forçando a firma suíça a interromper as atividades de transporte do produto para a Europa.<sup>77</sup>

Assim como os irmãos Keller, Hermann Braem e Emil Wildberger mantiveram a firma como exportadora de produtos nacionais (cacau, fumo e borracha), importadora de mercadorias européias, agência de navegação e casa bancária. Com o falecimento de Braem, na Suíça, a firma passou a razão social Wildberger & Cia. Em 1901 a firma Keller & Cia. foi sucedida por Braem, Wildberger & Cia. Um dos seus antigos representantes em Ilhéus, C. Leibbrandt, havia se associado a Ulisses de Sá na firma Sá & Haag instalada no Banco da Vitória, cujos trapiches armazenavam todo o cacau vindo da zona do Cachoeira e o embarcava nas lanchas que o transportavam para o porto da capital. A Sá & Haag, conforme o padrão das relações entre as firmas de Salvador e suas congêneres em Ilhéus, foi financiada pela Braem & Wildberger com a obrigação de vender-lhe o montante do cacau comprado e a exclusividade na compra de charque e mantimentos.

Nas primeiras décadas do século XX Wildberger se associaria a Hugo Kaufmann, suíço chegado em 1903 para trabalhar na filial de Ilhéus. O contrato da nova firma assegurava exclusividade de compra para Wildberger de todo o cacau negociado por Kaufmann, compromisso mantido até 1918, quando este último decidiu acabar a sociedade e se transformar em concorrente de Wildberger. Na primeira metade do século XX, Kaufmann e Wildberger destacaram-se nas finanças baianas pela posição de comando no comércio de cacau, posição ocupada até o golpe de 30 e a posterior fundação do Instituto de Cacau da Bahia.<sup>78</sup>

### **Terras, família e poder: a “epopéia do cacau”**

O processo de incorporação dos férteis terrenos do Almada e do Cachoeira caracterizou-se por questões jurídicas envolvendo os limites das propriedades cacaeiras, disputas provocadas pela intensificação da demanda no mercado exterior e a conseqüente valorização do produto na pauta de exportação da província baiana. O aumento das safras de

---

<sup>77</sup> OLIVEIRA, A *saga*, p. 108.

<sup>78</sup> WILDBERGER, *Notícia histórica*, pp. 35-8.

cacau e a introdução de novos tipos da planta modificaram o quadro agrícola do sul baiano, incorporando faixas de terras ainda inexploradas comercialmente.

Esse processo de expansão da lavoura foi descrito como a “epopéia do cacau”, a fase “selvagem” do desbravamento que antecede o período da “civilização” dos costumes. De acordo com Araújo Góes, as zonas de desbravamento davam a impressão “de um país recentemente descoberto, colonizado por levas de imigrantes.” A ocupação da terra era, como consta na epígrafe deste capítulo, “feita tumultariamente”, com os fazendeiros se apropriando de terras antes pertencentes aos índios.<sup>79</sup> Em uma das suas conferências proferidas em Ilhéus nos anos 1930 e transcrita pelo historiador Silva Campos, J. Cardoso recordou o clima violento na passagem do século XIX para o XX, quando o município era “uma presa das mais violentas e cruéis paixões políticas”. Para Cardoso, a situação moral da cidade ou a “atmosfera do ambiente” era fruto das relações humanas desenvolvidas em um período “verdadeiramente tumultuário” típico dos povos “de civilização de começo”.<sup>80</sup>

Ilhéus seria “vítima dos acontecimentos sociais determinados pelas leis que regem os destinos humanos”. As explosões de ódio entre os grupos políticos fariam parte de um estágio anterior à “definitiva organização social”. As heranças dessa “fase sombria” estaria refletida no aspecto arquitetônico da cidade, como o seu “casario pesado e inestético, irregularíssimo e tristonho, assentado e mantido no mesmo plano de edificação”, com suas “linhas de arquitetura bisonha e inexpressiva dos seus primeiros povoadores ao tempo do Brasil colonial” que davam uma idéia da “tristeza e intranqüilidade” de sua população.

Há uma crítica implícita aos administradores do período “senhores, em cuja situação de mandonismo se revezavam, sem qualquer vantagem de ordem coletiva”, cuja “oligarquia” era dominada “pela obsessão do mando eterno”. Silva Campos elogia a “eloqüência demostênica” do artigo ao retratar o contexto social ilheense do período, conseqüência das condições do “ambiente econômico, racial e cultural”. Observe-se que o historiador faz referência às tensões étnicas existentes na conformação social da região, fruto de um passado escravocrata ainda recente.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> GÓES, J. de A. **Reivindicando a epopéia do cacau**. In: Revista Espelho, Rio de Janeiro, n. 3, jun-jul, 1937, p. 47.

<sup>80</sup> CARDOSO, J. “Ilhéus, a pérola da Bahia”. In: CAMPOS, **Crônica**, p. 444.

<sup>81</sup> Id, Ibid, p. 445.

Não raro, nas eleições para preencher os cargos de oficiais da câmara da vila de São Jorge, todos os nomes eleitos para substituí-los eram de parentes, o que levava a um predomínio de determinados sobrenomes na administração local. Esse fato repetia-se nas nomeações de diversos outros cargos, onde se repetiam sobrenomes como d'Eça, Castro, d'Araújo, Marques Brandão, Sá Bittencourt, entre outros. As grandes relações de parentesco impediam a formação de conselhos de sentenças imparciais e promoviam rivalidades muitas vezes expressas em atos de violência.<sup>82</sup>

As mortes envolvendo interesses políticos não eram incomuns, muitas vezes envolvendo autoridades como o homicídio do promotor e comandante da guarda nacional de Ilhéus, capitão Hermenegildo Duarte da Silva, cujos mandantes “às escancaras ameaçavam quantos pudessem servir de testemunha do homicídio”. A guarda nacional de Ilhéus teve a sua companhia organizada pela câmara municipal em 1832 e ficou composta de 32 praças. O número de integrantes cresceu rapidamente pois, no ano seguinte, já contava com 90 guarda-nacionais qualificados, que eram reunidos no largo da igreja de São Sebastião. A guarda nacional de Ilhéus participou da fase final da Sabinada; 70 homens comandados pelo tenente-coronel José de Sá se apresentaram no acampamento de Pirajá.<sup>83</sup>

O mesmo oficial comandou a terceira brigada do exército no ataque à Cidade do Salvador. Ao final do conflito, o tenente-coronel Sá foi enviado ao sul da comarca para prender os membros da rebelião que haviam fugido para a região. Interessante notar que, ao final da inconfidência, o pai do tenente-coronel havia fugido de Minas Gerais e sido capturado pelas forças governamentais, em Camamu, por estar envolvido com os conjurados mineiros. A família Sá Bittencourt, que havia lutado pela criação do império brasileiro, agora lutava pela sua consolidação e perpetuação no que seriam recompensados com cargos e títulos pela casa de Bragança.<sup>84</sup>

Havia uma tensão entre os membros da câmara de vereadores e os comandantes da guarda-nacional, estes acusados pelos primeiros de não se submeterem à sua autoridade e de promoverem desordens na vila. A guarda policial da comarca foi organizada em 1836, mas o seu destacamento ficou estacionado na vila de Camamu e era composta por apenas 19 praças, que deveriam cobrir um imenso território. Um decreto de 1833 restringiu os poderes dos juizes de direito e de chefes de polícia das comarcas, acentuando o poder da guarda-nacional e

---

<sup>82</sup> APEBa, SJ, Câmara de Ilhéus, 1823-1887, maços 1316 e ss.

<sup>83</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 346.

<sup>84</sup> Ver RIBEIRO, *Família, poder e mito*, 2001.

dos juizes de paz. A câmara reclamava um destacamento de polícia na vila para coibir os excessos da guarda-nacional e da sua influência na nomeação de autoridades.

Aos soldados, “todos eles intimamente relacionados e aparentados entre si como naturais de terra pequena”, faltava disciplina no cumprimento da lei e na repressão policial aos criminosos locais, que contavam com a proteção dos seus comandantes e andavam ostensivamente armados nas vilas da comarca. A maioria dos soldados sequer possuía uniforme e andava em “vestias e tamancos”. Um edital do presidente da província, convocando voluntários para o destacamento de Camamu, dá uma idéia do perfil do soldado da guarda-nacional no sul da Bahia. Seis homens se apresentaram, um branco e cinco “pardos”, quatro deles não declararam ofício, um era ourives e o outro se declarou marinheiro.<sup>85</sup>

Nesse contexto de disputa pelas estruturas do poder, ocorreu a primeira das lutas sustentadas por grandes proprietários rurais com o seu desfecho em 1847. O dr. Antônio Aguiar e Silva, ex-delegado de polícia e juiz municipal da vila de Ilhéus adquiriu no início da década a fazenda denominada Buranhem, uma extensa faixa de terra que ia da lagoa Encantada ao rio Almada, antes pertencente a certo padre Domingos, com engenho e serraria. Por questões políticas o dr. Aguiar tornou-se inimigo da família Sá e iniciou uma longa série de questões de terra, o que veio a culminar com o assassinato de um membro da família Batista em uma tocaia no lugar denominado Barreiro, às margens do Almada, que se tornaria célebre por ser utilizado para tal fim.<sup>86</sup>

O morto, aliado dos Sá Bittencourt, mantinha uma questão contra Aguiar pelos limites da Buranhem. Aguiar acusou os seus desafetos pelo assassinato de Batista, morto por engano, quando a vítima deveria ter sido ele próprio. Apesar disso, Aguiar foi acusado formalmente pelo crime e passou a ser perseguido violentamente, o que o levou a abandonar seus bens em Ilhéus e transferir-se para o Maranhão, de onde somente uma década depois pode retornar e vender as suas propriedades. A luta tornou-se um marco nos conflitos envolvendo interesses políticos atrelados à posse da terra, em um processo que marcaria a expansão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia.

---

<sup>85</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 356.

<sup>86</sup> Id, *Ibid*, p. 366.

A fase de expansão do plantio de cacau foi acompanhada pelo aumento das tensões políticas cada vez mais ligadas aos interesses privados dos grandes proprietários de terra. A luta entre liberais e conservadores acirrou-se no contexto final do sistema monárquico brasileiro. A transição para o sistema republicano ocorreu no período em que a lavoura cacaueira tornou-se cada vez mais importante para a província, fundamental para o financiamento de novos investimentos públicos. Em sua *História da Bahia*, Braz do Amaral indica uma relação entre o aumento da violência como prática política e os interesses econômicos cada vez mais acentuados sobre a produção cacaueira. Entre 1885 e 1886 foi registrado na região um total de duzentos e vinte crimes. Segundo o governo da província, a maioria era de assassinatos e ferimentos graves e leves.<sup>87</sup>

Os membros ilheenses da família Sá descendiam de José de Sá Bittencourt Câmara e Accioli, irmão de Ferreira Câmara cujos descendentes mais diretos se fixaram em Camamu. Sá Bittencourt prestou inúmeros serviços ao governo português na comarca de São Jorge dos Ilhéus, como o plantio de novas culturas (cacau e algodão) e a abertura de estradas ligando o litoral ao interior. No início do século XIX adquiriu, em hasta pública, a maioria das antigas propriedades jesuíticas e tornou-se o maior proprietário de terras da comarca. Em 1834 seus filhos adquiriram, em permuta, o engenho de Santana, a maior e mais antiga propriedade municipal, situada nos arredores da vila de São Jorge dos Ilhéus.

O engenho estava sob posse do marechal Felisberto Caldeira Brant, grande negociante em Salvador e futuro marquês de Barbacena, que havia transformado a propriedade em uma das mais importantes da Bahia. O engenho chegou a possuir três centenas de escravos e a produção anual de dez mil arrobas de açúcar. As terras incluíam milhares de hectares, além de outras parcelas nos terrenos da vila e no rio Itaípe, adquiridas pelos jesuítas mediante legados pios.

Os vários ramos da família surgidos através das relações de casamentos desenvolvidas pelos descendentes de Sá Bittencourt e a posse de importantes propriedades agrícolas e comerciais, consolidaram o seu prestígio político e econômico no sul baiano. Com a ampliação da rede de alianças matrimoniais, a família extensa Sá passou a controlar a maior parte das terras do município. Na metade do século XIX eles possuíam extensas plantações de café e cacau nas terras que corriam do sul ao norte do litoral do município, do engenho de Santana ao rio Almada. Os antigos engenhos e serrarias foram transformados em grandes

---

<sup>87</sup> AMARAL, B. do. **História da Bahia**. Salvador: s.n, 1919, p. 309.

fazendas de cacau, especialmente a partir da segunda metade do século XIX.<sup>88</sup> O poder municipal, durante o período imperial, esteve nas mãos da família Sá devido principalmente ao seu prestígio social em Salvador e no Rio de Janeiro. Relações de vários tipos ligavam a família às elites políticas baianas que, como ela própria, controlavam politicamente a província através do domínio dos municípios.

No entanto, a presença, na região, de um chefe político da importância de Gentil de Castro, proporcionou aos liberais ilheenses a oportunidade de uma oposição mais agressiva ao domínio da família Sá Bittencourt. Gentil de Castro radicou-se nas terras do engenho de Santo Antônio da Ribeira das Pedras, vizinhas à lagoa Encantada. Como já foi dito, esta propriedade e a fazenda Almada eram, no período, as maiores produtoras de cacau do município cada qual com cerca de duzentos mil pés plantados.<sup>89</sup> Os diferentes projetos políticos terminaram por afastar definitivamente os conservadores de Gentil de Castro, liberal convicto e abolicionista radical, que representava uma mudança nos valores culturais locais, tecidos em um ambiente com profundas raízes escravocratas.

Antes da Abolição a riqueza das famílias era medida pela quantidade de “peças” que possuíam. Eram então os Sá Bittencourt e seus parentes os maiores proprietários de escravos do município, cujos braços eram utilizados no plantio de cacau, mandioca, café e cana-de-açúcar. Evidentemente, o liberal mineiro tinha uma posição claramente contrária aos fazendeiros escravocratas, sendo por aquele taxados de “amarelos preguiçosos e exploradores de negros”.<sup>90</sup> Era toda uma concepção de mundo formada na estrutura social do Império que se modificava por força do processo histórico em curso.

Ambos os lados utilizaram-se de um discurso ideológico visando legitimar as suas ações. Discurso que, posteriormente, serviu de base aos partidos políticos liderados pelos coronéis Adami de Sá, herdeiro político da família, e Antônio Pessoa, antigo liberal abolicionista e principal aliado político de Castro nesse período. Os liberais ilheenses contestavam a legitimidade ética dos conservadores, acusados de construir o seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e privados, mantendo dessa forma o município em um profundo atraso material. Por outro lado, os chefes liberais Gentil de Castro e Antônio Pessoa eram taxados pelos conservadores de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o

---

<sup>88</sup> MAHONY, *The world made*, p. 293.

<sup>89</sup> AGUIAR, D. V. *Descrições práticas da província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 266.

<sup>90</sup> PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959, p. 27.

poder municipal em benefício próprio.

A disputa pelo domínio político e econômico do município dividiu-o em grupos antagônicos de cunho familiar: conservadores e liberais, no Império; e depois federalistas e constitucionalistas, na República Velha. Estes dois últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de adamistas e pessoístas, originadas dos nomes dos seus principais líderes: Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional. O coronel Adami era o herdeiro político da família extensa Sá.

A ascensão de Seabra ao governo da Bahia, em 1912, levou a família Sá e os seus aliados ao ostracismo político. Desde então, a chefia do executivo municipal passou ao coronel Pessoa, tradicional aliado de Seabra no sul baiano. O coronel Pessoa, no período imperial, exerceu os cargos de promotor público municipal e deputado provincial, quando adquiriu prestígio perante a sociedade ilheense e reuniu, sob sua liderança, famílias contrárias ao grupo dominante em um partido local. Buscando ampliar sua base política no município, Pessoa articulou-se com dissidentes adamistas, que inicialmente formaram um terceiro partido, a maior parte deles fazendeiros do distrito de Cachoeira do Itabuna ligados entre si através de uma intensa rede matrimonial, principalmente os de origem alemã, descendentes dos colonos vindos para a região no oitocentos.

Enquanto a liderança exercida pela família extensa Sá estava principalmente pautada na tradição do seu poder político e econômico, Pessoa construiu sua liderança com base no caráter moral de sua personalidade. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Pessoa se mostrou como um homem feito por si, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Nos seus discursos e em artigos na imprensa local, representava a si e aos seus correligionários políticos como a antítese da família Sá, descendente de antigos aristocratas escravistas que dominavam o município através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais a Guarda Nacional.

O regime republicano dividiu o município de São Jorge dos Ilhéus em quatro distritos eleitorais: um urbano (Cidade) e três rurais (Itaípe, Cachoeira de Itabuna e Almada). Os distritos de Itaípe e Almada eram dominados politicamente pelo coronel Adami de Sá, enquanto o distrito de Cachoeira sofria a influência do coronel Antônio Pessoa. A família extensa Sá, cujo núcleo se formou a partir dos sobrenomes Sá Bittencourt e Homem D'el-

Rey, de origem mineira, e Adami, Hohlenwerger e Lavigne, de origem européia, possuía propriedades espalhadas por todo o município, mas concentrou-se principalmente nos distritos do Itaípe e do Almada.

Por sua vez, o distrito de Cachoeira de Itabuna era a base territorial das famílias que se opunham politicamente ao primeiro núcleo, em sua maioria descendentes de europeus e sergipanos, cuja liderança girava em torno dos sobrenomes Berbert e Pessoa. Com a consolidação econômica da lavoura do cacau, o município adquiriu uma nova dinâmica, com o gradativo abandono de outras lavouras e sendo alvo de intenso fluxo migratório. Porém, algumas famílias pioneiras da lavoura cacaueira mantiveram uma situação de relevância no quadro sócio-econômico local.

O sobrenome comum identificava diversos proprietários individuais de terra, funcionando como um símbolo da família extensa e expressando historicamente uma linguagem de poder. A identidade política das oligarquias estava diretamente ligada a um governo baseado na estrutura familiar patriarcal. A representação histórica e a retórica política imbricaram-se na região cacaueira no século XX. A percepção que as facções políticas da elite do cacau tinham de si mesmas, e os argumentos desenvolvidos para sua fundamentação, vieram a dominar o discurso sobre o passado da região. Textos históricos, técnicos, jornalísticos e literários tiveram parte nesse processo, que ocorreu durante todo o século XX e ajudou a construir e disseminar o paradigma dominante da história regional.<sup>91</sup>

Quando o cacau tornou-se o mais importante produto de exportação da Bahia, vários fazendeiros de origem humilde, proprietários de vastas plantações de cacau e de importantes casas comerciais, tornaram-se os novos ricos da sociedade baiana. Ao adquirir suficiente capital para novos investimentos, esse grupo social passou a utilizar o seu poder econômico para obter o controle do poder público. Nas eleições ocorridas entre os anos de 1894 e 1912, seus membros sucessivamente elegeram o coronel Pessoa como intendente, além de elegerem diversos conselheiros municipais. Porém, os seus candidatos não eram oficializados pelo senado estadual, que tinha a prerrogativa de diplomar os eleitos, ou seja, legitimar a posse dos cargos do executivo e legislativo estaduais e municipais. As eleições, em que invariavelmente ambos os partidos declaravam-se vencedores, eram anuladas e os situacionistas empossados nos cargos.

---

<sup>91</sup> MAHONY, *The world cacao made*, p. 485.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX compreende o período mais agudo da luta armada e simbólica entre as famílias aristocráticas e a elite de novos ricos, que procurava se legitimar socialmente. Gradualmente, a nova burguesia encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, ao lado dos seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio sócio-econômico.

O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes. As filhas eram matriculadas no convento das ursulinas francesas em Ilhéus, e os filhos enviados para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio de Janeiro. Estes últimos, os futuros bacharéis, passarão a representar ou substituir os coronéis nos cargos públicos utilizando, contudo, os mesmos mecanismos de apropriação do poder político.

Divididos em antagonismos, os dois grupos da elite cacauzeira não fizeram um pacto social. Cada grupo criou uma imagem própria de si mesmo. Desse processo emergiu a identidade coletiva dos novos ricos, que foi claramente expressa na campanha política de Antônio Pessoa. Em seus discursos, os correligionários eram apresentados como responsáveis pelo progresso da região e geradores da riqueza explorada pela elite tradicional de Ilhéus e Salvador. Foi disseminado, entre os pequenos proprietários, através da propaganda política, o orgulho de não ser oriundo de família rica de berço, de ter vencido pelo próprio trabalho.

Este fenômeno está em harmonia com uma tendência geral no Brasil à época da Proclamação da República. Segundo Chalhoub, a libertação dos escravos e a política migratória foram os dois processos constitutivos fundamentais da formação de mercado de trabalho capitalista. E acrescenta o autor: “pode-se dizer que a República foi proclamada sobre a figura do homem livre pobre, porque tinha para ele um projeto amplo, que era transformá-lo em trabalhador.”<sup>92</sup>

A forte resistência, por membros da elite tradicional ilheense, à ascensão dos novos-ricos na política municipal, associa-se à discriminação devido a sua condição social. Os Sá Bittencourt, Adami, Lavigne, Steiger, Homem d’El-Rei, Hohlenwerger, Cerqueira Lima, Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente, entre outros grandes proprietários municipais,

---

<sup>92</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 170.

pertenciam a algumas das mais importantes famílias baianas da época. Vários membros da família Sá foram agraciados pelo governo imperial por serviços prestados e haviam convivido com alguns membros da realeza européia, além de outros dignitários que visitaram o município ilheense, como o caso do príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo, em 1860.

Em Ilhéus, Maximiliano hospedou-se na sesmaria Vitória, pertencente ao suíço Ferdinand von Steiger-Mussengen, genro e vizinho de Egídio Sá. O volume intitulado “Bahia”, onde o príncipe narra sua estada na província, foi dedicado ao “seu muito estimado e prezado amigo, o tenente-coronel Egydio Luiz de Sá Bethencourt, presidente da câmara de Ilhéos”<sup>95</sup> Evidentemente, essas famílias percebiam-se como uma elite branca aristocrata, socialmente superior aos humildes lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau.

Os novos-ricos, descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova elite regional desprovida de sobrenomes de prestígio, os quais nitidamente demarcaram uma identidade própria através do discurso e do simbólico. A exclusão política dos novos-ricos fez com que Antônio Pessoa e seus correligionários iniciassem uma campanha sistemática de propaganda, com a criação de um órgão de imprensa próprio.

Em 1901, uma sociedade formada por fazendeiros e comerciantes pessoístas fundou o jornal *Gazeta de Ilhéos*, através do qual expressavam uma retórica de ferrenha oposição à família extensa Sá, taxando-a como um “clã feudal”, formado por potentados e ditadores de raízes escravocratas e responsáveis pelo atraso material do município.<sup>96</sup> O órgão de propaganda do grupo adamista, o jornal *A Lucta*, foi fundado pouco depois. Como está explícito no próprio nome, o jornal tinha como objetivo combater o discurso pessoísta nos seus editoriais.

Os artigos publicados pela imprensa propagavam os seus discursos entre a população do município. O coronel Pessoa, principal articulista da *Gazeta de Ilhéos*, e os bacharéis João Mangabeira e Rui Penalva, além de Celerino Dantas, redatores do jornal adamista *A Lucta*, foram os responsáveis pela propaganda ideológica dos partidos locais. Dessa forma, as páginas dos jornais foram utilizadas como um espaço privilegiado de

---

<sup>95</sup> EDELWEISS, *Ensaio biográfico*, p. 26.

<sup>96</sup> CEDOC. *Gazeta de Ilhéos*. 15/8 e 15/9/1901; e 8/1/1903.

expressão dos valores da sociedade cacauera.

O discurso político e histórico construído pelos segmentos da elite econômica regional difundiu-se progressivamente no corpo social por sua capacidade de convencimento e mobilização. Foi necessário tornar esse discurso mais do que um projeto sobre a organização do poder, mas uma forma de expressão da visão de mundo. A elaboração de uma imagem, que influenciou na própria concepção arquitetônica e urbanística regional, foi parte do processo de legitimação do poder. É através da construção da memória que os grupos sociais definem suas identidades, delimitam seu território e organizam seu passado.

O mito regional desenvolvido pelo grupo dos novos ricos do cacau teve origem no projeto republicano que, em Ilhéus, foi claramente direcionado aos lavradores recém-chegados entre o final do século XIX e início do século XX. Estes passaram a disputar a riqueza e o poder no território do cacau, assim que criaram as necessárias condições econômicas e uma identidade própria.

## CAPÍTULO II

### Os núcleos urbanos do cacau: as cidades de Ilhéus e Itabuna

*Poucos são os aleijões que se encontram agora no perímetro urbano e confiamos que muito em breve tenham eles desaparecido totalmente.*

*Correio de Ilhéus, 10 de outubro de 1925.*

#### A Vila de São Jorge dos Ilhéus no período colonial

O litoral sul baiano inclui alguns dos mais antigos núcleos urbanos erguidos pelos portugueses no Brasil. As suas cidades preservaram todas as tipologias da arquitetura urbana colonial. Na sua relação com a topografia local, a maioria das cidades litorâneas desenvolveu-se sobre elevações costeiras, a exemplo de São Jorge dos Ilhéus, Camamu, Marau e Porto Seguro.

A capitania de São Jorge, santo homônimo do donatário, Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda e historiador da Casa Real, data da segunda metade da década de 1530. Originalmente, a sede foi situada na ilha de Tinharé, sobre o morro de São Paulo, na extremidade norte da capitania. A povoação foi transferida posteriormente para as proximidades de uma pequena baía no centro da capitania. O local escolhido foi o alto do outeiro localizado à margem esquerda do estuário formado pelos rios Cachoeira, Fundão e Santana. A elevação recebeu o nome de Santo Antônio e, depois, São Sebastião ou Unhão. As ilhotas existentes próximas ao litoral deram o nome definitivo à vila: São Jorge dos Ilhéus.

A foz comum dos rios citados forma uma pequena enseada abrigada dos ventos. Existe uma elevação em ambos os lados da boca da barra que se abre para o Atlântico. Esses morros, que já formaram ilhas, uniram-se ao continente por uma faixa de areia. O centro da atual

cidade de Ilhéus está situado sobre o terreno que liga o morro de São Sebastião às escarpas do norte. Isso obrigou o leito das águas fluviais a fazer uma forte curva para o sul. Quando o morro de Pernambuco, a leste da barra, foi unido aos terrenos baixos do Pontal de São João da Barra, as águas foram compelidas para o norte encontrando-se com o mar entre os dois morros.

Fenômenos geológicos como sedimentação arenosa, somados à regressão do nível oceânico, além da ação antrópica, modificaram, por mais de quatro séculos, o aspecto geral do sítio onde se implantou a vila de São Jorge. Vestígios de lama de mangue, pouco abaixo da superfície do solo, podem ser encontrados em toda a área central, nas atuais ruas Rodolfo Vieira, Araújo Pinho, 7 de Setembro e Ramiro Castro. O índice pluviométrico era bem maior, a mata atlântica ainda cobria os morros hoje ocupados por bairros da cidade.

Nos seus vales corriam diversos riachos atualmente canalizados sob ruas, e nas margens amplos manguezais abrigavam uma rica fauna de marisco, que há milênios alimentou as populações indígenas situadas em volta. Existem, na atual área urbana de Ilhéus, quatro sítios conhecidos de antigos assentamentos indígenas: o da atual prefeitura, anteriormente à beira-mar; os morros da Boa Vista e da Tapera, ao norte; e o do Mambape, atual Nelson Costa.

Não há muitas informações conhecidas sobre o aspecto inicial da vila de São Jorge, quando ainda estava localizada no alto de São Sebastião. Gândavo afirma que era a vila “mui formosa, e de muitos vizinhos, a qual está em cima de uma ladeira à vista do mar, situada ao longo de hum rio onde entram navios.”<sup>1</sup> Dentro de seus limites, algumas poucas ruas abertas nos seus trechos urbanizáveis, onde as maiores construções eram a casa dos jesuítas e a primitiva matriz de São Jorge. O cemitério estava situado ao sul da vila, na área da atual Rua Nossa Senhora de Lourdes, como indicam diversos objetos encontrados pelos antigos moradores, que reurbanizaram o local no início do século XX, entre os quais uma lápide de arenito datada de 1555, um dos mais antigos registros funerários do Brasil, e inúmeras ossadas humanas.

No ano de 1556 foi criada a paróquia da Invenção da Santa Cruz da Vila de São Jorge dos Ilhéus, controlada pelos padres jesuítas. O conjunto arquitetônico dessa Ordem, formado pela casa e sua igreja, estava situado no topo da elevação. A inauguração do templo, em 1565,

---

<sup>1</sup> GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: s/d, p. 89.

foi celebrada “com a pompa adequada aos recursos da terra.”<sup>1</sup> Possuía três altares de cedro, cancela de conduru, colunelos torneados, coro de pedra e piso em pedra lavada.

No começo do século XX, ainda eram visíveis as ruínas da primitiva Matriz de São Jorge, alicerces de casas e restos de calçadas de um subterrâneo, testemunhos seculares da ocupação humana no local.<sup>2</sup> Com o gradual abandono do morro de São Sebastião pela população da vila, a matriz foi transferida para o final de uma das ruas que se abriam aproveitando as antigas trilhas indígenas, na atual Antonio Lavigne de Lemos (Figura 2).



**Figura 2-** Matriz Nova de São Jorge, datada do século XVIII [Foto do Autor].

Edificada na chapada do morro de São Sebastião, a casa dos jesuítas, consagrada a Nossa Senhora da Assunção, que já era padroeira de Camamu, possuía quatro aposentos ou celas para os religiosos bem acomodados em um sobrado, uma igreja e oficinas. Para a abertura ou ampliação da área em que foi construída a residência dos padres da Companhia de Jesus, demoliu-se a antiga cadeia pública. A vila possuía, então, 150 fogos e três engenhos produziam a sua riqueza.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 19.

<sup>2</sup> BORGES DE BARROS, *Memória sobre o município de Ilhéus*, p. 70.

<sup>3</sup> BERBERT DE CASTRO, *Formação econômica e social*, pp. 36-7.

Ao final da Rua de São Bento, antigo caminho indígena que partia do morro de São Sebastião em direção à mata, estava erguida a capela de Nossa Senhora das Neves, santa titular da vila. Esta capela foi transferida para um alto próximo, na década de 1560, com a denominação de Nossa Senhora da Vitória, sendo reedificada no início do século XVIII. Sua fundação está ligada ao início da luta entre os colonos e os aimorés pela posse da terra. O sucesso de algumas entradas contra os aimorés foi atribuído pelos moradores à intervenção da santa padroeira. Por estar a capela danificada, os habitantes da vila deram princípio a uma outra.

Mulheres e meninas carregavam à cabeça as pedras para o templo em procissão, orando pela vitória dos seus pais e maridos. Como reconhecimento, acabada a igreja, colocaram nela a imagem da Senhora com o título da Vitória, trocando por este o das Neves.<sup>4</sup> Ao visitar a vila, no século XIX, von Martius registrou que ao norte, “eleva-se a língua de terra em outeiro coberto de mata fechada, chamado pelos navegantes de ‘focinho de cão’, e em cujo topo domina a igreja da Vitória”.<sup>5</sup>

Na década de 1880, a capela de feições barrocas incendiou-se, queimando-se inclusive a imagem da santa que, segundo a tradição, teria vindo de Portugal havia mais de dois séculos. A atual imagem foi feita em Salvador pelo escultor Peçanha, em sua oficina na ladeira do Taboão. A igreja foi reconstruída pelo coronel Domingos Fernandes da Silva, no início do século XX, em estilo neo-gótico, bem ao gosto da época. As suas colunas e os seus capitéis eram de “fino douramento,” sendo os castiçais, sacrários, descansos de missais lavrados em ouro e prata. O teto e as paredes possuíam pinturas sacras e foi erguido um altar em cada lado da capela.<sup>6</sup> A sua fachada foi bastante descaracterizada com essa intervenção. Em lugar do barroco foram-lhe emprestadas linhas neo-góticas e adornos rococós, parcialmente removidos em uma reforma posterior.<sup>7</sup> Uma nova reforma ocorreu na década de 1970, quando a sua fachada sofreu nova alteração (Figura 3).

---

<sup>4</sup> JABOATÃO, A. de S. M. **Novo orbe seráfico**. Rio de Janeiro, 1858-1862 e SANTA MARIA, Frei A. de. **Santuário Mariano**. Lisboa: s/n. 1722.

<sup>5</sup> MARTIUS, K. F. P. “Viagem pelo Brasil”. In: SALES, F. (Org.). **Memória de Ilhéus**. Salvador: FUNCEB, 1996, p. 91.

<sup>6</sup> BORGES DE BARROS, **Memória sobre o município de Ilhéus**, p. 100.

<sup>7</sup> ALMEIDA, G. A. de. **Notas sobre a evolução urbana de Ilhéus**. Revista Especiaria, UESC, ano II, nn. 3 e 4, Ilhéus, 2000, p. 173.



**Figura 3-** Igreja de Nossa Senhora da Vitória, datada da segunda metade do século XVI [Foto do Autor]

A partir do final do século XVII, a vila de São Jorge passou a ocupar terrenos fora do seu perímetro original, extra-muros, ao pé do outeiro do mesmo nome. Com a decadência dos poucos engenhos de açúcar, a produção de farinha e a extração de madeira tornaram-se os principais produtos exportados pelo porto, cujo ancoradouro foi aberto em um manguezal, situado entre a atual rua marquês de Paranaguá e Avenida 2 de Julho. Como vimos, a farinha e a madeira eram destinadas principalmente ao consumo e ao abastecimento do mercado de Salvador e das armadas que tocavam seu porto.<sup>8</sup>

O povoamento costeiro no Brasil colonial foi distribuído com grande irregularidade. Existiam largas extensões do litoral inteiramente desprovidas de vilas, muitas das quais só se comunicavam com as restantes por via marítima. Prado Jr. avalia que os fatores naturais desempenharam um importante papel nesse processo, pois o litoral brasileiro possui uma linha regular, “quase sem endentações”. Os abrigos, mesmo para embarcações menores, eram escassos. Os raros pontos favoráveis foram, por esse motivo, rapidamente aproveitados, e neles se concentrou a população.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> VASCONCELOS, S. de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro, v. III, 1864, p. 47.

<sup>9</sup> PRADO JR, *A formação do Brasil contemporâneo*, p. 40.

Da baía de Todos os Santos para o sul, as terras altas do interior aproximam-se do litoral e terminam nele, a pouca distância do oceano. Em alguns trechos a praia desaparece, para dar lugar a um último contraforte da serra que avança em promontório pelo mar. Nesta parte do litoral baiano existe uma série de rios paralelos que possuem leitos navegáveis onde, na foz de cada um desses rios, formou-se um pequeno núcleo, como as vilas de Camamu, Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), São Jorge dos Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e Caravelas. Este povoamento caracterizou-se pela sua concentração exclusiva na foz dos rios, não penetrando senão poucas léguas para o interior.<sup>10</sup>

Em Ilhéus, gradativamente, os moradores foram abandonando a chapada do morro de São Sebastião e ocupando os terrenos da baixada entre o manguezal e o mar. O morro passou, daí em diante, a ser chamado morro da vila velha ou morro da matriz velha. Datam do início do século XVIII a construções da nova Matriz de São Jorge, a igreja de São Sebastião, ao pé do morro do mesmo nome, e do colégio jesuítico de Nossa Senhora do Socorro, na atual praça J. J. Seabra.<sup>11</sup>

Entre 1797 e 1802 a vila possuía duzentos e oitenta fogos e dois mil habitantes, incluindo livres e escravos. Entre os habitantes, “os principais fazem-se descendentes da nobreza do reino[...], as suas faculdades, os seus sentimentos e os seus desejos são inteiramente apropriados à figurada grandeza do seu nascimento”. As principais ocupações da “nobreza da terra” eram a caça, a pesca, a lavoura da mandioca. O cargo de oficial da Câmara era o mais cobiçado. Segundo Sales, em sua *Memória de Ilhéus*, privadamente andavam de “fraldas de camisa”, e se cobriam “de uma única túnica de chita, a que chamavam Timão,” quando recebiam algum hóspede de cumprimento nas suas casas despidas de todo o ornato.<sup>12</sup>

A vila se desenvolveu ao longo da planície costeira, limitada por um maciço que dificultava a sua expansão e o acesso aos vales que atualmente compõem a sua parte interna, conhecidos pelas denominações de Gameleiro e Lavradouro. As possibilidades de expansão para o sul estavam restringidas ao pontal de São João da Barra, antiga Parte d’Além, no outro lado da baía.<sup>13</sup> A primeira expansão urbana do início do século XVIII delimitou o traçado viário das principais ruas do antigo centro urbano, baseado em caminhos que se dirigiam ao

---

<sup>10</sup> Id. *Ibid*, pp. 47-8.

<sup>11</sup> CASTRO, A **formação econômica e social**, p. 37.

<sup>12</sup> SALES, **Memória de Ilhéus**, p. 67.

<sup>13</sup> SOUZA, R. S. de A. **A cidade e sua sombra**: conformação urbana contemporânea e exclusão sócio-espacial em cidades de médio porte: Ilhéus-BA. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU/UFBA, Salvador, 1998, p. 60.

local da atual matriz, em terrenos de uma aldeia tupiniquim; ao morro da Boa Vista, em direção ao Cachoeira; e às margens do Itaípe, onde muitos moradores possuíam plantações e benfeitorias.

Os jesuítas foram os principais construtores de Ilhéus na sua fase colonial, tanto na zona urbana, com os seus templos e oficinas, como na zona rural, onde ergueram engenhos e igrejas, como a de Santana, às margens do rio de mesmo nome, o templo rural mais antigo do Brasil. Na primeira metade dos oitocentos os jesuítas construíram alguns dos mais importantes templos no sul da Bahia: a capela de São Sebastião, a nova matriz de São Jorge, o colégio de Nossa Senhora do Socorro, em Ilhéus, e a igreja de Nossa Senhora da Escada, em Olivença. Edificado em 1723, o colégio jesuítico era o mais importante edifício da vila no século XVIII. Os materiais empregados na obra foram o tijolo e o arenito, cuja origem era atestada pelas conchas marinhas existentes de permeio.<sup>14</sup>

O príncipe Wied-Neuwied, que visitou a vila na segunda metade da década de 1810, destacou ainda entre as construções jesuíticas um “belo paço solidamente construído à sombra de grandes árvores e coberto por um alpendre.” Ainda segundo o nobre europeu, a vila “se compõe de pequenas casas cobertas de telhas, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são mais ou menos regulares, cobertas de capim.” Somente aos domingos e dias de festas é que se viam pessoas reunidas em quantidade, “pois os habitantes das redondezas acorrem à vila, para missa.”<sup>15</sup>

Algumas décadas mais tarde, Maximiliano de Habsburgo noticiava o isolamento da vila em relação aos outros núcleos urbanos: “o meio de comunicação com a floresta é o rio Cachoeira, e canoas são para isso usadas. Uma vez por mês um vapor visita o porto, dando a essa boa gente da região a ilusão de que está ligada com o vasto mundo.”<sup>16</sup> A vila ocupava apenas os terrenos planos. As casas eram baixas e “desgraciosas”, na maioria de um único andar, “algumas não tem mesmo senão um andar térreo. Outras dispõem de uma varanda de grades, como antigamente, cujos modelos foram conservados na Rua da Misericórdia no Rio de Janeiro.” Portugueses e colonos estrangeiros se ocupavam do comércio. De acordo com o cronista, graças a eles o porto e certos quarteirões tinham vida.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> SALES, **Memória de Ilhéus**, p. 138.

<sup>15</sup> WIED-NEUWIED, **Viagem ao Brasil**, p. 338.

<sup>16</sup> AUGEL, **A visita de Maximiliano da Áustria**, p. 13.

<sup>17</sup> Id. *Ibid.*, p. 17.

Brandão e Rosário comentam que, apesar das construções jesuíticas, Ilhéus continuava sendo “um pequeno burgo de ruelas estreitas e desalinhadas que desciam a encosta do morro de São Sebastião.”<sup>18</sup> Os manguezais ainda não haviam sido aterrados e ocupavam grande parte do atual centro comercial. Durante a época das chuvas, mais intensas no inverno, alguns logradouros ficavam ilhados, a exemplo da Pimenta, Dendê, Sapo, Trincheiras e Unhão.<sup>19</sup>

Ao mesmo tempo, crescia o comércio com a capital do império. Madeiras e lenha de mangue eram exportadas para o Rio de Janeiro, de onde vinham transportadas em grandes veleiros mercadorias as mais diversas como cigarros, perfumes, tecidos e outros produtos manufaturados, inaugurando o intercâmbio econômico e cultural entre a futura capital do cacau e a capital brasileira, sua principal referência urbanística.

### **De vila à cidade: a Ilhéus do século XIX**

O mais antigo registro documentado de uma intervenção do poder público na infraestrutura de Ilhéus data do início do século XIX. Trata-se de uma discussão entre os vereadores a respeito da organização de novas posturas “para regimen desta villa”. Entre as obras priorizadas estavam a construção de uma fonte de água nos terrenos da fazenda Pimenta e a estagnação de pântanos nos terrenos da vila, considerados como principais focos de doenças na região.<sup>20</sup>

Ao longo do século XIX, uma das principais preocupações dos administradores locais refere-se à questão sanitária, principalmente no período de surtos de febres que grassavam na região. A falta de calçamento das ruas, a existência de pântanos e baixas nos terrenos urbanos e os enterros nas igrejas eram considerados como os principais responsáveis pelas constantes epidemias. É bem sabido que o século XIX foi um período de transformações, marcado pela explosão científico-tecnológica, pela consolidação de um estilo burguês de vida, pela emergência das camadas populares urbanas e pela internacionalização do capitalismo. Embora

---

<sup>18</sup> BRANDÃO e ROSÁRIO. **Estórias da história de Ilhéus**, p. 30.

<sup>19</sup> COSTA, J. P. da. **Terra, suor e sangue: lembrança do passado da região cacauceira**. Salvador: EGBA, 1995, p. 16.

<sup>20</sup> BARROS, F. B. de. **Ilhéus, documentos que interessam à sua história**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1933.

a maior parte do mundo ainda fosse predominantemente rural, a cidade tornou-se o palco por excelência dessas mudanças.<sup>21</sup>

Da França veio o grande exemplo europeu da renovação urbanística: a reconstrução de Paris, em meados do século XIX, levada a termo por Napoleão III e executada pelo barão Haussmann. O objetivo de Napoleão III era fazer de Paris a “capital das capitais.” Para tanto, Haussmann colocou em prática um urbanismo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortavam o território da cidade. O principal objetivo era apagar a imagem da cidade antiga e insalubre Haussmann pretendeu dar uma ilusão de homogeneidade do espaço urbano, com as grandes vias impondo uma imagem de modernidade.

O caráter uniformemente monumental das fachadas dissimulava a realidade social das zonas atravessadas. Tanto nos bairros aristocráticos como nos bairros populares é a mesma imagem de cidade que se impõe.<sup>22</sup> As obras de reforma mudaram por completo o perfil de Paris, derrubando quarteirões inteiros de pequenas construções e ruelas estreitas, para construir boulevards e tornar a cidade mais aberta.<sup>23</sup> Esse modelo de urbanismo consiste na possibilidade de reformar o território preexistente, remodelando-o sobre ele mesmo.

Sobre a antiga Paris foram construídos boulevards, parques e avenidas. Ao mesmo tempo, foram projetados o sistema de abastecimento de água e esgotos e as linhas para o desenho dos novos edifícios.<sup>24</sup> O modelo de transformação foi executado em torno de dois eixos: a remodelação do espaço, pondo em prática um projeto urbanístico e a renovação arquitetônica. A reforma do traçado urbano, a arquitetura e as belas-arts seriam as responsáveis pela nova imagem da cidade. Ao redesenhar o espaço de forma planejada, o urbanismo faz emergir o desejo da reordenação ideal.

A retitude das ruas e a regularidade das fachadas eram axiomas do urbanismo clássico ligado à perspectiva monumental. O urbanismo clássico enfatizou a decoração externa “a cidade é como uma decoração de teatro. O essencial é a aparência, a fachada.”<sup>25</sup> O prefeito Haussmann procurou enobrecer o novo ambiente urbano com instrumentos tais como a busca

---

<sup>21</sup> PESAVENTO, S. J. “Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo”. In: RIBEIRO, L. C. e PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 379.

<sup>22</sup> HAROUEL, **História do urbanismo**. São Paulo: Papyrus, 1998, pp. 112-3.

<sup>23</sup> PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 233.

<sup>24</sup> RELPH, **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 53.

<sup>25</sup> HAROUEL, **História do urbanismo**, p. 68.

da regularidade, a obrigação de manter uniforme a arquitetura das fachadas nas praças e ruas principais.

A transformação de Paris, durante o Segundo Império, foi favorecida por uma série de fatores como a existência de leis avançadas - a lei sobre a expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850 - que permitiram realizar um programa urbanístico coerente em um período de tempo reduzido. A Paris moderna demonstrou o sucesso da gestão pós-liberal, e se tornou o modelo para as demais cidades do mundo.<sup>26</sup> As transformações urbanas implicaram em todo mundo capitalista um novo modo de viver e pensar a cidade. A expansão das cidades no mundo ocidental é consequência da evolução da economia capitalista.<sup>27</sup>

A primeira grande mudança no aspecto urbano do Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da corte de João VI, em 1808. O soberano português procurou “civilizar” a sua capital americana, “expurgando-a das antigas construções, dos becos estreitos dos velhos tempos do isolamento da colônia em relação às novidades do mundo”.<sup>28</sup> A cidade fluminense tornou-se o centro irradiador das alterações que estenderam às principais cidades brasileiras uma nova estética urbana.

Os antigos traçados urbanos passaram a ser progressivamente retificados e alargados à medida que se realizavam as reconstruções. Assim como os portugueses que, desde o período colonial, tinham a França e a Inglaterra como referência de civilização, os brasileiros procuraram nesses países as matrizes da modernização. De maneira que, ao iniciarem-se as reformas urbanas, os modelos adotados foram os modernos padrões arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos na Europa.<sup>29</sup> No Brasil oitocentista, o processo de modernização surgiu da expansão comercial resultante da integração nacional no mercado exterior e fez com que as principais cidades das zonas monocultoras em expansão crescessem vertiginosamente, principalmente os portos marítimos.<sup>30</sup>

As antigas estruturas urbanas se revelaram inadequadas às transformações que a sociedade experimentava. Ao longo do século XIX, o capitalismo subverteu as condições materiais de existência e apresentou aos núcleos coloniais novas atividades econômicas e

---

<sup>26</sup> BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 589.

<sup>27</sup> LANA, A. L. “A cidade controlada: Santos (1870-1913)”. In: RIBEIRO e PECHMAN, op cit, p. 311.

<sup>28</sup> LEMOS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 46.

<sup>29</sup> ALMEIDA, M. do C. E. **A Victoria da renascença baiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na 1ª-República, 1890-1930**. Salvador-BA: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFBA. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), 1997, p. 201.

<sup>30</sup> COSTA, E. V. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: s.n., 1997, p. 200.

novas exigências quanto aos serviços urbanos. O maior problema que o governo baiano enfrentou durante o desenrolar do século XIX, principalmente depois da década de 1870, relacionava-se ao desenvolvimento agrícola, com a importação de culturas diversificadas. As dificuldades de comunicação entre capital e o vasto interior, pela falta de estradas e as secas cíclicas do sertão, afastaram o colono dessa região, a não ser para a instalação de currais para as boiadas; ou para, entre as décadas de 1840/1860, ir em busca de ouro e diamantes.<sup>31</sup>

No início do período republicano, a única região baiana que experimentou um surto de progresso material foi o litoral sul, mais especificamente no eixo Ilhéus-Itabuna, cuja economia, baseada no cacau, sobrepujou o Recôncavo açucareiro. Ao se transferir o pólo dinâmico da economia baiana para a região do cacau, Salvador passou a ser entreposto e centro para comercialização e exportação do produto. Porém, essa atividade não produziu uma acumulação de capital na cidade. A maior parte dos capitais excedentes foi reinvestida em outras capitais e cidades, principalmente o Rio de Janeiro.

O sul baiano já não se reabastecia em Salvador, mas diretamente em Vitória, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. Essa ampliação das relações comerciais com outros centros fora da Bahia influenciou diretamente as novas concepções urbanas propostas para Ilhéus a partir do final do século XIX. O urbanismo ensaiou os seus primeiros passos buscando o enquadramento das cidades na lógica higienista, a renovação urbana a partir dos seus princípios de melhoramento e embelezamento e, principalmente, a criação de uma imagem de civilidade.

A construção dessa imagem em Ilhéus se fez por meio de uma rede de narrativas, que enfatizavam lugares e aspectos urbanos que melhor poderiam expressar a idéia de progresso e modernidade. “Nos dias do 1º- e 2º- Império” foi extraordinário o seu desenvolvimento devido à cultura do cacau. Entretanto, apesar do desenvolvimento, “a cidade apresentava um aspecto ‘antiquado’, como as demais do Estado, de ruas estreitas e tortuosas, sem serviço de água, sem iluminação suficiente.” A primitiva iluminação era de “azeite de peixe” em grandes lampiões quadrangulares, colocados nas esquinas e distribuídos na distância de vinte metros. Posteriormente foi substituída pelo querosene, em lampiões menores, colocados nas paredes e

---

<sup>31</sup> MATTOSO, K. de Q. **Bahia: século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 65.

postes de madeira. As ruas eram em geral direitas e mais ou menos regulares em largura e a nova edificação corrigia os “defeitos” da antiga vila (Figura 4).<sup>32</sup>



**Figura 4-** Planta da vila de São Jorge dos Ilhéus de 1852 [Cedida pelo historiador Marcelo Henrique Dias]

No final do século XIX, a cidade começou a alterar o seu traçado colonial, mesmo sofrendo ainda com as enchentes dos rios, cujas águas alagavam por semanas parte da zona comercial próxima ao porto.<sup>33</sup> Nesse período, as fortunas aumentaram rapidamente. Muitos dos imigrantes chegados há uma ou duas décadas tornaram-se grandes proprietários e o acúmulo de capital possibilitou um maior refinamento nos seus hábitos. A ostentação da sua nova posição social estava presente no vestuário, nas doações às igrejas e instituições, nos monumentos arquitetônicos, assim como nas residências: o palacete, na cidade; e o jazigo, no cemitério. Apesar de ainda existirem casas de palha, principalmente na Rua das Quintas (atual Dom Tepe), a cidade começou a ganhar cada vez mais construções de tipo moderno.

<sup>32</sup> BORGES DE BARROS, *Memória sobre o município de Ilhéus*, pp. 79-80.

<sup>33</sup> LAVIGNE, E. G. *Paz e humanismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968, p. 85.

Com o desenvolvimento do comércio, os vapores passaram a escalar mensalmente no porto e fundeavam na baía por falta de cais, sendo o embarque e desembarque de passageiros feito por canoas e o de mercadorias em balsas. A viagem para Salvador fazia-se através de lanchas e barcos a vela, sem cômodos. Com os ventos contrários, a chegada aos portos de destino podia levar de três a quatro dias “de viagem penosa.”<sup>34</sup>

A melhoria na comunicação entre as cidades litorâneas promoveu a disseminação da nova linguagem e do novo partido arquitetônico, tendência essa que dependia do acúmulo de capital. As cidades passaram a conhecer duas modalidades de residências: a ‘antiga’, ainda ligada às tradições regionais e a uma economia incipiente; e a ‘moderna’, de influência estrangeira, fruto da prosperidade material da lavoura do cacau. Um dos aspectos recorrentes das idéias e práticas no planejamento urbanístico é a importação de modelos formulados nos países centrais e o abandono do barroco.<sup>35</sup>

A cidade deveria adaptar-se ao seu tempo e afirmar tudo aquilo considerado como progresso, sendo a estética modernista acompanhada pelo desprezo ao antigo. Quanto mais rica a sociedade, como a cacauera dos fins do século XIX, mais rápida a alteração da paisagem urbana, enquanto que as cidades que não possuíam uma economia forte tenderam a preservar os seus antigos padrões.

Os principais coronéis concentraram suas atividades no município ilheense, o mais importante da região, “sob a influência do progresso e da civilização.”<sup>36</sup> Esse progresso desenfreado provocou mudanças radicais no cotidiano “Ilhéus vivia a vertigem do desenvolvimento.”<sup>37</sup> A consolidação do sistema capitalista e o florescimento da sociedade burguesa, “cujo discurso louvava as excelências do sistema e a sua capacidade de construção do bem-estar,” transformaram o progresso no mito do século XIX, referendado pelos princípios evolutivos, pelo cientificismo e pelo impacto causado pela reforma burguesa das cidades.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> PESSOA, A. **Um testemunho do passado**: meio século de Ilhéus contado pelo coronel Antonio Pessoa. Revista Espelho, Rio de Janeiro, 1937, p. 6.

<sup>35</sup> RIBEIRO, L. C. e CARDOSO, A. L. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO e PECHMAN, op. cit., p. 54.

<sup>36</sup> FALCON, G. A. **Os coronéis do cacau**. Salvador, Ianamá, 1995, p. 37.

<sup>37</sup> PEREIRA FILHO, **Ilhéus, terra do cacau**, p. 68.

<sup>38</sup> PESAVENTO, S. J. **Em busca de uma outra história**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH / Contexto, v. 15. n. 29, 1998, p. 24.

A cidade possui variadas funções, como centro administrativo e pólo de relações e comunicação. Em todos os casos ela é sempre um elemento da organização do meio rural circundante e sede do poder político e social. Historicamente os coronéis buscaram desenvolver, na sua área de influência, um centro urbano que constituísse o fulcro de suas atividades políticas e comerciais. Esses agentes sociais agiram como fundadores, a exemplo dos coronéis José Firmino Alves e Henrique Alves dos Reis em Itabuna, ou como protetores do progresso das cidades, como é o caso dos coronéis Antonio Pessoa e Misael Tavares em relação a Ilhéus.

Entre as décadas de 1870 a 1890, Ilhéus começou a emparelhar-se com os principais núcleos urbanos do litoral e do interior da Bahia. As margens dos rios do seu município estavam densamente povoadas e contavam com grandes fazendas para a cultura do cacau, cuja colheita era, como já foi dito, exportada para Salvador. O constante crescimento econômico e populacional, trazido pela lavoura cacaueira, fez que os chefes políticos ilheenses pleiteassem na Assembléia Provincial, no início da década de 1880, a elevação da vila à categoria de cidade.

O império estava, no período, sob a direção política do partido Liberal. O gabinete de ministros era chefiado pelo conselheiro baiano José Antônio Saraiva, e presidia a província o conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, futuro marquês de Paranaguá. O projeto de elevação foi apresentado pelo cônego Manoel Theodolindo Ferreira, e o subscreveram o vigário João Paranhos, o coronel J. J. de Almeida, o vigário Luís Batista, o dr. Virgílio de Carvalho, Elpídio Baraúna, o dr. Euclides Requião, o tenente-coronel Ápio Medrado e o dr. Antônio Carneiro da Rocha.

A lei que elevou a vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade, com a mesma denominação, foi assinada pelo presidente da Bahia em 28 de junho de 1881. Poucos eram os núcleos urbanos da Bahia que, na época, possuíam o status de cidade. O fato de Ilhéus ter sido alçada a esta categoria foi uma demonstração inequívoca de reconhecimento, por parte do governo, da sua importância no contexto econômico do estado. O crescimento urbano estava diretamente relacionado com o desenvolvimento da lavoura do cacau, cuja produção anual era de centenas de milhares de arrobas.

Para adequar Ilhéus ao quadro de expansão econômica e populacional, a elite ilheense teve a pretensão de aproximá-la dos modelos de urbanização dos centros considerados

civilizados e produzir na cidade de estilo antigo uma imagem do progresso desejado. O sentido evolucionista e alegórico dos planos de remodelação urbana do período rejeitou a cidade de traços coloniais, ao destruir seus antigos logradouros e substituir os aspectos figurativos dos seus edifícios na intenção de representar a modernidade.

### **Urbanismo e modernidade: a *Belle Époque* grapiúna**

A renovação urbana e expansão da cidade de Ilhéus mudaram radicalmente a sua aparência, com a construção de novos edifícios com fachadas regulares, praças, alinhamento e alargamento das ruas, sob um novo plano elaborado e executado pelos administradores progressistas. O discurso urbanístico reformador se apoiou em certos princípios básicos. A questão urbana emergiu como transformação da vida social. Era preciso mudar a cidade para mudar a vida.

As representações do urbano, projetando a “cidade que se quer sobre a cidade que se tem,” expressam uma vontade política, uma intencionalidade no norteamento do real.<sup>39</sup> Mediante as intervenções na cidade, grandes proprietários de terra e comerciantes, em especial os novos ricos do cacau, obtiveram a representatividade e o prestígio social que almejavam. As primeiras intervenções modernizantes em Ilhéus partiram de uma elite letrada. O plano da cidade ideal foi atribuição de um grupo de intendentes constituído por bacharéis, que administraram o município durante a República Velha e o Estado Novo. O plano da cidade ideal, a “Capital do cacau,” como era chamada pela imprensa baiana, foi levado a termo por esse grupo de administradores, a maioria deles com formação superior, influenciada por concepções europeias de urbanização.<sup>40</sup>

O primeiro administrador modernizante foi Domingos Adami de Sá (1904-1908), que iniciou as obras do antigo porto, a rede de esgotos, calçamento de ruas e estradas para o interior do município. A administração Mangabeira-Lavigne de Lemos (1908-1912) deu seguimento a essa política: instalou redes de água e esgoto; calçou as principais ruas com paralelepípedos; levou a termo, por meio de desapropriações, vasta série de demolições;

---

<sup>39</sup> RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: s.n., 1985, p. 17.

<sup>40</sup> Grupo de bacharéis formado por João Mangabeira, Eusínio Lavigne e Mário Pessoa, em Ilhéus; e Olinto Leone, Laudelino Lorens e Claudionor Alpoim, em Itabuna.

inaugurou o primeiro trecho do cais do porto; e lançou as primeiras pontes de alvenaria nas estradas.

De acordo com um biógrafo de Mangabeira, esse foi um período pleno de energia e espírito público, “cujas realizações transformaram a capital do cacau.”<sup>41</sup> Nas construções e reformas postas em prática, tanto pelo poder público como por particulares, buscou-se um sentido monumental. O traçado urbano deveria ser testemunha das características sócio-econômicas e culturais da cidade. A modernização, a infra-estrutura e o saneamento foram combinados com os princípios estéticos, de maneira que expressassem os padrões burgueses de viver.

Os espaços urbanos que se formam, como resultado da expansão da lavoura cacaeira, distintos e hierarquizados, estão marcados por tensões sociais. O centro do núcleo, área socialmente privilegiada, era geralmente dominado pela igreja matriz, cujas proporções deveriam estar de acordo com a riqueza local. Em volta do largo da matriz e nas ruas adjacentes localizam-se, de preferência os principais prédios públicos e particulares. Esse é o espaço de maior visibilidade, em que as intervenções urbanas patrocinadas pela municipalidade e por particulares ocorrem com maior freqüência.

Em volta desse centro estão situadas as residências mais modestas e o pequeno comércio, zona de transição para a periferia mais afastada. Nesse espaço habitam as camadas mais pobres, à margem da cidade ideal, escondido e esquecido do poder pela municipalidade. Na época das fortunas fugazes oriundas da lavoura do cacau, podia-se medir a fortuna dos coronéis, assim como a miséria dos trabalhadores, pelas casas que possuíam. Aos poucos os coronéis trocaram as sedes das fazendas pelos palacetes urbanos, símbolo de maior ‘status’ na região. As antigas ruas estreitas e tortuosas ganharam alinhamento e alargaram-se “para abrigar os sobrados ajanelados dos fazendeiros abastados, advogados e membros da elite local,” bem como as casas comerciais dos mais variados ramos.<sup>42</sup>

A reflexão histórica sobre a cidade moderna a expõe como manifestação recorrente da história do poder. As intervenções urbanas em Ilhéus permitiram à burguesia cacaeira dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional. Os principais fazendeiros e comerciantes utilizaram a cidade como um lugar

---

<sup>41</sup> MANGABEIRA, F. **João Mangabeira, república e socialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 62.

<sup>42</sup> FALCON, **Os coronéis do cacau**, p. 45.

estratégico para representar seu prestígio político e social. As ruas e praças mais importantes de Ilhéus passaram a ser conhecidas pelos nomes dos seus moradores mais ilustres ou dos principais chefes políticos, o que inegavelmente dava uma maior visibilidade social e status ao homenageado, imortalizado em uma placa de mármore ou busto de bronze.

As ruas principais, como o Conselheiro Saraiva (atual Antonio Lavigne de Lemos), Pedro II, coronel Adami (atual Jorge Amado) e do Barroso, eram ainda “bastante estreitas e calçadas de pedras brutas já lisas dando notícias do seu arcaico passado.” Porém, os edifícios mais importantes eram construções recentes pertencentes aos maiores fazendeiros e comerciantes, como o Palácio das Figuras, assim chamado pelas estátuas nele existentes, do coronel Domingos Fernandes; duas casas gêmeas com frente de azulejo, de João e Alfredo Amorim; e as casas de José do Amaral Pacheco e Rodolfo Vieira. Desta época seria ainda possível citar entre as mais importantes edificações urbanas o Palácio da Intendência ou dos Grifos, iniciado em 1897, construído sobre as ruínas do colégio dos jesuítas.<sup>43</sup>

Borges de Barros assim descreve o palácio: “Internamente é bem disposto e mobiliado com luxo e elegância. No pavilhão superior ficam o salão nobre é bem mobiliado e a pintura de muito gosto. As salas de audiência e do júri são as únicas no gênero e dignas de referência em todo o Estado, a principiar pelo mobiliário até as pinturas”.<sup>44</sup> O Palácio da Intendência, inaugurado durante a administração do coronel Domingos Adami de Sá, em estilo neoclássico, serviu de inspiração para as futuras construções urbanas (Figura 5). A administração municipal, no período Mangabeira-Lavigne de Lemos, tentou impor este estilo arquitetônico a todos os prédios da cidade, exigindo a construção de platibandas decoradas com acrotérios e relevos. Os exemplares máximos desse novo estilo arquitetônico em Ilhéus foram construídos entre as décadas de 1910 e 1920, símbolos evidentes do poderio social e econômico dos coronéis do cacau.

---

<sup>43</sup> COSTA, **Terra, suor e sangue**, p. 28.

<sup>44</sup> BORGES DE BARROS, **Memória sobre o município de Ilhéus**, p. 96.



**Figura 5** – Intendência Municipal de Ilhéus datada da década de 1900 [Foto do Autor]

Ao iniciar a sua administração, em 1924, o intendente Mário Pessoa empenhou-se nas chamadas obras de embelezamento e lançou as bases do planejamento urbano. Pessoa criou o código de posturas, “avançadíssimo para a época e um dos primeiros do Brasil,” e encarregou o engenheiro municipal Manoel Accioli Ferreira da Silva de levantar a planta cadastral da cidade e do Pontal de São João da Barra, a primeira da Bahia.<sup>45</sup> Ao remeter um exemplar da planta, orçada em doze contos de réis, ao governo do estado, o intendente afirmou que “em dias não muito remotos, ele e seus sucessores, obedecendo sempre ao trabalho que ora lhe fazia presente, teriam apagado os últimos vestígios coloniais” da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus.<sup>46</sup>

O código de posturas, criado pela Lei Municipal de 1º de outubro de 1924, regulamentou a política municipal quanto às intervenções urbanas e dividiu a cidade em duas zonas: a urbana e a suburbana. A primeira englobava as ruas e praças da cidade em um raio de três quilômetros, no interior do chamado perímetro urbano, área prioritária para as reformas. A zona suburbana consistia numa faixa de também três quilômetros, entre a zona urbana e a zona rural.

<sup>45</sup> PESSOA, M. de C. *No tempo de Mário Pessoa*. Salvador: EGBA, 1994, p. 30.

<sup>46</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 395.

O capítulo referente às construções e reconstruções, na seção que trata do porte e do estilo dos prédios, proibia a edificação ou reedificação de prédios de um só pavimento, no perímetro central. Foram criados incentivos fiscais, com isenção de impostos para construção, recuo e reconstrução de prédios urbanos, alinhando-os conforme a planta cadastral, estendendo o benefício a todo prédio existente no perímetro urbano que fosse completamente reconstruído.<sup>47</sup>

Durante a administração do intendente Mário Pessoa, foram alinhadas, com desapropriação de prédios particulares, “todas as ruas que ainda se ressentiam desse defeito.” Cogitou-se transformar Ilhéus num Rio de Janeiro em tamanho menor, seguindo modelos e denominações urbanas cariocas, como a Avenida Beira-Mar, também conhecida como Avenida Copacabana, “com seus passeios de quatro metros de largura, os seus belos bangalows e os modernos e elegantes postes de iluminação elétrica, com três luzes,” exatamente iguais aos da Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro.<sup>48</sup>

Em sua segunda gestão (1938-1942), Mário Pessoa ergueu uma réplica do Cristo Redentor no prolongamento da avenida Beira-mar, em frente à entrada do antigo porto. A conclusão das obras do porto foi uma das intervenções mais importantes da década de 1920. Este equipamento, ao lado da ferrovia ligando a cidade às principais zonas produtoras de cacau no interior, criou a base para que a cidade se tornasse o centro da região cacauceira e a consolidou como um dos maiores centros agro-exportadores do país.

A partir da revolução de 30 foram introduzidos novos modelos administrativos, cuja principal característica era a adoção do planejamento como elemento ordenador do desenvolvimento urbano. A administração de Eusíbio Gaston Lavigne (1930-1937) foi responsável pela elaboração dos dois primeiros planos diretores da cidade: o Da Rin-Gonçalves e o Peltier de Queiroz, chamados pelos nomes de seus autores. Um dos principais problemas para efetivar a expansão urbana derivava da situação geográfica, que exigia a realização de obras de maior porte. Foram feitos na época, os cortes nos morros da Conquista, Vitória e Boa Vista, que permitiram a abertura das avenidas Itabuna e Canavieiras.

Data também do período a criação dos bairros da Cidade Nova, antiga fazenda Opaba da família Pacheco; e do Malhado, na fazenda Velosa, pertencente à família Lemos. A Avenida Itabuna foi construída em terrenos da fazenda Bela Visão, do coronel Miguel Alves

---

<sup>47</sup> ILHÉUS. Código de Posturas do Município de Ilhéus-BA, Lei n. 277, de 1/10/1924. Tipografia Indiana, 1925.

<sup>48</sup> PESSOA, **No tempo de Mário Pessoa**, p. 71.

Dias. A desapropriação e o loteamento dessas áreas motivaram uma intensa luta judicial entre a prefeitura e os proprietários dos terrenos citados, defendidos pelo dr. Epaminondas Berbert de Castro, cuja família era proprietária de uma das áreas em litígio, a fazenda Pimenta, onde se erigiu o atual bairro da Conquista.

Com o desenvolvimento das atividades portuárias e industriais, os contingentes de trabalhadores que se incorporavam à vida urbana passaram a ocupar o morro da Conquista e os terrenos alagadiços entre a antiga estação ferroviária e os morros vizinhos, a antiga “ilha das Cobras”. Os extremos da cidade, a ponta da Pedra, ao sul, e a ponta de Areia, ao norte, sofreram o mesmo processo de ocupação e integraram o *locus* da pobreza.

Com a progressiva ocupação e urbanização dessas áreas, os seus primitivos moradores foram deslocados para novas áreas periféricas, levando a que outros morros e vales fossem ocupados. Conforme a análise de Souza, os planos diretores do período tinham uma preocupação funcional e estética e ensaiaram um zoneamento com índices urbanos diferenciados, justamente por não incorporarem as áreas de ocupação informal, situadas além do perímetro urbano. Nenhum deles teve uma preocupação efetiva, embora muitas vezes declarada, de trabalhar a cidade como um todo, isto é, incluindo nas suas análises e proposições, soluções para a pobreza urbana, em bairros periféricos habitados por feirantes, comerciários, ferroviários, prostitutas, pescadores, estivadores e pequenos lavradores e comerciantes. Essa pobreza, que sempre se constituiu numa informalidade transitória, na medida em que os pobres estão sempre se mudando e sendo expulsos pela cidade forma, “e por isso continuou sendo como uma sombra, que se move”, seguindo seu dono.<sup>49</sup>

A política de renovação urbana de Ilhéus é uma das mais significativas entre as das cidades baianas do período, pelo seu caráter simbólico de ostentação e pela tentativa de criar um novo momento histórico e esquecer um passado recente. Os jornais locais anunciavam incessantemente as mudanças no perfil arquitetônico da cidade. A imprensa soteropolitana dava testemunhos dos “primores da encantadora princesa do sul”.<sup>50</sup> Para Souza Brito, a Ilhéus do período era “formosíssima e de estilo moderno”. Quase todas as construções estavam reformadas, “podendo gabar-se de ser uma das primeiras cidades do interior do Estado, em

---

<sup>49</sup> SOUZA, *A cidade e sua sombra*, p. 76.

<sup>50</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 405.

beleza de construções”. Não apenas a aparência dos palacetes públicos e particulares chamava a atenção do visitante, mas também o rigoroso asseio das ruas principais.<sup>51</sup>

As intervenções imprimiram a monumentalidade e a grandiosidade ao espaço urbano. Esse processo trouxe em seu bojo a exclusão quando, ao produzir um espaço público, privilegiou o seu uso pelas elites e deixou de fora as camadas populares, relegadas a um território da exclusão e da não-vigência de normas. A civilidade e a crença no progresso estão presentes nas intervenções e modelos construídos. Estes aspectos serão prodigamente enfatizados pelos jornais, cronistas, memorialistas e outros literatos quando procuram os indicadores de progresso e modernidade. As suas obras demonstram a importância desses ideais para a elite local no que se refere à própria idéia de cidade.

Nas palavras de Agripino Grieco, “sem que isso importe em condição de inferioridade”, nada mais dessemelhante da capital do estado que a cidade de Ilhéus. “Quase nada se encontra aqui de palácios velhos, de tradicionalismo secular”. Quase tudo novo, “mal acabado de sair do prelo.” A cidade desdobra-se, recompõe-se, “vence o pântano, cresce sobre o mar[...]. Falta uma igrejinha secular e a catedral a construir-se, não sei se não será um tanto desgraciosa e mastodontica de proporções.” Notava-se “algum pitoresco na irregularidade das ruas que não foram previamente riscadas no papel[...], e as colinas de em torno, bastantes curiosas nos seus recortes assimétricos, abrigam em geral a população pobre.” Ilhéus encantava “com a sua segunda infância, com todas as suas loucuras, de criança pródiga, de fedelho que esbanja porque tem muito”. Para o jornalista observava-se “qualquer coisa de paulista” naquele fervedouro de atividades.”<sup>52</sup>

A burguesia passou a investir nos imóveis erguidos nas principais ruas do centro urbano, cujas obras expulsaram dessa área a população mais modesta, que se alojou nas zonas periféricas como os morros do Unhão e da Conquista, e o Malhado. Novos loteamentos e especuladores apropriavam-se e privatizavam as áreas de expansão da cidade. Os preços dos terrenos foram aumentando, os espaços saneados foram se transformando em modernos e aprazíveis bairros residenciais e de veraneio, como a Cidade Nova e o Pontal.

Novos serviços e equipamentos eram reclamados, fato que não passou despercebido aos chefes políticos que passaram a incorporar o assunto aos seus discursos. Demoliam-se os símbolos do passado colonial, que deveria ser esquecido. Ao romper com o passado colonial,

---

<sup>51</sup> BRITO, R. de S. **O livro de Ilhéus**. Rio de Janeiro: Tipografia Linconl, 1923, p. 32.

<sup>52</sup> API. *Diário da Tarde*, “Agripino Grieco”, n. 22/03/1935, p. 1

Ilhéus deixou de ser um local de encontros episódicos, marcados essencialmente pela vida administrativa e religiosa, como nos dias de eleições, quando enchiam-se de jangunços, e de festas religiosas. A partir daí, se desenvolveu vida regular, marcada pela diversidade de indivíduos, serviços e mercadorias.

Além dos novos modelos arquitetônicos, o crescimento da cidade caracterizou-se pela construção de novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas comerciais, armazéns e teatros. Esse amplo processo de transformação urbana, aliado às mudanças impostas pela modernidade, criou novos costumes, como o passeio de automóvel pelas principais ruas alargadas ou o *footing* no fim de tarde.

Entretanto, a Ilhéus moderna, ao tempo que passava por reformas que incluíam redes de esgotos, de abastecimento de água, ainda via passar pelas ruas calçadas as tropas de burros, trazendo o cacau das fazendas para os armazéns do porto. Em animais também se transportavam o leite e água potável, retirada das fontes pelos aguadeiros, vendidos nas residências. Mas Ilhéus desejava esquecer os resquícios desse passado. A separação entre duas épocas, em que duas cidades completamente desiguais se contrastam, se encontra presente na maior parte dos relatos das memórias do período. Os relatos remetem a uma cidade investida de marcos e lugares simbólicos, em um processo onde atuaram políticos, médicos, arquitetos e engenheiros. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Ilhéus que aparece nas memórias, muitas das quais encomendadas, transforma-se em ritmo acelerado. Os seus antigos traços e características desaparecem da narrativa e fica patente, nas fotografias que as ilustram, a imagem do moderno apagando o antigo.

Os memorialistas empenham-se em destacar os novos aspectos adquiridos, como os serviços de iluminação e abastecimento de água, e não só na cidade como também nos distritos mais importantes. As narrativas dão, ainda, ênfase à nova fisionomia urbana que se delineou com a abertura de novas ruas, o alargamento das antigas, as melhorias do porto. Para os memorialistas parece não haver qualquer vestígio do tempo anterior ao cacau, a Ilhéus colonial e barroca não se encaixava nas novas formas do viver moderno e progressista imaginado pelos homens do cacau.

A construção das tradições é desenvolvida em um processo de formalização, ritualização e repetição. Assim, a narrativa memorialista ganhou contornos de verdade e identificou o seu discurso à história local. É possível afirmar que, nos relatos sobre as origens

das cidades, memória e história se sobrepõem, pois há uma confiança na capacidade da memória de constituir um registro preciso e verdadeiro.<sup>53</sup>

Muitos projetos de cidade derivam diretamente de concepções de mundo. A relação com um conjunto de idéias e valores, de crenças e normas de ação, é especialmente forte no caso das cidades ideais e utópicas. Buscando a satisfação dos seus interesses individuais, a burguesia ilheense tentou impor seu próprio estilo expresso em equipamentos urbanos, na indumentária, nas festas, nos seus túmulos e em normas de comportamento transformados em lei pelo Código de Posturas do município. Em Ilhéus, mais do que resolver os problemas urbanos gerados pelo crescimento, foi posto em prática um urbanismo que visava consolidar a idéia de que a “Princesa do Sul” representava o *ethos* da região cacauzeira por excelência.

Na relação estabelecida entre urbanismo e política, os lugares públicos desempenharam um importante papel para a homenagem aos indivíduos que representavam a imagem do poder da região produtora de cacau. Os palacetes, assim como os jazigos monumentais, foram erguidos como verdadeiros símbolos do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social e do progresso. Entre as maiores expressões do poder regional estão as construções da estrada de ferro, símbolo por excelência dos avanços tecnológicos da revolução industrial, e da catedral diocesana de Ilhéus, símbolo de caráter religioso do poder econômico regional.

### **A *State* e a catedral: ícones do progresso sul-baiano**

No Brasil a modernidade transportada pelos trilhos de ferro era contraditória ao papel agrário e subalterno do país face ao mercado internacional. A construção das redes ferroviárias era considerada um aspecto positivo do progresso tecnológico e econômico brasileiro. As ferrovias influenciaram não somente a economia como o imaginário social do início do século XX como marco mais evidente da modernidade. A extensão da linha férrea delimitava a fronteira entre o mundo civilizado e as áreas ligadas aos costumes rurícolas.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> BREFE, A. C. F. **A cidade das memórias**: a São Paulo dos memorialistas. Revista História, São Paulo, UNESP, v. 15, 1996, p. 165.

<sup>54</sup> WOLF, G. H. **Trilhos de ferro, trilhas de barro**. Passo Fundo-RS, UPF, 2005, pp. 45-7.

A primeira iniciativa oficial para a construção de ferrovias na Bahia foi a publicação do decreto 641 do ano de 1852, concedendo garantias de até 5% de juros sobre o capital empregado nas suas obras. Nesse contexto foram concedidas pela casa imperial a construções das estradas de ferro “Bahia-S. Francisco”, a “Central da Bahia” e o “Ramal do Timbó”. Os investimentos eram feitos nas regiões onde eram produzidas mercadorias para abastecer o mercado internacional, com o objetivo de expandir os volumes negociados.<sup>55</sup>

A rede ferroviária baiana foi construída de acordo com a mentalidade da classe dirigente entre o final do século XIX e começo do século passado em as estradas de ferro eram entendidas como complementares à navegação mercantil, uma ligação necessária entre os portos marítimos e o interior. A lógica era controlar a produção mercantil do estado e centralizar sua exportação na Cidade do Salvador. As mercadorias seriam transportadas pelos trilhos para portos secundários no Recôncavo e no litoral sul e, dali, para as docas soteropolitanas.<sup>56</sup>

O capital industrial e financeiro inglês, aliado ao setor comercial nacional, foi a base principal dos investimentos na construção de ferrovias com o objetivo de reduzir os custos no processo de exportação de matérias-primas. No início do século XX a agricultura baiana tinha sua estrutura voltada para os interesses econômicos do hemisfério norte sobre os produtos tropicais, ou seja, era uma atividade basicamente agrário-exportadora. Os capitais estrangeiros investidos no sul da Bahia, especialmente o inglês e o suíço, construíram uma rede financeira composta por firmas importadoras e exportadoras e agências de navegação e seguros.

Após uma série de tentativas fracassadas, no ano de 1899 surgiu uma proposta concreta para a construção da ferrovia Ilhéus-Conquista, com a assinatura do contrato entre o governo da Bahia e os engenheiros Frederico William Cox e José Correia de Lacerda. O projeto da estrada de ferro previa ramais em Itabuna e no rio de Contas. O cronograma previa concluí-la em seções de vinte quilômetros por ano. Os concessionários, no entanto, não conseguiram concluir os estudos definitivos no tempo previsto e o contrato foi cancelado pelo governo no ano de 1901.

A crise econômica que atingiu a Bahia entre os anos de 1901 e 1904 impossibilitou a apresentação de novas propostas particulares para a construção de uma ferrovia ligando a

---

<sup>55</sup> VIANA, I. L. **A estrada de ferro de Ilhéus a Conquista e a lavoura do cacau**. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História), 1986.

<sup>56</sup> ZORZO, F. A. **Ferrovia e rede urbana na Bahia, 1870-1930**. Feira de Santana-BA: UEFS, 2001, p. 78.

região cacauceira ao sudoeste do estado. O próprio governo decidiu, então, levar o projeto adiante com a nomeação, em 1903, do engenheiro Guilherme Greenhalg para proceder os estudos necessários para o início das obras da ferrovia. Com base no relatório apresentado por Greenhalg, o governador Severino Vieira abriu outra concorrência para a estrada, mantendo o traçado estabelecido pelo engenheiro para o primeiro trecho Ilhéus-Tabocas em linha reta. O segundo trecho, nunca concluído, ligaria Tabocas à cidade de Conquista com as alterações que o estado julgasse necessárias.<sup>57</sup>

A concessão foi obtida pelo empresário baiano Bento Berilo de Oliveira, com o qual a Secretaria de Agricultura assinou o contrato de construção, uso e gozo da ferrovia aprovado pelo Decreto n. 288, de 28 de dezembro de 1904. Oliveira não conseguiu cumprir os prazos determinados. Somente no final de 1905 foram iniciados os trabalhos de desmatamento e escavações, feitos com morosidade. Em dois anos os trabalhos haviam avançado apenas 16 quilômetros. Uma das causas era a falta de mão-de-obra devido à migração para as fazendas de cacau durante a época de colheita. Mas, a principal causa, era a falta de capital da empresa baiana para arcar com as despesas com equipamentos e pessoal, o que levou à modificação do traçado original como forma de baratear os trabalhos e à busca por capitais estrangeiros.<sup>58</sup>

A ferrovia de Ilhéus a Conquista somente pôde ser concluída com a transferência da concessão para a companhia inglesa *The State of Bahia South Western Railway Company Limited*. O contrato do governo com a firma Carvalho, Oliveira & Cia. foi modificado pelo Decreto de n. 554, de 28 de agosto de 1908. O percurso foi reduzido, o prazo de inauguração da seção Ilhéus-Itabuna prorrogado para 1911 e, após a publicação do decreto, foi feita a transferência da administração da ferrovia à *State* constituída em Londres. O material utilizado para os trilhos e o maquinário foram trazidos da Inglaterra a bordo de cargueiros e desembarcados no porto de Ilhéus (Figuras 6 e 7).

---

<sup>57</sup> APEBa. SJ, Leis do Estado da Bahia: Contratos, 1906.

<sup>58</sup> VIANA, A **estrada de ferro**, p. 90.



**Figura 6-** Antiga estação ferroviária de Ilhéus em primeiro plano, tendo ao fundo o casario pertencente à fazenda Pimenta do coronel Ramiro de Castro – década de 1920 [Autor: Pablo Pinillos]  
**Fonte:** Brandão & Rosário. *Estórias da história de Ilhéus*, 1970.

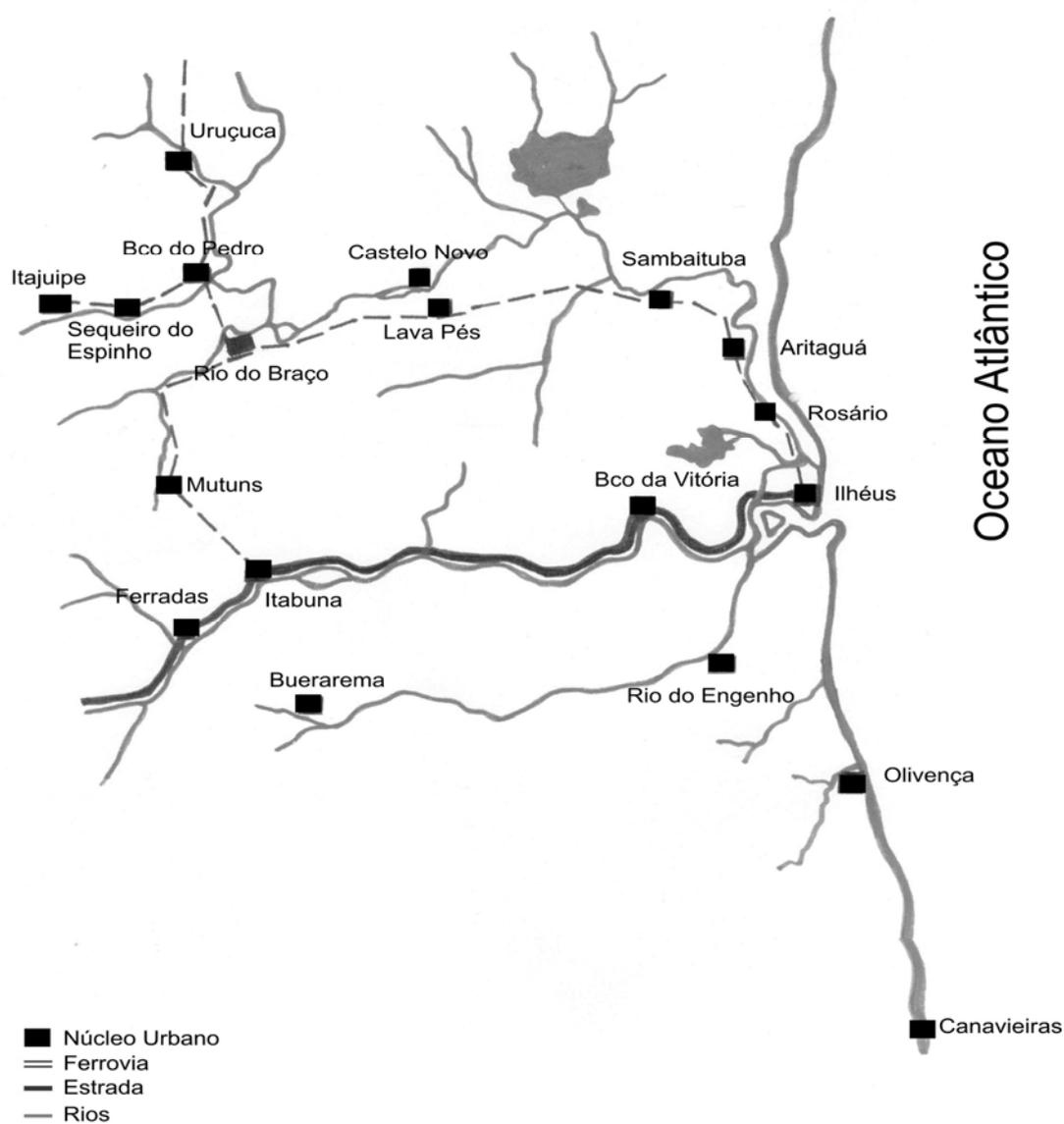


**Figura 7-** Antigo porto de Ilhéus com diversos cargueiros ancorados – década de 1930 [Autor: Pablo Pinillos]  
**Fonte:** Brandão & Rosário. *Estórias da história de Ilhéus*, 1970.

A partir dessas providências pôde ser iniciado o serviço regular de construção da linha férrea que incluía o desmatamento de uma extensa área às margens dos rios Almada e do Braço. A firma inglesa modificou definitivamente o traçado para atender as zonas mais férteis

dos municípios de Ilhéus e Itabuna. Em 1909 ela conseguiu do governo do estado a aprovação do ramal Água Branca-Almada e posteriormente os ramais de Mucambo e Água Preta, partindo dos rios Almada e do Braço. O trecho provisório do trecho ligando o porto de Ilhéus a Itabuna foi inaugurado em 1911, mas as instalações definitivas somente entraram em funcionamento dois anos depois (Mapa 2).

## MAPA DOS MUNICÍPIOS SUL BAIANOS



**MAPA 2:** Acervo CEDOC / UESC

O tráfego definitivo da linha até a cidade de Itabuna, utilizado provisoriamente desde 1911, foi inaugurado em 21 de agosto de 1913, com a extensão de cinquenta e nove quilômetros. Dois anos antes a companhia inglesa foi autorizada a construir o ramal do Almada que ia até a zona do Sequeiro do Espinho, na futura cidade de Itajuípe, e o sub-ramal do Mocambo, na futura cidade de Uruçuca, em uma extensão de trinta e cinco quilômetros. Este foi prorrogado até a margem direita do rio de Contas no povoado de Poiri, futura cidade de Aurelino Leal.<sup>59</sup>

Vianna estabelece uma relação direta entre o funcionamento da ferrovia e o predomínio do eixo Ilhéus-Itabuna na produção de cacau. Até 1913, quando foi inaugurado o trecho entre as duas cidades, o ritmo de aumento da produção é bastante semelhante aos dos eixos Canavieiras-Belmonte e Barra do Rio de Contas (Itacaré)-Itapira (Ubaitaba). A partir da segunda metade da década de 1910 as safras em Ilhéus e Itabuna passaram a apresentar números bastante superiores às das demais áreas produtoras.<sup>60</sup>

O transporte industrial rasgou as antigas trilhas na mata palmilhada pelos tropeiros e seus animais de carga e diminuiu distâncias. Pequenos arruados situados à margem da ferrovia logo se tornaram importantes centros comerciais de compra e venda de cacau e mantimentos, e as terras próximas passaram por uma forte valorização. O principal era o arraial de Rio do Braço, localizado no entroncamento da linha férrea, onde foram abertos os ramais do Sequeiro do Espinho (Itajuípe) e de Agua Preta (Uruçuca) e, dali, para Poiri (Aurelino Leal), às margens do rio de Contas.

A ferrovia terminou por atender unicamente a região cacauceira, mais especificamente os municípios de Ilhéus e Itabuna em um percurso com 58 quilômetros e 750 metros de extensão. Os ramais Rio do Braço-Sequeiro do Espinho com 14 quilômetros, e Rio do Braço-Água Preta, com 10 quilômetros, formavam a malha da rede ferroviária regional, cujas estações contribuíram para o surgimento das cidades de Uruçuca e Itajuípe. O último trecho construído, Água Preta-Poiri, somente foi concluído em 1931 com 43 quilômetros e 195 metros de extensão. Esse ramal atravessava uma das áreas mais férteis da região cultivada, em sua maior parte, com cacauzeiros plantados no início do século passado. O seu traçado original foi modificado para atender aos interesses de grandes produtores como o ex-governador Vital

---

<sup>59</sup> CAMPOS, *Crônica*, p. 461.

<sup>60</sup> VIANA, *A estrada de ferro*, pp. 174-6.

Soares, dono das fazendas Santa Cruz e Encruzilhada, onde foram localizadas estações e casas comerciais de compra e venda de cacau.<sup>61</sup>

O trecho Ilhéus-Itabuna durava cerca de duas horas e quarenta minutos acompanhando os leitos do Almada e do Braço. A demora se dava pelas inúmeras paradas obrigatórias e as paradas facultativas nas proximidades das fazendas mais importantes, a pedido dos seus proprietários. A influência política dos adamistas determinou a mudança do traçado da ferrovia para o Almada, onde os principais líderes possuíam suas melhores propriedades, aumentando o percurso em 30 quilômetros com relação ao traçado onde seria construída a rodovia Ilhéus-Itabuna.<sup>62</sup>

Mediante o cruzamento das localizações das estações e paradas com a das principais fazendas às margens dos trilhos, é possível traçar um paralelo entre a estrada de ferro e o poder econômico regional. O itinerário dos trens acompanhou uma linha de fazendas pertencentes a famílias de plantadores do cacau, muitos dos quais influentes políticos. Durante a construção da ferrovia, a política estadual era dirigida por aliados do partido adamista, liderado por grandes fazendeiros da zona do Almada. Como podemos observar pela Tabela 8, os trilhos da *State* traçaram o roteiro do poder, privilegiando determinados fazendeiros no serviço prestado pelos trens.

**Tabela 8- Estações e Paradas da Ferrovia / Propriedades Rurais**

Local	Proprietários	Modalidade
Rosário	Lavigne de Lemos	Parada
Aritaguá	Siúffo – Brasil	Estação
Barbosa	Tavares	Parada
Almada	Sá Bittencourt – Cerqueira Lima – Moniz Barreto – Homem d'El-Rei	Parada
Provisão	Adami – Weyll	Parada
Rio do Braço	Kruschewsky – Catalão	Estação
Boa Lembrança	Alves	Parada
Mutuns	Oliveira	Estação

**FONTE:** API, *Diário da Tarde*, “Horários”, 5/03/1929, p. 3.

<sup>61</sup> ANDRADE-BREUST, A. D. **Itabuna, história e estórias**. Ilhéus: EDITUS, 2003, p. 116.

<sup>62</sup> GONÇALVES, O. R. **O jequitibá da taboca**. Salvador: Imprensa Oficial, 1960, p. 162.

As propriedades rurais e os povoados situados à margem da ferrovia foram beneficiados com a energia elétrica e outros benefícios, com a diminuição das distâncias com as cidades de Ilhéus e Itabuna. A estação do Rio do Braço era um ponto estratégico da ferrovia, pois ali era realizada a baldeação dos passageiros que vinham de Ilhéus ou Itabuna em direção aos ramais do Sequeiro e de Água Preta. A presença constante dos trens no cotidiano regional passou a influenciar a vida da população que “passou a ser regulada pelos apitos do trem. Os negócios, os encontros, tudo se marcava pelos apitos do trem”.<sup>63</sup> Os povoados passaram a depender do movimento da ferrovia para o seu desenvolvimento urbano e econômico. Com a desativação da ferrovia, nos anos 1960, vários deles praticamente desapareceram ou estagnaram, a exemplo de Rio do Braço, Aritaguá, Sambaituba e Mutuns.

O transporte de passageiros nos vagões dos trens era dividido em duas classes, hierarquizadas pelas condições das acomodações. Na primeira classe, onde viajavam fazendeiros, comerciantes e suas famílias, as cadeiras possuíam braço e acolchoamento, dispostas fileiras de duas cadeiras de frente uma para outra em cada janela. Na segunda classe, mais freqüentada pelos trabalhadores e pequenos produtores, foram colocados bancos de madeira em fila.

Nos anos 1930, a ferrovia passou a sofrer concorrência, no transporte regional das estradas de rodagem construídas pelo Instituto de Cacau da Bahia. Fundado em 1931, no contexto da crise internacional do capitalismo, o I. C. B. deveria desenvolver pesquisas no setor agrícola e investir em melhorias na infra-estrutura, para facilitar a comercialização do cacau. Ao iniciarem-se as atividades do Instituto havia duas rodovias na região. Uma, em fase de construção, ligando as cidades de Ilhéus e Itabuna, e a rodovia Itabuna-Macuco, construída dentro do critério da estrada alimentadora da rede ferroviária. A rodovia Ilhéus-Itabuna foi inicialmente uma iniciativa privada de fazendeiros do Cachoeira nos dois municípios como uma espécie de resposta à concentração do transporte de cacau pelos trilhos do Almada.

Ao traçar o seu plano rodoviário, o I. C. B. tomou sob sua responsabilidade as rodovias citadas e articulou-as com os demais trechos ou ramais que obedeciam ao critério de cortar as zonas produtoras que irradiavam de Itabuna, de Pirangi e de Água Preta, no sentido de uma maior penetração a partir das pontas dos trilhos da ferrovia. O objetivo era substituir o transporte precário em lombo de burro pelos caminhões, em áreas não atingidas pelos trens da

---

<sup>63</sup> ANDRADE-BREUST, *Itabuna*, p. 117.

*State*.<sup>64</sup> Assim, a infra-estrutura criada para a comercialização do cacau modificou sensivelmente as paisagens da zona rural. A par de diminuir a selva e introduzir os símbolos da modernidade como a ferrovia, o cacau foi o responsável pela modernização na área urbana, com o alargamento das principais ruas e a construção dos palacetes dos coronéis erguidos no centro velho. Mas também, como foi dito, criou áreas periféricas formadas pelos barracos dos operários e estivadores nos morros da Conquista e São Sebastião.

O discurso de memorialistas e cronistas retratou negativamente os vestígios do passado colonial urbano. Borges de Barros louvou a intenção da intendência de desapropriar e demolir uma das sacristias da igreja de São Jorge, de “estilo antiquado,” para o alargamento e embelezamento da Praça Rui Barbosa.<sup>65</sup> Esse preconceito em relação ao estilo colonial foi um dos fatores preponderantes para a demolição, na década de 1920, da igreja setecentista de São Sebastião, que deu lugar à nova catedral diocesana, construída em estilo eclético, com planta de Salomão da Silveira, templo da modernidade e do fausto.

O largo da igreja de São Sebastião era um dos principais pontos de referência da vida política e social de Ilhéus. De acordo com Lavigne, a igreja que, ao lado “da velha matriz e a igreja da Vitória formava a trindade das velhas igrejas de Ilhéus”, por muitos anos serviu de sede de seção eleitoral e “representou um papel histórico nas lutas políticas da terra.”<sup>66</sup> Conforme relato de Wied-Neuwied, no início do século XIX, a festa de São Sebastião era comemorada com danças e mascaradas barrocas. Erguia-se um alto mastro, enfeitado com bandeiras e “homens mascarados percorriam a pequena vila, ao som dos tambores e fazendo toda sorte de brincadeiras”. Durante o dia chegavam a disparar tiros de espingarda nas ruas da vila, enquanto que, durante a noite, o som de violão e das mãos acompanhava o dos batuques por toda a parte.

As elites econômicas patrocinavam esses festejos. Costumava-se representar a vida do mártir “por mascaradas, cenas de teatro, combates e coisas semelhantes. As pessoas que representam nessas pantomimas eram escolhidas alguns dias antes, e vestidas apropriadamente”. No dia de São Sebastião, “havia dois partidos que se guerreavam, os portugueses e os mouros; cada qual tinha seus capitães, seus tenentes, suas insígnias”. Erguia-se junto à igreja uma fortaleza feita de galhos de árvores. Segundo Wied-Newied, “os mouros

---

<sup>64</sup> BAHIA. I.C.B. **Relatório da Diretoria Referente ao Ano de 1935**. Salvador: Companhia Editora e Gráfica, 1938, pp. 39-40.

<sup>65</sup> BARROS, **Memória do município de Ilhéus**, p. 99.

<sup>66</sup> LAVIGNE, **Paz e humanismo**, p. 163.

tomam a imagem do santo e levam-na para sua fortaleza, até que na última noite o partido oposto toma-a e condu-la para a igreja, com o maior respeito”. A representação durava vários dias, durante os quais o povo não saía da igreja. Os índios, às vezes, tomavam parte ativa nas representações e nas cerimônias externas.<sup>67</sup>

A construção da catedral, planejada pelo poder público com a benção do primeiro bispo diocesano, causou uma acirrada discussão entre os que defendiam uma completa mudança na arquitetura urbana e os contrários à destruição do patrimônio colonial. Para os reformadores, encabeçados pelo arquiteto Salomão da Silveira, a igreja de São Sebastião, com suas raras torres oitavadas, representava o estilo de uma época associada ao atraso material anterior ao fausto trazido pelo cacau e que, desta forma, deveria dar lugar a construção da suntuosa catedral da cidade, marco do progresso e da riqueza regional.

A demolição da igreja foi iniciada em maio de 1927, durante a administração de Mário Pessoa, um dos principais defensores da construção da catedral. Em pouco menos de uma semana somente restavam “as fortes paredes da caixa e a torre prestes também a desabar aos golpes do martelo civilizador”. Tradicionalmente duas irmandades “quase extintas”, as de Nosso Senhor dos Passos e de São Sebastião, cuidavam da manutenção da capela que, de acordo com a imprensa, estava “esboroando-se pela ação do tempo e falta de limpeza”. A idéia da catedral havia encontrado um obstáculo quanto a sua localização. Com a solução da demolição da capela de São Sebastião a cidade obteria um duplo resultado: “conquista a sua catedral e se vê livre de um ‘trambolho’, uma velharia cuja demolição não deixa saudades a ninguém”, segundo os argumentos do Correio de Ilhéus.<sup>68</sup>

As imagens sacras do templo foram transferidas para a matriz de S. Jorge. Os andores foram carregados em procissão por jovens adolescentes filhas dos principais coronéis pessoístas. Em 1929, uma outra procissão foi organizada para a benção litúrgica do local pelo bispo diocesano e o lançamento da pedra fundamental da obra. A catedral era mais que um símbolo religioso, era um registro da memória e da identidade de determinado grupo social. Nesse contexto, a colonial igreja de S. Sebastião era compreendida como a face de um passado que deveria ser superado pelo progresso (Figura 8). Os seus terrenos, que haviam recebido por séculos os corpos dos ilheenses mortos, e suas paredes, que abrigaram secularmente a festa em honra ao santo padroeiro, missas e seções eleitorais, foram

---

<sup>67</sup> WIED-NEUWIED, **Viagem**, pp. 359-60.

<sup>68</sup> CEDOC. *Correio de Ilhéus*. “A catedral: continua a demolição da capela de São Sebastião”, n. 897, 28/5/1927, p. 1.

substituídos pela imensa catedral de colunas gregas e abóbadas românicas misturadas a elementos góticos, tomados como símbolo do progresso material trazido pelos frutos de ouro (Figura 9).



**Figura 8-** Antiga Igreja de São Sebastião [Autor não-identificado]  
**Fonte:** Brandão & Rosário. *Estórias da história de Ilhéus*, 1970.



**Figura 9-** Catedral de São Sebastião concluída em 1967 [Foto do Autor].

O projeto gerou uma série de discussões e debates políticos que envolveram inclusive personalidades da capital do país como Arquimedes Memória arquiteto e urbanista de renome e diretor da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, convidado pela prefeitura a dar parecer sobre a obra. Os defensores da catedral argumentavam que o estilo barroco da antiga Matriz não representava o espírito modernizante, a riqueza da terra sede de um bispado. A igreja de São Jorge, assim como a demolida São Sebastião, eram consideradas bastante modestas para os novos padrões ilheenses. Por esse motivo, argumentava o *Correio de Ilhéus* que

Urge levantar esse templo majestoso, que deve ser a casa de Jesus Cristo, nosso Redentor. Os que passam por Ilhéus se admiram do seu progresso, dos seus magníficos palacetes, dos seus jardins bem cuidados, de suas avenidas, do asseio rigoroso da cidade, do grande movimento do porto, mas quando chegam em frente da antiga matriz e entram na igreja abarracada e arcaica, construída ainda pelos esforços dos jesuítas, sentem uma impressão bem desagradável. Não é essa a igreja que deve servir de catedral de Ilhéus.<sup>69</sup>

A correspondência da cúria diocesana de Ilhéus revela a preocupação de auto-afirmação da sociedade cacauera frente às outras cidades da Bahia, e a necessidade de demonstrar superioridade em relação às sedes de bispados vizinhos. São citadas as construções de templos como os de Feira de Santana, Santo Amaro, Valença, e especialmente a catedral de Petrolina, em Pernambuco. Os bispos procuravam mostrar aos fiéis que Ilhéus não poderia ter uma catedral que não fosse digna da sede do bispado de uma das regiões mais ricas do país.<sup>70</sup>

Das entrelinhas das correspondências analisadas emerge o confronto entre discursos políticos que aproveitam o debate em torno do projeto da catedral para trazer à tona antigos ressentimentos. De um lado, o grupo "pessoísta", então na oposição, que apoiava o projeto de Silveira seguindo as determinações do bispo d. Manuel de Paiva. Do outro, o grupo ligado ao prefeito Eusínio Lavigne (1930-37), adversário histórico da família Pessoa, baseado no parecer técnico solicitado ao escritório de Arquimedes Memória, retardou por oito meses a

<sup>69</sup> CEDOC. *Correio de Ilhéus*, "A catedral", n. 1010, 18/2/1928, p. 1.

<sup>70</sup> ACDI, Correspondência da Cúria Diocesana, Cartas dos Bispos de Ilhéus, 1915-1957.

aprovação da planta. De acordo com Silveira o parecer não poderia ser de autoria do professor Memória devido à ausência de técnica profissional do anteprojeto que o acompanhou.<sup>71</sup>

O prefeito, considerando que se colocava em dúvida a sua honestidade, publicou artigo onde se apresenta como defensor intransigente do patrimônio histórico de Ilhéus, membro que era das mais antigas famílias:

Não houve, pelo menos nesses últimos tempos, prefeito de Ilhéus de mais coragem, sem violências e de mais resistência na defesa do patrimônio coletivo, dos direitos da cidade e do município, do que eu nesses quatorze meses de governo. Nunca atendi conveniências de amigos, de grupos contra o espírito da civilização, a que todo governante deve se integrar..., mas a fé do meu trabalho, de cuja honestidade só poderão duvidar os maldizentes que constituem o tormento dos governos, na obra do saneamento moral e físico da cidade.<sup>72</sup>

Lavigne esclarece que, como representante do povo, era responsável pelo custo e pelo valor arquitetônico da obra. De posse do esboço traçado por Memória, o apresenta ao representante da diocese, padre Celso Monteiro, justificando o atraso na construção. Sugere ainda a abertura de uma licitação pública, onde vários projetos pudessem ser apresentados e julgados por uma comissão técnica. Este parece ser um expediente para possibilitar a exclusão do projeto “pessoísta” de Salomão da Silveira e abrir espaço para que a nova administração “lavinista” impusesse sua marca em dos mais importantes monumentos urbanos da região do cacau. Porém, apesar do empenho do prefeito de Ilhéus em alterar o projeto, o que permanece é a planta de Silveira. Em 1932, a Secretaria Estadual do Interior e Justiça aprova o projeto e concede autorização para sua imediata construção, tendo em vista a disposição da Lei de Organização Municipal, no mesmo local da capela demolida de S. Sebastião.

A referida obra, como foi dito, levou várias décadas para ser concluída e muitos dos seus idealizadores morreram sem vê-la acabada. Entre os motivos que contribuíram para a ampliação do tempo de construção, encontram-se a crise dos anos 30, que motivou a fundação do Instituto de Cacau, as próprias dimensões da obra a ser executada, e a má vontade dos fazendeiros e comerciantes ligados ao prefeito com a doação de fundos.

---

<sup>71</sup> ACDI. Correspondência da Cúria Diocesana, Carta de Salomão da Silveira ao Professor Arquimedes Memória, 23/12/1931.

<sup>72</sup> API. *Diário da Tarde*, n. 1129, 28/12/1931, p. 2.

Conforme apontado anteriormente, uma questão central levantada pelos opositores do projeto de Salomão da Silveira relacionava-se ao local onde seria erguido o novo templo. Para os técnicos ligados à prefeitura que fizeram o levantamento topográfico do terreno, o mesmo não comportaria o tamanho da edificação, o que no futuro comprometeria a harmonia do edifício em relação ao centro da cidade. Além disso, a planta de Silveira era criticada por ter sido elaborada por um simples mestre de obras que, de acordo com o prefeito Eusínio Lavigne, fez um trabalho sem orçamento rigoroso, sem exata observância da técnica e sem um vislumbre de arte.

Apesar da posição contrária da prefeitura e da doação de um terreno na Cidade Nova para a construção da nova catedral a população conseguiu, mediante um abaixo-assinado organizado pelo bispado, manter o local de origem. O diretor de obras Humberto Sampaio recuou o traçado original e conseguiu um parecer favorável ao local. O terreno doado pela prefeitura não foi aceito pelo fato de se localizar distante do centro, em um local ainda inexpressivo para a visibilidade das ações da Igreja. O próprio bispo justificou que naquele local ficaria longe do seu “rebanho”, já que toda a movimentação social era concentrada no largo da antiga capela de S. Sebastião.

A construção da catedral de Ilhéus é assim, um dos episódios mais emblemáticos das disputas em torno da memória local, envolvendo forças sociais divergentes que travam um debate acirrado sobre o padrão estético e urbanístico em íntima relação com o contexto político, social e econômico daquela fase histórica. Tal fenômeno se verifica também na transformação dos aspectos urbanos do antigo arraial de Tabocas, quando de sua elevação à categoria de cidade, com a denominação de Itabuna.

### **A cidade dos migrantes grapiúnas**

A narrativa memorialista deixou vários registros sobre a fundação do município itabunense e sobre a influência da imigração de sergipanos e sertanejos na sua constituição. Essas memórias nos dão conta não somente dos aspectos urbanos, mas também das práticas sociais em um ambiente voltado para a lavoura do cacau.

A expansão agrícola e comercial do cacau foi impulsionada, em grande parte, por duas correntes migratórias. Uma primeira, externa, era formada por europeus e árabes. Entre esses últimos, o mais importante fluxo migratório foi de libaneses cristãos maronitas e de sírios. A segunda corrente, interna, constituiu-se principalmente de nordestinos, em sua maioria sergipanos e baianos do norte do Estado. A seca e o declínio das lavouras no Nordeste brasileiro, assim como a fama de riquezas trazidas pelo cacau, motivaram a transferência de massas populacionais para a fronteira agrícola sul-baiana.

Ilhéus era um dos portos mais procurados. O governo estadual procurou amenizar os efeitos da seca sobre os pequenos lavradores e trabalhadores rurais do norte baiano, concedendo passagens grátis e rações de carne e farinha para os que migrassem para as terras devolutas do sul do estado. Muitos migraram por conta própria ou financiados por parentes e conhecidos já estabelecidos com plantações, em sua maioria sergipanos.<sup>73</sup>

Antes do fluxo migratório de sergipanos para a área do atual município de Itabuna, as matas próximas estavam sendo abertas por sertanejos baianos considerados hábeis machadeiros, e por ilheenses que se instalaram entre Ferradas e o atual Salobrinho. Diferentemente dos fazendeiros estabelecidos no Almada e nas margens do Cachoeira próximas ao litoral, os desbravadores daquela zona eram homens humildes sem grandes recursos e não possuíam sobrenomes tradicionais. Os memorialistas guardam nomes como Dameão do Bejú, Velho Marreco, Antonio Coco Buxo, D. Salú, Rufino Xodó e Joaquim Donga, homens e mulheres cujos descendentes se autodenominaram grapiúnas.<sup>74</sup>

Os sertanejos e sergipanos eram identificados pelos trajes e pertences que traziam ao chegar a Tabocas. O sertanejo “sempre vinha trajado de algodão, calça de tecido conhecido como cruvelo, trazia chapéu de couro, calçava alpercatas e cacaios às costas”, tendo na cabeça um pequeno “caldeirão esmaltado, um facão de lado e um porrete na mão”. O tecido da roupa “era de cor marrom sempre encardido pela poeira das longas caminhadas que palmilhavam em grupos de dois a seis, o seu pouso era na Rua dos Sertanejos (atual Paulino Vieira) e na Jaqueira”.<sup>75</sup> Os sergipanos apresentavam características um pouco semelhantes, trajando calça e camisa listradas e alguns paletó, chapéu de palha de ouricurí e um baú de flandres às costas. Viajavam em grupos de quatro a dez pessoas, às vezes maiores quando traziam a família

---

<sup>73</sup> COSTA, **Terra, suor e sangue**, pp. 15-6.

<sup>74</sup> GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**, p. 17.

<sup>75</sup> Id. Ibid. pp. 121-2.

inteira. O ponto de referência era o Banco da Vitória de onde buscavam a direção de Tabocas, onde geralmente pousavam em telheiros construídos para tal fim.

A migração de sergipanos para o sul da Bahia foi intensificada na administração do governador José Marcelino de Sousa, período em que uma crise se abateu no estado vizinho. Um acordo entre os governadores da Bahia e de Sergipe buscou solucionar o problema, facilitando a transferência de moradores da zona rural desse último estado para o sul da Bahia. O governador cedeu os vapores da Navegação Baiana para o transporte dos sergipanos para o porto de Ilhéus, e alguns coronéis como Firmino Alves deram suporte aos recém-chegados, cedendo alimento e ferramentas.

De acordo com a Tabela 9, sobre a origem dos sergipanos e sertanejos em Itabuna, o fluxo migratório era abastecido pelos moradores de regiões ligadas à lavoura do açúcar e à pecuária, todas sujeitas às alterações climáticas causadoras de longos períodos de estiagem. A maior parte da elite econômica itabunense provinha destas famílias de migrantes chegados desde o final do século XIX.

**Tabela 9- Procedência e nomes de famílias que migraram para o município de Itabuna (1870-1920)**

Local de Procedência	Famílias Migrantes
Buquim (SE)	Araújo – Franco
Capela (SE)	Andrade
Chapada dos Índios /Vila Cristina (SE)	Alves- Aquino – Oliveira – Santos
Estância (SE)	Amado – Borges – Fontes
Itabaianinha (SE)	Falcão – Leal – Leão – Soares do Nascimento – Souza Freire
Simão Dias (SE)	Dantas – Modesto
Tobias Barreto (SE)	Menezes – Padilha – Sodré
Abadia (BA)	Fontes Lima
Feira de Santana (BA)	Brandão – Setenta
Jandaíra (BA)	Fontes de Faria
Rio Real (BA)	Garcia – Lins – Rosa – Matos
Tucano (BA)	Cordeiro de Miranda
Vila Nova da Rainha (BA)	Pereira da Costa

**FONTE:** ANDRADE, M. P. e ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna:** um estudo histórico-geográfico. Ilhéus: EDITUS, 2005.

A mão-de-obra utilizada na derrubada da mata e no plantio de cacau e de pequenas roças de mantimentos era basicamente a familiar. Entre os sertanejos e sergipanos havia o costume de trabalhos voluntários coletivos, entre que vizinhos que se ajudavam mutuamente

nos chamados batalhões, mutirões que se formavam para desempenhar determinada atividade nas “buraras”. O proprietário era geralmente pego de surpresa quando, logo após o amanhecer, o grupo se apresentava para o serviço fazendo o maior ruído possível. O trabalho era retribuído com a distribuição de cachaça durante o trabalho e feijoada para o almoço.

A partir do litoral e seguindo o curso dos rios, o fluxo migratório foi incorporando o território. Simples pousos de tropas logo se transformavam em pequenos núcleos chamados de “arruados”. Estes “arruados” geralmente se situavam próximos a um curso d’água ou entroncamento de estradas ou trilhas e haviam surgido como ponto de troca de produtos e animais. O mais importante desses povoados era Tabocas, fundado por volta de 1870 nas proximidades da antiga aldeia de Ferradas, às margens da estrada do sertão da Ressaca.

Conforme foi indicado anteriormente, Tabocas surgiu como um pouso de tropas que circulavam entre o porto de Ilhéus e a vila de Vitória da Conquista, trazendo mercadorias do sertão e negociando gado, especialmente burros e bois, fundamentais para o transporte das cargas de cacau até os portos fluviais como o do Banco da Vitória e o de Castelo Novo, posteriormente superados pela introdução da linha férrea. A tradição estabelece que os primeiros moradores de Tabocas fossem sergipanos pertencentes às famílias Oliveira e Alves, oriundas da Chapada dos Índios, cujos descendentes se tornaram importantes figuras da economia e política itabunense como os coronéis José Firmino Alves e Basílio de Oliveira. Aos poucos foi se estabelecendo um pequeno comércio que atraiu um fluxo cada vez maior de indivíduos, especialmente parentes e conhecidos que vinham atraídos pelas notícias da fatura da safra cacauera.<sup>76</sup>

Aos sertanejos e sergipanos juntaram-se sírio-libaneses atraídos pela riqueza gerada pelo cacau. As primeiras casas construídas formaram a chamada da Areia, atualmente dividida entre a Rua Miguel Calmon, sua parte mais antiga, e a Avenida Fernando Cordier ou Beira Rio. A rua iniciava no pontilhão 2 de Julho, que liga a Miguel Calmon à Barão do Rio Branco, antiga Taboquinhas, e nela estavam localizadas os principais estabelecimentos do comércio de tecidos e secos e molhados, em um espaço cercado de pastos e pelo rio Cachoeira.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**; ANDRADE, J. D. de **Documentário histórico ilustrado de Itabuna**, Itabuna: Gráfica Editora Itabuna, 1968; SANTOS, F. B. dos. **Memória de Chico Benício**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1985 e COSTA, **Terra, suor e sangue**.

<sup>77</sup> ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna**: trajetória, signos e significados. Ilhéus: EDITUS, 2003, p 66.

O intercâmbio de mercadorias entre Tabocas e o sudoeste baiano era feito pelos sertanejos, como eram conhecidos os comerciantes vindos de Conquista, Jequié, Poções e Caetité que chegavam por Itapira e desciam até Ferradas, em uma viagem que durava mais de duas semanas. Os tropeiros traziam feijão de corda, lingüiça, toucinho, carne de jabá, carneiro e porco, frutas do sertão e café. Em Tabocas se hospedavam nas rancharias situadas nos fundos de estabelecimentos comerciais. Essas instalações estavam concentradas na atual Rua Paulino Vieira, que dividia-se naquela época em três - as ruas dos Sertanejos, dos Tropeiros e da Rancharia.<sup>78</sup>

O comércio de gado trazido de Vitória da Conquista continuava para abastecer Ilhéus e seus distritos produtores de animais para o transporte de pessoas e mercadorias. Os comerciantes de gado de Tabocas levavam quase um mês na viagem de ida e volta a Conquista, quase sempre acompanhados de jagunços como garantia de vida na travessia de territórios ainda ocupados por grupos indígenas em Colônia, Catolé Grande e Cachimbo. O comércio de compra e venda de gado *vacum* em Tabocas foi iniciado nos primeiros anos da República com manadas trazidas por Joaquim Padre, Antoninho do Cachimbo e Joaquim da Felícia. O gado era negociado nas imediações das atuais Avenida do Cinquentenário e Praça Otacília Pinto. O comércio de gado abriu a maior parte da área periférica de Itabuna, dividindo-a em pastos onde atualmente se localizam a Praça Camacã, Rua Paulino Vieira, o Alto Maron e o Pontalzinho.<sup>79</sup>

O imaginário que cercava o sul da Bahia, especialmente Tabocas, era de uma típica região de fronteira, onde imperava a selvageria nas relações sociais, na disputa pelas melhores terras. A “civilização” ainda não havia alcançado o distante mundo do cacau perdido entre a floresta atlântica e o sertão da Ressaca de onde desciam gado, tropeiros e jagunços lendários na região como os irmãos Cauassú, protagonistas da chamada “guerra do Sequeiro”. A imagem dos povoados surgidos no contexto da expansão da lavoura está ligada à idéia da morte violenta. As redes que passavam com os corpos a caminho dos cemitérios lembravam diariamente a presença dos jagunços, das febres e dos animais peçonhentos, todos representativos da hostilidade do ambiente.

Poucos indivíduos encarnaram tão perfeitamente esse período como Henrique Alves dos Reis. Protótipo do coronel de cacau, figura que impunha respeito aos amigos e desafetos

---

<sup>78</sup> ANDRADE-BREUST, **Itabuna**, p. 97.

<sup>79</sup> GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**, p. 91.

pela valentia lendária. Sempre à frente de um grupo de jagunços armados Henrique Alves representava o poder conquistado pelo sangue derramado. O coronel descendente de escravos, porém, buscava transmitir socialmente uma imagem “civilizada”, trajava-se à européia e era refinado no trato. Em Itabuna sua residência, conhecida como a “Casa Verde” que, apesar da simplicidade da construção em relação aos palacetes neoclássicos, era mobiliada com peças valiosas vindas do Rio de Janeiro e da Europa, acervo ainda hoje preservado em um museu organizado no local, atualmente desativado .

A “Casa Verde” (Figura 10) data do início do século XX. Sua construção representa o momento em que os principais fazendeiros de cacau transferiram-se para cidades, permanecendo pouco nas sedes das fazendas na zona rural (Figura 11). Ao assumir o comando político do partido adamista no distrito de Tabocas, em 1904, Henrique Alves decidiu ali se radicar para administrar com mais eficiência a máquina partidária local e os negócios de venda de cacau. Antes de estabelecer residência em Tabocas, o coronel ia duas vezes ao mês ao arraial para visitar seus principais correligionários, como Basílio de Oliveira e Aureliano Ferreira. Segundo Gonçalves, “sempre chegava montado acompanhado de quatro camaradas armados de repetição, sendo dois na frente e dois atrás”. Em Tabocas visitava sempre os principais homens de comércio, especialmente a família Maron, com quem mantinha relações pessoais.<sup>80</sup>



**Figura 10** - Residência urbana do coronel Henrique Alves datada da década de 1920

**Fonte:** ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna:** trajetória, signos e significados. Ilhéus: EDITUS, 2003.

---

<sup>80</sup> Id. Ibid, p. 57.



**Figura 11** – Sede da Fazenda Sempre-Viva datada da década de 1910 [Foto do Autor]

Ao assumir a chefia do partido "adamista" de Tabocas, o coronel Henrique Alves iniciou o processo de expansão urbana do arraial, que teve como elemento central a construção da Praça Adami. No local, havia uma pequena lagoa que estrangulava o crescimento da área comercial do arraial, cada vez mais importante para a economia municipal. O coronel Henrique Alves, pretendia transformar a área na maior praça pública do interior baiano. Por influência de Alves, a intendência de Ilhéus contratou o engenheiro Miguel Ribeiro para os trabalhos de aterro da lagoa e construção da praça, inaugurada em 1905 pelo próprio coronel Domingos Adami.<sup>81</sup>

A emancipação de Itabuna e a elevação à categoria de cidade, em 1910, representou a culminância do esforço da elite política e econômica local em desconstruir a imagem negativa associada ao antigo arraial de Tabocas e construir uma nova identidade como uma cidade moderna e progressista, e principal centro comercial da região. O projeto modernizante foi responsável pela substituição dos nomes tradicionais das ruas mais antigas, como a da Areia (Marechal Bittencourt e Miguel Calmon), do Bury (Henrique Alves e J. J. Seabra), do Cemitério (Benjamin Constant e Ruffo Galvão), Taboquinhas (Barão do Rio Branco), dos

---

<sup>81</sup> ROCHA, **O centro de Itabuna**, p. 135.

Anjos (Rui Barbosa), da Lasca (Boa Vista). Os nomes dados pelos moradores do arraial eram inadequados à nova cidade, desejosa de reconhecimento. Como códigos socialmente construídos, as novas denominações procuravam homenagear personalidades e datas históricas ligadas ao desenvolvimento nacional e local. Procurava-se apagar da memória urbana o simples aglomerado de casas separadas pela lama das ruas estreitas e irregulares, onde seres humanos dividiam o espaço com animais de todas as espécies (Figura 12).

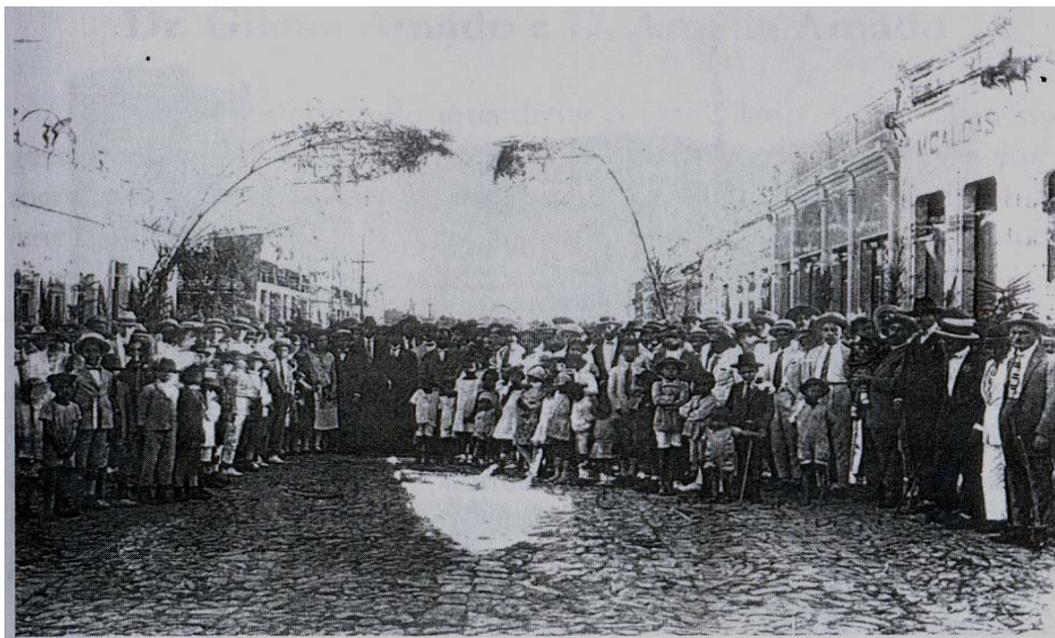


Rua da Lama, depois 11 de Setembro. Hoje Av. Cinquentenário

**Figura 12-** Antiga Rua da Lama – década de 1930 [Autor não-identificado]

**Fonte:** DANTAS, J. de A. **Documentário histórico ilustrado de Itabuna.** Itabuna: Proplan, 1986.

Os primeiros intendentess da cidade de Itabuna dedicaram-se ao apagamento dos primitivos aspectos urbanos do antigo arraial de Tabocas. O engenheiro Olinto Leone (1908-11) alinhou e calçou a Rua da Areia (atual Miguel Calmon), a Praça Santo Antonio e a Rua Moura Teixeira, delimitando a área “nobre” da cidade e centro mais antigo. O coronel Antonio Brandão (1911-15) iniciou o processo de alinhamento das ruas da Lama e do Buri, que hoje constituem a Avenida do Cinquentenário, com a demolição de dezenas de casebres no centro da cidade, onde residia a população pobre e funcionavam pequenas casas comerciais e a zona do meretrício (Figura 13).



**Figura 13-** Inauguração do calçamento da antiga Rua do Bury – década de 1920 [Autor não-identificado]  
**Fonte:** DANTAS, *Documentário histórico*, 1986.

Para os intendentess e primeiros prefeitos, a cidade sofria de uma deficiência funcional, com uma rede urbana com perfil antiquado, tida como antiestética e inculta. O modo de construção das casas, com paredes de adobe ou pau-a-pique, era considerado primitivo. Se em Ilhéus a introdução dos novos modelos urbanos visou apagar os vestígios da paisagem barroca precedente, em Itabuna tais modelos foram fundantes, pois pouco havia a ser substituído, devido ao contexto recente e precário das suas construções.

Observa-se, nesse processo, o fenômeno típico da modernidade, de substituir os registros do passado no sentido de construir um ambiente de renovação constante, ligado ao espírito da sociedade capitalista. Esse fenômeno teve um dos seus momentos mais expressivos na *Belle Époque*, quando foram materializadas as conquistas tecnológicas e econômicas do Ocidente, incorporadas a uma dinâmica internacional. As cidades foram eleitas como *locus* privilegiado do processo civilizatório, e para tanto foram transformadas do modo a representar a imagem de *urbs* modernas e progressistas.<sup>82</sup>

No sul da Bahia, as melhorias na infra-estrutura urbana atraíram um número cada vez maior de proprietários rurais, com a transferência das sedes de fazenda de arquitetura rural para os palacetes neoclássicos. Os melhoramentos incluíam rede de água e esgoto, iluminação

<sup>82</sup> FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo, Editora UNESP, 2004, pp. 21-7.

elétrica, praças, teatros, clubes sociais e hotéis. As principais cidades regionais passaram a servir como exemplo das virtudes da modernidade. Por sua localização estratégica para o comércio regional Itabuna passou por uma premente reforma, financiada com recursos municipais e da iniciativa privada de alguns grandes fazendeiros.

Os pressupostos ideológicos norteadores do processo civilizatório, foram apropriados pela classe dominante local. Um dos exemplares arquitetônicos característicos da mentalidade dos grandes fazendeiros de cacau - o palacete construído pelo coronel Firmino Alves para residência de uma das suas filhas, conhecido como o “castelinho” teve sua planta baseada no estilo inglês do século XVII. O palacete, recentemente demolido, localizava-se na Praça XV de Novembro ou largo da antiga matriz, atualmente Olinto Leone. Sua construção foi iniciada em 1919 e veio a ser concluída em 1924, quando do aniversário de 72 anos do coronel Alves. A divisão interna do palacete reflete o modo de vida das famílias burguesas do período. No andar superior foram construídos cinco quartos, mobiliados com camas e armários de madeiras nobres. No andar térreo havia quatro salões em piso de madeira baraúna e ipê amarelo, um dos quais era a sala de jantar, com cristaleiras onde eram guardados a louça inglesa e taças de cristal, dois banheiros sociais, uma cozinha com um fogão a lenha de grandes dimensões, despensa, área para os cavalos e um quintal pequeno. As janelas do palacete eram de madeira com vitrais franceses. Todos os ambientes da residência foram finamente decorados. Os tetos das salas receberam afrescos do artista alagoano Olavo Baptista. Os lustres e as luminárias foram importados da Europa e os móveis eram todos esculpidos e torneados.<sup>83</sup>

O local onde o imóvel estava localizado, a Praça Olinto Leone, era o centro administrativo e cultural de Itabuna. Nesse espaço localizavam-se também o Paço Municipal, a igreja matriz, os Correios e Telégrafos, o campo de futebol, a agência bancária, o coreto da filarmônica Lira Popular, o fórum e a biblioteca municipal. Ali ocorriam os principais eventos da vida social da jovem cidade, “era o solo preferido de uma geração..., tendo o rio Cachoeira como testemunha.”<sup>84</sup> Para Macedo, a Praça Olinto Leone não teve tempo de se tornar antiga. As várias reformas transformaram o espaço de maior visibilidade cívica da cidade recente, modernizando-o de tempos em tempos (Figura 14).<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> ANDRADE-BREUST, **Itabuna**, p. 149.

<sup>84</sup> Id. *Ibid*, p. 131.

<sup>85</sup> MACEDO, J. R. **Espelho de cidade**: fotografia e espaço urbano. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, ANPUH, 2005.

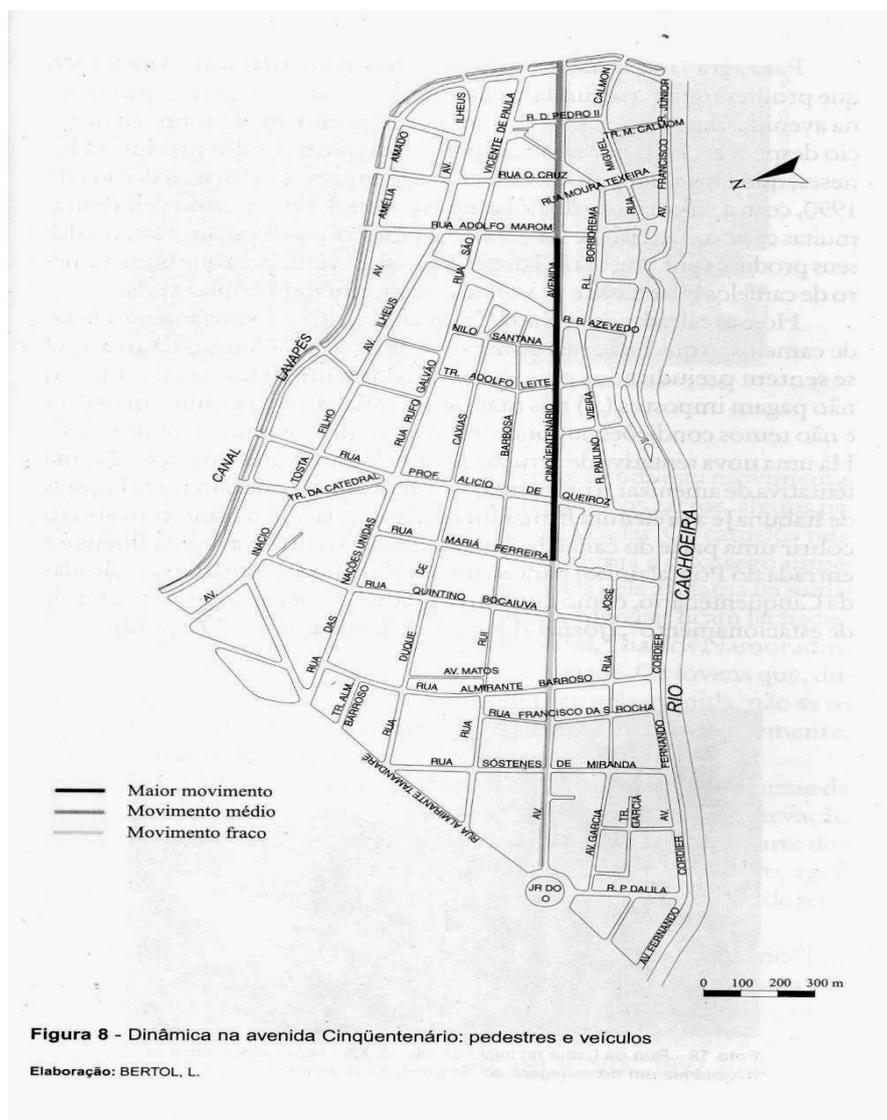


**Figura 14-** Praça Olinto Leone com a antiga matriz de São José (centro) e o palacete do coronel José Firmino Alves, conhecido como o “castelinho” – década de 1920 [Autor desconhecido].  
**Fonte:** DANTAS, *Documentário histórico*, 1986.

O crescimento econômico era traduzido na melhoria dos seus edifícios. Um dos mais simbólicos, a matriz de São José, foi concluída em 1913 por iniciativa do coronel Firmino Alves em uma área doada próxima à sua residência, no que seria o Largo da Matriz e Praça Olinto Leone. De tal maneira, a matriz estaria situada em um espaço privilegiado em termos de visibilidade social. Em 1937 a matriz passou por uma ampla reforma na sua fachada e no interior. Quatro anos depois veio a desabar. As antigas paredes de taipa castigadas pelas chuvas intensas não suportaram o peso do novo telhado. Anos depois o local foi definitivamente abandonado e a matriz transferida para o local onde hoje está erguida a catedral de São José, na Praça Laura Conceição.

A principal artéria urbana de Itabuna, a Avenida Cinquentenário, era, no início do século XX, um aglomerado de casas dividido em dois trechos. O mais antigo era conhecido como Rua do Buri, da atual igreja de Santo Antonio até a esquina da Praça Adami. Em 1908 passou a se chamar Henrique Alves e, depois J. J. Seabra, onde estavam localizadas pensões, depósitos de cacau, armazéns e casas de prostituição. O segundo trecho partia da Praça Adami em direção ao Jardim do Ó e era conhecido como Rua da Lama, por conta dos constantes alagamentos causados por dois riachos que a atravessavam.

Em 1912, o intendente Antônio Brandão promoveu a urbanização do logradouro retirando os barracos de madeira e entulhando os brejos existentes. Com os melhoramentos o logradouro passou a ser chamado de Rua 7 de Setembro. Nos anos 1950, a prefeitura elaborou um projeto de alargamento da Rua Seabra e a sua ligação com a Rua 7 de Setembro, com o objetivo de transformá-las em uma ampla avenida para abrigar os principais estabelecimentos comerciais da cidade. Por sua localização geográfica, Itabuna havia se tornado o principal centro de comércio da região cacaeira e necessitava ampliar a infra-estrutura urbana. Foram executados recuos e demolições para conectar a nova avenida com a Juracy Magalhães, principal via de acesso para a cidade de Ilhéus (Figura 15).<sup>86</sup>



**Figura 15-** Planta do centro da cidade de Itabuna, em destaque a Avenida do Cinquentenário.  
**Fonte:** ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna**, 2003.

<sup>86</sup> ROCHA, O centro de Itabuna, pp. 106-7.

Essas intervenções buscaram promover o apagamento da antiga Tabocas com a construção da moderna Itabuna. O ideário progressista, que substituiu as formas “arcaicas” de sociedade com seu rastro de violência e morte, passou a ser o elemento dominante das práticas sociais e representações vigentes no sul da Bahia. Essa questão permeia os enredos ficcionais de Jorge Amado e Adonias Filho, importantes elementos discursivos no processo de construção da identidade regional e, por esta razão, tema do próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### Morte e narrativa: a saga da “civilização” cacaeira

*Nessas terras fui buscar homens de uma rude  
humanidade, para traçar o nascimento de uma saga  
[...], de uma civilização na boca dos rifles.*

Jorge Amado

#### História, memória e literatura no Sul da Bahia

O presente capítulo tem como objetivo central discutir as representações da morte nas obras de Jorge Amado (1912-2001) e Adonias Filho (1915-1990) sobre a temática do cacau.<sup>1</sup> Não tem a pretensão de examiná-las do ponto de vista estético ou de desenvolver uma crítica literária, mas de discutir, no terreno das representações culturais, os elementos comuns e as descontinuidades na produção literária no que diz respeito à morte, no espaço a que se refere este estudo. A ficção ambientada na região produtora de cacau do Nordeste brasileiro é um importante índice para a compreensão do processo de elaboração de identidade nas primeiras décadas do século passado. Expressa o esforço dos literatos na construção de uma unidade cultural para a região cacaeira, onde as representações da morte têm um importante papel.

As representações presentes na literatura dos principais autores que exploraram o tema do cacau não são meros reflexos do acontecido ou, por outro lado, estão simplesmente em oposição ao mesmo, contrapondo o imaginário às práticas sociais. A narrativa desses autores captou aspectos do vivido e, apesar de não ter compromisso com o que de fato teria ocorrido, não prescindiu deste. Como propõe Chalhoub, “a literatura busca a realidade, interpreta e

---

<sup>1</sup> Embora tenhamos procurado trabalhar com as primeiras edições, isto só foi possível em relação às obras de Adonias Filho. Com respeito à Jorge Amado utilizamos as seguintes edições: *Cacau* (8ª- Ed., 1969), *Terras do Sem Fim* (33ª- Ed., 1978), *São Jorge dos Ilhéus* (10ª- Ed., 1964), *Gabriela Cravo e Canela* (88ª- Ed., 2003) e *O Menino Grapiúna* (22ª- Ed., 2004).

enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere.”<sup>2</sup> As obras ambientadas na fase da conquista das matas do sul da Bahia tornaram-se parte constitutiva da memória construída em torno de uma dita civilização cacaeira e de uma identidade a partir da “saga grapiúna.”<sup>3</sup> Os autores retratam a saga dos “pioneiros do cacau”, que constroem uma civilização forjada no processo da ocupação da terra. A morte é um elemento que permeia as tramas e os destinos das principais personagens, dando às mesmas características sociais e culturais que terminam por identificar o homem grapiúna e construir ficcionalmente uma memória para uma região definida culturalmente.

O estudo da literatura enquanto participante na construção de uma memória coletiva ajuda a compreender temas recorrentes em uma determinada sociedade. Uma memória grapiúna, cujo conteúdo compõe-se de textos e imagens — olhares compartilhados sobre “o que foi” — que pautam as vivências nas relações sociais. Entendemos “grapiunidade” como um conceito articulado a partir dos discursos literários, principalmente na obra de Amado e Adonias, em que características da sociedade regional são encontradas em várias das personagens mais conhecidas.

As obras literárias sobre a temática do cacau ocupam um lugar relevante na literatura brasileira, não somente pela qualidade dos escritores como também por terem emergido num período histórico de “redescoberta” do Brasil. A literatura regional está inserida no bojo do Movimento Nordestino iniciado na ficção por José Américo de Almeida com *A bagaceira* (1928). Os escritores ligados ao movimento ajudaram a redefinir as fronteiras culturais do país, com base na denúncia das contradições sociais da nação. A ficção passou a explorar indivíduos ou grupos socialmente marginalizados. As diferenças e tensões sociais servem de material para os literatos, principalmente os de cânone realista que pretendem tecer uma análise crítica da realidade brasileira.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> CHALHOUB, S. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 92.

<sup>3</sup> O termo grapiúna aparece pela primeira vez em **Maria Bonita** (1914), de Afrânio Peixoto, romance ambientado no município de Canavieiras. Deriva das palavras tupi “gra” = pássaro / asa, “una” = preta e “i” = água. Literalmente: ave negra que vive à beira d água. A letra “p” entraria como uma corruptela. Com Amado e Adonias, passou a designar os habitantes da região cacaeira do sul da Bahia. Atualmente, o termo foi apropriado pelos habitantes do município de Itabuna.

<sup>4</sup> CARDOSO, J. B. **Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado**. Ilhéus: Editus, 2006, p. 9.

O próprio Amado foi alçado à condição de intérprete da sociedade, praticamente inventando o povo baiano e por ele sendo inventado.<sup>5</sup> Isto ocorre, ao menos em parte, pela postura de memorialista assumida por Amado, pelo papel fundamental das suas lembranças na concepção dos seus livros. Em suas próprias palavras, “escrevo sobre o que vivi e aquilo que conheço.”<sup>6</sup> A ampla circulação das obras estudadas proporcionou às mesmas tornarem-se referência com relação à área produtora de cacau nordestina. Essas obras, mais do que retratar ficcionalmente um passado histórico, forneceram a base discursiva para a construção de representações que configuraram uma pretensa unidade cultural da região.

Amado ganhou projeção no cenário literário nacional por sua atuação no movimento regionalista de 30 e no modernismo brasileiro com o chamado “ciclo do cacau”, inaugurado com *Cacau* (1933), o seu segundo romance. Este foi seguido por *Terras do sem fim* (1943), narrativa sobre a saga da conquista da terra e a origem social dos coronéis, e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), continuação do enredo anterior e que, como *Gabriela Cravo e Canela* (1958), aborda as mudanças no contexto social e econômico da região cacauzeira, na passagem do poder dos produtores nacionais para os exportadores de cacau, representantes do capital externo. Nestas duas últimas obras, observa-se a recusa das mortes violentas como símbolo de um passado heróico, agora superado pelo progresso material e pelo processo civilizacional. De qualquer forma, todos os romances citados estão impregnados de memória, formando um conjunto de depoimentos ficcionais que representam as diferentes fases históricas por que passou a região produtora de cacau e as mudanças de comportamento cultural.<sup>7</sup>

Apesar de ter sido ligado ao integralismo, campo político diametralmente oposto ao marxismo ao qual Jorge Amado estava associado, o escritor Adonias Filho apresenta, em sua literatura sobre as origens da civilização do cacau, muitos pontos em comum com Amado no que respeita à construção do ideário a ela relacionado e à predominância do tema da morte no processo de formação identitária regional. Em seus romances, como *Os Servos da Morte* (1946), *Memórias de Lázaro* (1961), *Corpo Vivo* (1962) e *As Velhas* (1975), as narrativas formam fios da mesma trama, visões que ora se entrelaçam, ora se distanciam na construção do imaginário sobre a morte na região cacauzeira.

---

<sup>5</sup> GOLDSTEIN, I S. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo, SENAC, 2003.

<sup>6</sup> FRANCESCHI, F. de (Org.). **Jorge Amado**. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 3, São Paulo, Instituto Moreira Sales, 1997, p. 45.

<sup>7</sup> ARAÚJO, J. de S. **Dionísio & Cia. na moqueca de dendê**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Conquanto, nestas primeiras obras, tenha elaborado enredos em que a morte unifica tragicamente as personagens em uma teia de vínculos estabelecidos pela violência do ambiente ficcional, mais adiante, em ensaio intitulado *Sul da Bahia: Chão de Cacau* (1976), Adonias redimensionou o quadro de construção da civilização do cacau que havia constituído em sua obra literária. O ensaio traz uma imagem atenuada da morte no processo de acumulação de terras. Em *Sul da Bahia: Chão de Cacau*, o grande proprietário está desvinculado da violência e aparece como responsável pela intensa urbanização e desenvolvimento econômico do início do século XX, quando forma-se a idéia de civilização do cacau.

A construção literária da identidade regional contribuiu na formação da imagem que a sociedade cacaueira fez e faz de si mesma. A literatura passou a legitimar, no terreno do imaginário, a existência de uma “civilização do cacau”, forneceu referências para a identidade regional em relação ao conjunto de identidades brasileiras e baianas, a partir das experiências vivenciadas e criadas pelos autores. Ao articular ficção e contexto histórico, a literatura desempenhou um importante papel na configuração de uma memória social para uma área delimitada no Nordeste cacaueiro.

Para melhor compreensão desse fenômeno, faz-se necessário analisar o conteúdo literário com atenção para a “lógica social do texto”, levando em consideração as contingências que cercam a sua produção e a proposta que cerca a ficção quando da construção de um passado. A utilização da ficção como fonte histórica também passa pela análise do escritor enquanto sujeito histórico, suas origens sociais, posições políticas ou literárias, para melhor perceber o alcance dos discursos que circulam socialmente e que têm na ficção um instrumento de propagação.<sup>8</sup> Os autores inventam o passado, mas a partir das suas próprias experiências acrescentadas, no processo de criação, à sua imaginação. Dessa forma, os textos ganham o estatuto de documento indicando as idéias vigentes na sociedade.<sup>9</sup>

A literatura estudada tem como base a idéia de uma coesão cultural que tende à homogeneização dos modos de pensar e viver. A narrativa ficcional de cânone realista pressupõe um ordenamento da realidade na busca de coerência, mediante a correlação de

---

<sup>8</sup> CHALHOUB, S. & PEREIRA, L. (Orgs.). **A história contada**: capítulos da história social da leitura no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 8.

<sup>9</sup> ver ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001 e CHARTIER, R. **Literatura e História**. In: Topoi (Revista de História – Programa de Pós-Graduação em História Social / UFRJ), n. 1, 2000.

determinados elementos presentes tanto no texto quanto no vivido. O mundo criado nas obras literárias guarda verossimilhança com “o que foi”. O texto ficcional é formador de memória; “o que poderia ter sido” passa a ter a mesma força referencial “do que realmente foi”.<sup>10</sup>

Os autores reivindicam terem se utilizado recorrentemente de fatos e personagens reais para compor o enredo ficcional. A ficção serve-se de referências concretas, recriando-as livremente em enredos trabalhados pela imaginação. Em *Amado*, por exemplo, é possível perceber inúmeras referências a episódios e pessoas reais que marcaram as lembranças do autor da sua infância e adolescência, entre Pirangi, Ferradas e Ilhéus.<sup>11</sup> Nomes reais foram dados a personagens fictícias, como Sinhô e Juca Badaró (Figura 17). Nomes fictícios remetem a indivíduos reais, a exemplo de Manoel Misael Teles (Manoel Misael Tavares), Horácio da Silveira (Basílio de Oliveira), ou Ramiro Bastos (Ramiro Castro e Antonio Pessoa).



**Figura 16** – Coronel Basílio Francisco de Oliveira [Autor não-identificado]  
**Fonte:** Brandão & Rosário. *Estórias da história de Ilhéus*, 1970.

<sup>10</sup> COSTA LIMA, L. **Pensando nos trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

<sup>11</sup> Ver principalmente **Cacau**, **Terras do Sem Fim** e **O Menino Grapiúna**.



**Figura 17**– Aniversário de Maria José Kruschewsky Badaró [1916]. Sentados da esquerda para direita: coronel Alberto Lopes, Antônio Setenta, coronel Henrique Kruschewsky e a afilhada Maria José no colo, Ariston Kruschewsky, coronel José Kruschewsky, Maximiliano Alves, Ubaldo Kruschewsky Sobrinho, Joaquim [Juca] Badaró e Francisco [Sinhô] Badaró [Autor não-identificado].

**Fonte:** Acervo pessoal de Vitório Kruschewsky Badaró (*in memoriam*).

A memória é um fenômeno social influenciado pelas relações entre o indivíduo que lembra e os fatos lembrados. A memória, enquanto faculdade de preservar informações, é constituída por um conjunto de funções pelas quais o indivíduo atualiza imagens passadas, “ou que ele representa como passadas”. Vários episódios serão seletivamente descartados por um processo de esquecimento em manipulações conscientes ou inconscientes da memória individual. A memória é um elemento fundamental na construção da identidade individual ou coletiva, uma das preocupações essenciais das sociedades contemporâneas.<sup>12</sup>

A memória pessoal depende das relações mais recentes do sujeito com os grupos que lhe servem de referência. Lembrar é uma reelaboração das experiências vividas, e desta forma associa-se à mudanças na percepção e aos juízos de realidade e valor que fazem das lembranças uma rede de representações da posição atual do indivíduo. De acordo com Bosi, as lembranças reconstroem um quadro dos acontecimentos dos mais recentes aos primeiros anos de vida. Com respeito a este último período, as lembranças são muitas vezes

<sup>12</sup> LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas-SP: EdUNICAMP, 1994, pp. 423 e 426.

complementadas pelas falas de pessoas mais velhas, geralmente ligadas ao grupo familiar. Essas lembranças compartilhadas e construídas pela filiação institucional concedem à memória pessoal um caráter social.<sup>13</sup>

Tanto na ficção quanto em ensaios, como *Sul da Bahia: chão de cacau*, ou em livros de caráter memorialístico, como *O menino grapiúna*, Adonias e Amado trabalham qualitativamente com o passado, em um processo chamado por Halbwachs de “desfiguração”. Neste ocorre o remanejamento de acontecimentos passados por idéias atualizadas na composição da biografia individual ou grupal, com base em padrões condicionados pelo interesse social.<sup>14</sup> As falas construídas dentro do grupo de convívio buscam fixar um determinado ponto de vista “histórico”, onde também existe a ausência deliberada de certas passagens que não são significativas para o grupo, em um processo seletivo do que deve ser preservado e do que deve ser esquecido.

Bosi propõe uma concepção flexível da memória, ao afirmar que as lembranças estão subordinadas à subjetividade do eu no transcorrer do tempo. A sua principal função é conservar o que é de interesse do sujeito ou do grupo ao qual pertence. Assim, a memória é socialmente construída desde a infância, quando as primeiras referências identitárias aparecem, baseadas na visão social dos mais velhos do grupo de convívio mais intenso sobre questões ligadas ao cotidiano, “tal como chegam a eles deformadas pelo imaginário popular.” Na construção e reconstrução da memória individual muito do que foi incorporado é a soma de depoimentos depois lembrados como vividos. A memória familiar, que ao mesmo tempo une e separa, formula-se pela narração de “episódios antigos que todos gostam de repetir”. Neles o comportamento dos parentes define a “natureza íntima” do grupo e configura uma “atitude-símbolo” que deve inspirar os mais jovens.<sup>15</sup>

O grupo familiar elabora discursos que narram e interpretam episódios carregados de significação para os seus membros. As versões que consagram o passado familiar e local são amplamente referidas. Por esta perspectiva, os textos aqui estudados são documentos que expressam simbolicamente um contexto social e uma época, a partir do olhar dos seus autores sobre o real. As obras amadianas e adonianas são representações construídas sobre um período histórico, cada uma delas representativa do momento em que os autores as conceberam. Constroem um imaginário permeado de violência e rusticidade, onde a morte

---

<sup>13</sup> BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 54-55.

<sup>14</sup> Id, Ibid, p. 63.

<sup>15</sup> Idem, p. 73.

ocupa um lugar privilegiado nos destinos dos homens, para adiante imprimirem uma nova postura do grapiúna frente às mudanças sociais.

A circulação das obras estudadas fez com que os relatos nelas contidos influenciassem decisivamente o olhar sobre o sul baiano na contemporaneidade. Conforme afirmado anteriormente, os autores propõem a existência de uma grapiunidade e de uma civilização do cacau na tentativa de construir, através da literatura, uma identidade regional. A construção dessa identidade fundou-se em elementos peculiares, tais como o coronel *self-made man*, a diversidade étnica na composição social e os elementos naturais característicos da região como a mata atlântica, transformada em personagem nos enredos.<sup>16</sup>

Amado e Adonias elaboraram um discurso literário fundante de uma tradição para a nova elite do cacau, formada em sua maioria por homens e mulheres de origem humilde, detentora de um poder social recente, sem vínculos sociais ou políticos com as elites mais antigas da Bahia. O desbravamento da mata por indivíduos oriundos de várias partes do Brasil e do mundo, para o plantio das roças de cacau, e a luta de morte pela terra são temas fundamentais para a idéia de nação grapiúna como uma área cultural do nordeste brasileiro, em um ambiente dominado pela natureza ainda hostil que aos poucos “civiliza-se”. As mudanças econômicas advindas do comércio do cacau envolvem um projeto modernizante de sociedade, adequando-a a uma nova formatação identitária que se relaciona ao contexto histórico da consolidação do sul baiano como uma das fronteiras agrícolas mais prósperas do Brasil, tendo como base o eixo econômico formado pelos municípios de Ilhéus e Itabuna, na bacia do Cachoeira; e os de Canavieiras e Belmonte, às margens do Pardo e do Jequitinhonha.

Retratos ficcionais de lavradores, trabalhadores e jagunços são traçados, fazendo com que as personagens do universo literário dêem conta dos comportamentos regionais, fixando-os em uma pretensa unidade identitária. As práticas sociais tidas como particulares da região são enfatizadas, para instituir simbolicamente a civilização do cacau. Ganha ênfase a idéia de que, diferentemente de outras áreas nordestinas, a riqueza regional foi construída pelo braço livre, sem o uso do trabalho escravo na implantação de uma nova economia, símbolo do poder regional encarnado pelos coronéis. Esta especificidade social e histórica, apontada pela literatura, caracteriza a formação da sociedade cacauera do sul baiano. Na trama ficcional, o poder é imbricado com a violência e a morte. A luta pela posse da terra, o confronto com a

---

<sup>16</sup> Ver **Terras do Sem Fim**, principalmente o capítulo “A mata”; e **Corpo Vivo**, Parte I.

natureza inóspita e as doenças tropicais fizeram da morte um elemento referencial para a saga da civilização do cacau.

Os autores estudados narram o processo de formação de valores e práticas inerentes à civilização do cacau. Tal conteúdo foi propagado como expressão da cultura particularmente constituída nas matas litorâneas do sul baiano. Segundo eles, o pioneiro plantador de cacau inaugurou uma nova era, como portador de uma dinâmica histórica que substitui o espaço-tempo original, o da mata atlântica, por uma nova paisagem composta por fazendas, estradas e cidades. O coronel representa a transformação do desbravador em proprietário de terras e safras, legitimando o seu poder pela natureza conquistada, com a fundação de um novo espaço fundante dominado pelas árvores de cacau.<sup>17</sup>

Tanto Amado quanto Adonias pertenciam a essa camada privilegiada da sociedade regional, eram filhos dos “pioneiros” enriquecidos, a “segunda geração” do cacau. Muitos dessa geração tiveram acesso à educação formal devido ao capital acumulado pela geração imediatamente anterior. Muitos, ainda jovens, assistiram às transformações por que passou a região cacauzeira. Era um novo tempo que chegava substituindo um outro ligado ao século XIX e à instituição da escravidão. Conforme foi apontado, o trabalho intelectual de diversos autores dessa geração irá construir uma coesão para essa espacialidade heterogênea, onde conviviam estrangeiros de várias procedências, imigrantes nordestinos, baianos de outras regiões, negros e índios de inúmeras etnias e seus descendentes. Isso em uma época de transição, que separou o período de introdução da lavoura por todo o século XIX da fase de consolidação econômica nas primeiras décadas do século XX, definida como o ponto inicial de uma cultura específica.

A validação do discurso literário se intensificou à medida que aumentava o reconhecimento de Amado e Adonias como tradutores ficcionais da realidade regional. O estereótipo grapiúna funcionou como uma imagem onde os membros da sociedade cacauzeira poderiam afirmar um auto-reconhecimento, uma possível coesão no corpo social. O papel agregador e homogeneizador característico desses discursos, gerou um efeito de aproximação entre períodos históricos, passado e presente, identificando costumes e comportamentos compartilhados e aceitos como próprios. Tais conteúdos culturais são perpetuados em função de processos históricos específicos, nos quais estão em jogo a conservação e a sustentação do

---

<sup>17</sup> GUIMARÃES, L. M. P. **Memórias partilhadas**: os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de “civilização do cacau”. In: História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro, UERJ, v. 8 (suplemento), 2001.

poder. Os descendentes dos coronéis grapiúnas ressignificaram a imagem dos pioneiros do cacau. Humildes desbravadores foram heroicizados como fundadores de uma civilização na violenta epopéia do cacau.

O fazer-se da identidade grapiúna se dá em um movimento de aceitação social das práticas violentas, estabelecidas e forjadas “na boca dos rifles”. Nesse sentido, a literatura tem no jagunço um dos seus tipos mais expressivos. O seu papel como agente da morte violenta foi normatizado pelo costume. A sua atividade de assassino não se opõe à ordem no período heróico de formação econômica e cultural da civilização cacauera. As “tocaías”, apesar de moralmente reprováveis, estão no âmbito da normalidade em uma região em que se conquista o poder pelo derramamento do sangue. O poder concentra-se na mão de uma elite econômica detentora de terras, cujas expectativas e anseios disseminam-se pela ficção. As suas principais características morais e comportamentais servem como modelo social, fixando assim um padrão ideal, legitimado pela tradição do exercício do poder.

Amado e Adonias deixam transparecer, em seus textos, relações com as experiências por eles vivenciadas, aproximando a ficção do referente da memória. Os autores narram a trajetória de um povo inserido em um ambiente peculiar. Diferentemente de outros escritores nordestinos, não tratam da decadência de uma economia tradicional, mas descrevem uma economia recente e em plena expansão, fundada pelo braço livre de imigrantes de inúmeros matizes culturais e étnicos.

Amado esteve por longos anos diretamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro, numa fase que vai da década de 30 à de 50. Nesse período, a imagem do Sul baiano, que o próprio escritor contribuiu para construir, era de uma região rica e progressista, cuja configuração espacial possuía contornos bastante nítidos que a diferenciavam física e culturalmente das demais regiões do Nordeste brasileiro. Essa área cultural inclui os municípios de Ilhéus, Itabuna, Belmonte e Canavieiras, povoados como Ferradas, Itapira, Guaraci, Pirangi e Água Preta, além do conjunto de propriedades situadas nas matas dos rios Pardo, Cachoeira, Almada e de Contas.<sup>18</sup>

Em 1933, recentemente filiado ao partido, lançou *Cacau*, sua primeira obra traduzida, romance impregnado de lembranças da infância. A obra possui um cunho quase panfletário, na sua tentativa de ser o mais próxima possível da realidade dos trabalhadores das fazendas de

---

<sup>18</sup> Ver principalmente **Terras do sem fim** e **Gabriela**.

cacau no Sul da Bahia. Como o autor afirma na epígrafe: um romance com um “mínimo de literatura” e com bastante crítica social. A partir de *Cacau*, Amado seguiu um caminho regionalista que produziu um romance de grande aceitação popular. A sua trajetória política e intelectual, influenciada pelo ideário socialista, passa nos anos 50 a expressar as contradições da sociedade em uma abordagem do terreno cultural. Em 1954, Amado desligou-se das atividades políticas junto ao partido comunista, dando início a uma fase em que seu lado espiritualista de influência afro-brasileira acentuou-se, em especial após o encontro que teve, três anos depois, com Mãe Menininha do Gantois. Essas transformações estão simbolicamente materializadas em um dos seus mais famosos romances, *Gabriela, Cravo e Canela*, livro de ruptura com o paradigma da luta de classes para a representação dos antagonismos sociais e políticos e crítica aos costumes burgueses.<sup>19</sup> Sua trajetória acompanha a emergência de um outro tempo, dotado de novas referências econômicas, políticas e culturais.

Mesmo considerando as mudanças de contexto e enquadramento, no conjunto dos romances pertencentes ao chamado ciclo do cacau, Amado compõe a trajetória de uma sociedade cuja identidade cultural é permeada pelo fenômeno da morte violenta ou “selvagem”. As atitudes heróicas das personagens diante da morte compõem um cenário de forças antagônicas, em que homens e mulheres adequam-se ao ambiente hostil. Mesmo as mulheres dormiam com armas de fogo ao alcance das mãos, enquanto os homens avançavam sobre as matas arriscando diariamente a vida, “plantando suas marcas de posse, em geral cruces sem nome, covas de jagunços mortos nas tocaias ou encontros.”<sup>20</sup>

Em *O Menino Grapiúna*, uma espécie de relato das suas memórias de infância, o autor traça um quadro de imagens de cenas e indivíduos familiares que o marcaram profundamente enquanto referência de um tempo. O testemunho abaixo poderia perfeitamente estar entre os eventos fictícios de seus livros:

Memória verdadeira e completa guardo de outra cena... de tê-la vivido em meio à noite cálida e assustadora da Tararanga [fazenda de cacau da família Amado]... Muito pequeno ainda, com certeza. Acordado pelos latidos dos cachorros... Recordo, sim, com absoluta nitidez, a visão exaltante: meu pai montado em sua mula preta, os cabras em burros. Nas selas, os trabucos. Chefe dos cabras, Argemiro, um sergipano, que servira ao meu pai nos tempos de

<sup>19</sup> CASTELLO, J. **Realismo sensualista**. In: Revista Entre Livros, Duetto Editorial, São Paulo, ano 2, n. 16, ago-2006.

<sup>20</sup> FILHO, A & AMADO, J.. **A nação grapiúna**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 32.

Ferradas, afamado e temido, o revólver no cinto. Acima de Argemiro, marcado pela varíola caboclo de olhos vivos, fazendeiro e político, Brasilino José dos Santos, o compadre Brás, a mais fascinante figura de minha infância... Impossível encontrar-se na região do cacau valentia e desassombro iguais ao dele... Minha mãe magra e resignada, viu mais uma vez o marido tomar o rumo de Itabuna para garantir a eleição de um sobrinho[...] Só então, quando a cavalgada sumiu, minha mãe reparou no menino a espiar... Animais e homens desapareceram na noite. Na varanda, com dona Eulália, ficavam o menino e a morte. A morte, companheira de toda a minha infância (pp. 43 e 44).

A escrita retrospectiva materializa o desejo de reafirmação identitária da personalidade. Os relatos autobiográficos pretendem fixar o “eu” mediante a seleção de uma série de episódios “significativos” para o autor.<sup>21</sup> Dessa forma, a narrativa das próprias lembranças pode ser entendida como uma elaboração consciente para estabelecer uma coerência com respeito à experiência individual.<sup>22</sup>

Para Amado, os artistas não devem abandonar “a realidade onde se movem e onde se criam”. Neste sentido, tece elogios à obra de Adonias Filho, como “admirável exemplo de como é possível trabalhar a forma sem perder o contato com a realidade em torno, sem faltar à verdade de sua gente e de seu tempo”.<sup>23</sup> Romances jorgeamadianos como *Terras do Sem fim* e *São Jorge dos Ilhéus* possuem uma perspectiva histórica em sua abordagem sobre as transformações sociais e econômicas por que passava o sul baiano, tomando como referência o mundo da “vida vivida”.

Ambos os textos se completam em uma única história passada entre as décadas de 1910, na qual tiveram lugar as grandes lutas pela terra, e 1940, quando os exportadores tornam-se senhores das terras, perfazendo a saga da ascensão, apogeu e declínio dos coronéis desbravadores. A partir de uma análise de cunho marxista, o autor delinea etapas da trajetória da economia e da sociedade regionais, relacionando-as à própria evolução histórica do Brasil, com a exceção da escravidão, que não é relacionada ao cacau. O processo evolutivo passa do “feudalismo” imposto pelos coronéis até o domínio do capitalismo internacional trazido pelos exportadores, assim como a sua contestação, promovida pela articulação da antiga elite econômica e o incipiente movimento camponês e operário, anúncio de uma futura época utópica em que o socialismo triunfaria como modelo social dominante.

<sup>21</sup> LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique**. Paris, Seuil, 1975, p. 14.

<sup>22</sup> ALBERTI, V. **Literatura e autobiografia**: a questão do sujeito na narrativa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4. n. 7, 1991, pp. 75-7.

<sup>23</sup> FILHO e AMADO, **A nação grapiúna**, p. 34.

Tais etapas “históricas” representam a dinâmica econômica da monocultura do cacau. Amado divide os textos em fases que se alternam rumo à civilização da terra semi-bárbara. “A terra adubada com sangue”, que dá início à saga, é a fase do desbravamento e da expansão violenta da fronteira agrícola com a chegada dos nordestinos, a maior força migratória nas primeiras décadas do século XX. “A terra dá frutos de ouro” trata do período áureo da lavoura cacauera e ápice do poder coronelístico, quando os fazendeiros transformaram acanhados núcleos urbanos em importantes cidades comerciais. A última fase, “A terra muda de dono”, fecha a saga dos coronéis. Ocorre, então, a decadência vertiginosa dos antigos fazendeiros frente ao poder dos exportadores, fruto de uma armadilha do capital internacional mediante a manipulação dos preços das sacas de cacau nas bolsas de valores estrangeiras.

Os textos estão impregnados de um conteúdo realista, uma interpretação da trajetória histórica sul baiana, visível nos seus traços de romance histórico. É o que Eduardo Duarte percebe ao falar da “verdade histórica” que aparece nos diálogos das personagens quando se referem às violências da terra, veiculando nessas falas discursos que fazem brotar um modo de ver uma área culturalmente importante do Nordeste brasileiro. Os discursos constroem uma imagem para a região mediante a verossimilhança entre a ficção jorgeamadiana e o contexto social no qual está inserido o conjunto de personagens e cenários.<sup>24</sup>

O ambiente vivido na infância produziu uma rede de significações que permeia a obra de Amado e que tornou-se comum a toda a região do cacau. O intenso convívio com a família, amigos e trabalhadores rurais forjou uma imagem do universo sul-baiano. O contexto familiar do “menino grapiúna” vai construindo a sua visão de mundo sobre aquelas terras fartas de mortes e cruzeiros nos caminhos. “Entre Pontal (bairro da cidade de Ilhéus) e Pirangi (atual cidade de Itajuípe), antevi o amor e tratei com a morte”. O contato com o povo enriquece o olhar do menino sobre o mundo que o cercava: “de nada gostava tanto como dessas idas a Pirangi, em companhia de trabalhadores e jagunços” (*O Menino Grapiúna*, p. 45).

Amado redesenhou a geografia humana e cultural do Sul da Bahia, ao relatar a implantação da lavoura às margens dos rios regionais, pelos imigrantes que “no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam[...]”. Eram “centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte[...]. Chegavam e em pouco eram verdadeiros grapiúnas” (*Gabriela*, p. 56). A narrativa de aspectos históricos locais busca imprimir uma verossimilhança aos seus

---

<sup>24</sup> DUARTE, E. de A. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record; Natal-RN: UFRN, 1996.

romances. A memória familiar está profundamente inserida no seu processo de criação, intervindo diretamente na imagem que o autor elabora para a civilização do cacau: “Desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, a riqueza do mundo. Na época das grandes lutas” (*O Menino Grapiúna*, p. 12).

Amado viveu quase toda a infância nas fazendas dos seus pais, em um ambiente rural onde as tocaias não eram raras, inclusive atentados contra a vida de João Amado de Faria, seu pai. Ali, entre as roças de cacau, cresceu ouvindo as histórias que viriam a influenciar decisivamente o seu imaginário:

De tanto ouvir minha mãe contar, a cena se tornou viva e real como se eu houvesse guardado na memória do acontecido: a égua tombando morta, meu pai lavado em sangue, erguendo-me do chão[...]. Pagos numa tabela alta, os jagunços do tiro certo tinham regalias. As cruces demarcavam os caminhos do alardeado progresso da região, os cadáveres estrumavam os cacauais... O animal recebeu a bala mortal, enquanto nos ombros e nas costas do coronel João Amado de Faria vieram incrustar-se caroços de chumbo que ele jamais retirou, visíveis sob a pele até o fim da vida. Exibidos com uma certa relutância e alguma vaidade para ilustrar a repetida narrativa de minha mãe (*O Menino Grapiúna*, p. 12).

As lembranças de Amado compõem uma visão do contexto social sul baiano. O escritor se apresenta como testemunha das lutas ocorridas, do sangue derramado nas tocaias, fruto dos enfrentamentos típicos do período. As páginas dos seus livros relacionam os costumes e as atitudes apresentadas como familiares ao autor com a concepção ficcional dos trabalhadores e coronéis do cacau. A luta violenta constituiu, para ele, um emblema dos tempos da conquista da terra. A região foi interpretada como um espaço conquistado pelo esforço dos pioneiros, entre os quais estava João Amado de Faria, que ainda jovem se transferira de Estância, Sergipe, para a “aventura do desbravamento do sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna”. Não raro os seus livros abordam o cotidiano das figuras tutelares como o compadre Brás e Argemiro. As personagens jorgeamadianas são apontadas como tendo sido inspiradas num conjunto de “figuras que se impuseram ao autor, que fazem parte de sua experiência vital”, figuras muitas vezes pertencentes ao seu próprio circuito familiar. “Creio que em todos esses coronéis há um pouco do meu tio Álvaro Amado” (*O Menino Grapiúna*,

pp. 15 e 72). Outras lembranças da infância eram definitivamente a matéria-prima dos seus romances sobre o cacau:

Guardei nos ouvidos os estampidos dos últimos tiroteios e nos olhos a visão dos homens em armas, das cavalgadas à noite para as emboscadas fatais, a visão da floresta penetrada e incendiada. Cresci ouvindo as narrações da epopéia que tentaria recriar depois. Cresci no espanto e na admiração pelos feitos daquela minha gente sem lei e sem medo. Aprendi os nomes dos chefes destemidos, os coronéis do cacau, os jagunços famosos, os bacharéis cuja voz nos júris e cujo saber nas tribunas dava a primeira forma de civilização à conquista bárbara.<sup>25</sup>

Tantas dessas estórias, como vimos, foram ouvidas da sua própria mãe, Lalú Leal Amado, “sem que se soubesse verdadeiramente quando a imaginação tomava as rédeas da realidade” (*O Menino Grapiúna*, p. 15). Essas lembranças auditivas serão o pano de fundo para a idealização do mundo grapiúna e dos valores que o cercam. Lembranças de um ambiente marcado pela oralidade, acontecimentos transmitidos pelos parentes e freqüentadores da sua casa na fazenda e na cidade.

Em vários dos seus discursos, Amado reivindica a sua condição essencial de memorialista: “Eu vinha de uma infância nas terras bravias do cacau, assistira ao drama da conquista da selva, ouvira a voz dos advogados nos júris dos coronéis[...] Trazia dentro de mim os ecos de uma grande epopéia”.<sup>26</sup> Os aspectos históricos mais fundamentais do processo de conquista das matas para o cultivo do cacau estariam contemplados na saga ficcional dos grapiúnas: “Contei em um livro [*Terras do Sem fim*] essas lutas, esse matar e morrer, esse desesperado heroísmo de homens varando a selva, disputando palmo a palmo, vencendo os animais, outros homens e o mistério da floresta”. A sua infância havia coincido com o período final das lutas, “quando os rudes sergipanos e sertanejos entraram pela selva adentro[...], quando a grande saga se vestiu de sangue e cada árvore escondia um homem na tocaia[...], quando a vida humana não valia dez mil réis”.

Nas lembranças da infância como na literatura produzida, estão delineados os temas da sociedade regional e um certo orgulho das origens sociais da família Amado. O pai é o herói que avança sobre a mata, vítima de tocaias, o corpo varado por balas enquanto protegia o filho

---

<sup>25</sup> Id, *Ibid*, p. 23

<sup>26</sup> AMADO, J. **Discursos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993, p. 14.

entre os braços. A mãe, qual a personagem Don´Ana Badaró de *Terras do Sem Fim*, era um exemplo da fibra da mulher naquele período, destemida e valente, uma verdadeira grapiúna, a dormir com a repetição sob o travesseiro.

Com a transferência da família para Ilhéus, Amado entrou em contato mais direto com a realidade dos tipos urbanos oprimidos: estivadores, pescadores, operários, prostitutas das “ruas de canto”, malandros das “docas”, humildes empregados do comércio, que darão um novo colorido ao seu imaginário. Pessoas reais e personagens fictícias mesclam-se na composição jorgeamadiana da civilização sul baiana. A experiência da sua família dava conta de todo um processo civilizatório, legado comum a todos os atores que formaram a civilização do cacau.

Em seu discurso de recepção a Adonias Filho na Academia Brasileira de Letras, Amado retoma a questão da legitimidade histórica das obras por eles ambientadas na região, onde nasceram e viveram boa parte da infância e mocidade, uma região “de cidades que assistimos crescer, a algumas delas assistimos nascer como a cidade de Itajuípe, erguida Pirangi, nas proximidades do Sequeiro do Espinho, na época das grandes lutas, nascida na fumaça do clavinote”. Amado o saúda não somente como escritor reconhecido pelos seus dotes literários, mas principalmente como amigo de infância cujos livros eram uma fonte importante para conhecer-se o sul baiano profundo:

Meninos de Ilhéus, é nessa condição que antes de tudo te saúdo[...] em nome dessa gente grapiúna. Trazes sua marca e engrandecestes a civilização por eles criada, a cultura nascida da lavoura do cacau e da saga de sangue e morte na manhã da conquista. Eis que o menino de Ilhéus, leva o gosto dessa terra pelo mundo a fora, e outras gentes saberão de vossa verdade. Meninos que sugaram ao nascer os seios da violência desatada e da vida vivida enfrentando a morte, em vez de bacharéis foram escritores, criadores de vida (grifos nossos)<sup>27</sup>

A fala de Amado ressalta as personagens adonianas unidas pelas teias de um destino sempre trágico. Suas vidas eram marcadas pelo ódio e pela vingança, “todos vivem em angústia e desespero, em um mundo de espantos e ameaças, de sina cruel[...] a natureza agressiva e hostil, chão desolado onde só os homens realmente fortes e brutos podem subsistir”. Em *Os Servos da Morte e Corpo Vivo*, os protagonistas são de comprovada rudeza e “suas raízes mais esconsas estão[...] naqueles coronéis conquistadores, naqueles

<sup>27</sup> FILHO, A. e AMADO, J. *A nação grapiúna*, p. 30.

trabalhadores que, ao lado da pá e da enxada, levavam o clavinote, o punhal, o parabélum”. São obras que traduziriam metaforicamente o tempo, o chão e o homem do cacau, “marcado pelo signo da violência, uma saga de brutos em histórias de espantos.”<sup>28</sup>

Também para Adonias Filho, há uma acentuada imbricação entre a literatura e a formação histórica. A força da literatura grapiúna estaria justamente no fato de se reportar ao contato direto dos autores com a realidade por eles vivida e posteriormente transformada em ficção:

Seria imperdoável não mover o tempo, retomando o passado como a demonstrar que a infância não morre. O menino está deitado na terra, sombras da roça de cacau. O agreste de Ilhéus, Itabuna e Itajuípe, em todas as aventuras do povo do sul da Bahia, chega pelas vozes que narram. O sangue escorre na fala, o menino escuta. A saga é violenta, guerra e ódio[...]. O romancista se debruça para escrever sem reinventar a fábula regional, sem traír as vozes, sem esquecer as figuras – é o menino quem na verdade escreve.<sup>29</sup>

O autor enfatiza a importância de determinados tipos sociais característicos da região, eleitos como ícones da grapiunidade. Entre eles está o desbravador, um homem singular que tomou posse da terra e se fixou na região enfrentando todo tipo de adversidade, tanto pela ação dos homens como da natureza, hostis ao extremo. Os assassinatos, as invasões de propriedades e o isolamento da região, sem uma presença efetiva do aparelho estatal, compõem um quadro em que predomina a lei do mais forte, traço marcante que Adonias retrata a partir do trágico.

A narração dos fatos deixa de ser simplesmente uma elaboração ficcional e, baseada em um contexto histórico, se transforma na memória mesma do “que foi”. Seguindo a trilha de Amado, ele não apenas narra um passado ficcional, mas o interpreta realisticamente. As suas personagens seriam ícones de uma região, símbolos identitários criados a partir da sua própria experiência e das suas visões enquanto membro da civilização do cacau. “Para um velho muito vivido como eu, existe a certeza de que não há paisagem igual à nossa, de que não há cenário igual ao nosso e, por isso mesmo, na distribuição psicológica do povo, não pode haver personagens de romance como os nossos.”<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Id, Ibid, pp. 51 e 54.

<sup>29</sup> Idem, p. 23.

<sup>30</sup> FILHO, A. **A sabedoria da idade**. Discurso em comemoração do 70º- aniversário de Itajuípe-Ba, in: Cacau Letras, n. 4, Itabuna, mar-1985, p. 1.

O autor era o terceiro filho do coronel Adonias Aguiar, proprietário rural cuja trajetória de vida está inserida no momento da disputa pelo controle das novas áreas para o cultivo do cacau, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a mata recua e cresce o número de municípios produtores de cacau desmembrados principalmente de Ilhéus, área na qual seus pais se fixaram e na qual ele e Amado nasceram e foram criados. A natureza adoniana atrai e esmaga o homem que a enfrenta, tornando-o bravo como ela mesma. Essa natureza ainda não domesticada, ainda não inteiramente dominada pelos pés de cacau, é o pano de fundo para a tensão existente entre a vida e a morte. O enredo adoniano fala dos dramas de uma sociedade semibárbara, na qual homens e mulheres cumprem a sua sina sob o peso inexorável do destino.

Adonias, mais do que as contradições sociais, enfatiza os dramas pessoais das personagens, relacionando-os com o ambiente natural selvagem que desumaniza as relações sociais, marcadas pela morte e pelo ódio. Nesse ambiente isolado e selvagem, o homem é subjugado pela natureza e pelos instintos. A descrição do ambiente ficcional traduz o isolamento das personagens que o habitam: “infinita é a estrada com suas curvas, suas colinas e suas árvores[...] Onde começa ninguém sabe. Onde termina, ninguém sabe também[...] Existe como uma criatura humana. Insensível, acolhe-nos com desprezo, sem bondade” (*Memórias de Lázaro*, p. 3).

Intérprete de valores e costumes de gerações inteiras, Adonias transmitiu uma idéia toda própria do contexto histórico e cultural da lavoura cacauzeira. No ambiente hostil sul-baiano, existe um sentido de continuidade entre as diferentes gerações. De acordo com Paranhos, a principal função da personagem é a de cumprir, no presente, o destino herdado dos seus antepassados e, no futuro, transmiti-lo aos descendentes.<sup>31</sup> Homens e mulheres estão presos a uma sina, estão amalgamados àquele chão: “É como se estivesse preso naquele pedaço de terra. E, se quisesse, podia caminhar livre, com o rifle e a coragem” (*As Velhas*, p. 7). As personagens perpetuam em suas existências a sina do sangue derramado, atrelando a violência extremada ao destino dos seus.

Em Adonias a sociedade coloca-se como possibilidade, uma comunidade embrionária que aos poucos vai elaborando um “eu” reconhecível. A estrutura de poder na fase de desbravamento leva o homem a lutar por sua sobrevivência e a de sua família em meio a um

---

<sup>31</sup> PARANHOS, M. da C. **Adonias Filho, representação épica da forma dramática**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989, p. 20.

ambiente de tragédias e selvagerias. A vingança e o ódio são os sentimentos que movem o homem nas linhas traçadas da sua sina. A morte torna-se uma das referências fundamentais dos enredos vivenciados por suas personagens e para a manutenção da memória de lutas passadas que caracterizam a história dos homens que formaram a sociedade do cacau.<sup>32</sup>

Adonias compôs uma obra em que as personagens são condenadas a sofrer a morte dos outros e de si mesmas. Os grapiúnas adonianos são “servos da morte”, todos eles subjugados por um destino inexoravelmente ligado ao dos seus mortos. A morte aparece como elo comum no destino das personagens, conduzindo as suas vidas e os aprisionando em uma teia imaginária de correlações entre o homem violento, a natureza inóspita e o destino trágico.

*Os Servos da Morte* narra uma história sobre maldição, ódio e violência. A dramaticidade do romance é desenvolvida em uma seqüência de fatalidades onde se entrelaçam a pulsão erótica e a compulsão tanática. O ódio que Elisa sente pelo marido, Pedro Duarte, alimenta seu projeto de vingança. Paulino Duarte é um homem violento, típico daquelas terras, criado desde a infância isolado nas roças de cacau, vivendo entre os animais do pai, tornando-se para Elisa um deles. O destino a levava ao casamento, forçada pelas dívidas contraídas pelo seu pai. Criada no colégio das freiras em Ilhéus — e aqui se observa uma semelhança com Esther da Silveira (*Terras*) — Elisa é jogada repentinamente no ambiente hostil da *Baluarte*, fazenda amaldiçoada pela credence popular dos trabalhadores rurais.

A vingança dá sentido à existência das personagens, é o destino que a elas se impunha. O ódio ao marido cresce à medida que Elisa constata nos seus filhos a reprodução da figura paterna. Embrutecida pelo ambiente e subjugada pela idéia de vingança mediante o adultério, Elisa morre em um parto. Ângelo, cujo nascimento causa a morte de Elisa, é a encarnação do ódio da mãe, filho destinado a vingá-la. O menino cresceu como um estranho entre os irmãos e o homem a quem chamava de pai. “Por que lembrava ele a presença da morta?” Insistentemente inquiria Duarte sobre a morte de Elisa: “\_O senhor sabe perfeitamente de que mamãe morreu. Não sabe?[...] eu quero ver o sangue dos seus vestidos” (p. 58). O papel que cabe ao filho de Elisa é vingar não somente a sua morte, mas a vida violenta que levava ao lado do marido que o destino lhe reservara.

---

<sup>32</sup> VIEIRA, E. S. **A posse de terras no sul da Bahia, na literatura de Adonias Filho**. São Paulo-SP: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação (Mestrado em História), 1990.

Em *As Velhas*, Adonias explora o tema da morte na conquista da terra pela narração da estória de quatro mulheres, cujos destinos se entrelaçam. O romance explora a questão das etnias envolvidas na conquista da terra, assim como a descrição do surgimento de núcleos urbanos erguidos nos limites da selva, “cenário quase constante das suas histórias[...], rios e florestas de poder e profundidade quase amazônica, atraindo e esmagando o homem que o enfrenta, tornando-o bravo e misterioso como ele mesmo.”<sup>33</sup> Tari Januária é uma *Pataxó* das matas de Inema que envia o filho mestiço, Tonho Beré, na busca dos ossos do seu pai, assassinado e enterrado há vinte anos no vale do Ouro pela família de Zefa Cinco, que “sem perder um tiro enviara cinco cabras para o inferno.” Zefa propõe a Tonho Beré a troca dos ossos pela filha tomada por um dos filhos de Lina de Todos, “a pele branca de leite, os olhos azuis”, que com os parentes abriam a selva “de vinte dias que cercam Buerarema.” Tonho Beré é auxiliado pela comunidade negra liderada por Zonga, descendente de escravos fugitivos que se internaram na mata e plantaram cacau.

As estórias das quatro mulheres dão conta dos conflitos entre os desbravadores e os *Pataxó* pela ocupação das matas ainda inexploradas economicamente, “de ponta a ponta na selva de Ilhéus e Itabuna – que era tudo um só território -, guerra feia já se declarava entre os índios e os plantadores de cacau”. A visão adoniana do conflito tende a heroicizar a ação dos desbravadores em detrimento da resistência *Pataxó*:

Pedro Cobra não abria mão da terra que Paupemba ocupara e dez anos esperou para, tornando-se homem, retomar a derrubada. A indiada, então, já aumentara a matança. \_ “Não vá, não se meta na mata que os pagãos estão bebendo sangue.” – todos aconselhavam. Era como na profundeza do inferno. Ninguém tinha sossego na derrubada ou na queimada. O índio, pisando em silêncio e sempre oculto na tocaia, matava sem piedade. Surgia de surpresa, em grupo, muito pior que a onça ou a cobra. E os plantadores logo compreenderam que, na defensiva, isolados uns dos outros, não tinham como vencer aquela guerra. Foi então que um deles, Boeco Preto, imaginou os assaltos[...] Eles, plantadores, deviam se unir e, formando um bando, mostrar aos pagãos quanto valem os trabucos. Deviam caçar os índios para destruí-los, a bala e a faca, nas próprias malocas[...] Os plantadores ainda eram tão poucos que se contavam nos dedos. Vinte brabos que negociavam as plantações, naquele fim de mundo, com as próprias vidas (*As Velhas*, p. 9).

Adonias ambienta o romance em um território formado por lugares e povoados que remetem ao desbravamento da zona do rio Almada, onde o autor nasceu e viveu grande parte de sua existência. Das selvas de Inema, “quatro dias mata adentro, seguindo as veredas”,

<sup>33</sup> QUEIROZ, R. de. In: Prefácio de *As Velhas*.

chegava-se ao Itajuípe, um “arruado de dez casas de barro batido”. Almadina, nas proximidades do vale do Ouro, “era pouso certo para quem vinha do sertão do criatório em busca da selva do sul”. O local possuía um incipiente comércio, uma feira semanal, onde os sertanejos “trocavam animais por ferramentas e mudas de cacau. Mateiros e caçadores chegavam para a venda das peles e a compra de querosene, sal, aguardente e pólvora.” Era como se pelo povoado “passasse o povo inteiro que vinha povoar o sul da Bahia” em um fluxo migratório onde não faltavam “jagunços, ladrões e assassinos” (*As Velhas*, pp. 14 e 40).

As obras de Adonias e Amado contribuem para a construção do imaginário sobre o sul baiano, *locus* de uma civilização forjada na luta do homem para estabelecer a lavoura do cacau nas matas do interior da região. Muitos morreram vítimas de animais selvagens e das febres, porém incontáveis foram os que tombaram nas tocaias e confrontos armados. A terra recolhia o sangue derramado e adubava os cacauzeiros. As cruces sem nome demarcavam o local das sepulturas e o aumento das plantações.

### **O imaginário da morte na região cacauzeira**

Terra, cacau e morte são elementos fundamentais na literatura sul-baiana. A região cacauzeira toma forma com a derrubada da mata, o plantio dos pés de cacau e as mortes violentas, aspectos fartamente representados nos romances de Jorge Amado e Adonias Filho. O uso da força dos grandes fazendeiros sobre os pequenos produtores, que ainda não possuíam os títulos de posse, é relatado recorrentemente nas obras. A conquista da mata inicia o processo de introdução do elemento humano, construtor de uma sociedade histórica cuja formação está intrinsecamente ligada às lutas pelo domínio da terra.

Conforme apontado anteriormente, literatura e história se mesclam, produzindo discursos que passam a formar uma imagem específica para a região cacauzeira em relação à capital e ao seu Recôncavo, área vinculada à antiga aristocracia canavieira e aos engenhos escravocratas. A Cidade do Salvador e o Recôncavo, assim como o agreste, representam a Bahia tradicional, presa ao passado e em declínio, enquanto o Sul cacauzeiro se configura como a terra da promessa e do progresso material. O Sul do estado se constituiu em relação ao outro, uma identidade que se contrapõe às demais. Ao elaborar uma identidade cultural

para a região cacaeira, a ficção se consolidou como uma versão válida para o período histórico do desbravamento das matas e da introdução da lavoura do cacau que permitiu, ao longo do tempo, o nascimento do sentimento de unidade.

Amado e Adonias legitimam o poder dos coronéis ao conferir-lhes o *status* de construtores da civilização do cacau, fruto do esforço pessoal na luta contra índios, febres, animais, jagunços e fraudes jurídicas, os “caxixes”. A tradição do mando regional advém do enfrentamento direto com a morte. O sangue derramado conferia prestígio e garantia a lealdade entre os rústicos homens do cacau. Os desbravadores, uma vez transformados em coronéis, entendem o exercício do poder como intimamente ligado à posse da terra “adubada” com o sangue dos que tombaram nas lutas pelas roças de cacau. Esse aspecto é enfatizado em toda a sua dimensão na maldição do feiticeiro Jeremias sobre os conquistadores da secular mata do Sequeiro:

Agora eles ‘vai’ entrar na mata mas antes vai morrer homem e mulher[...]. Vai morrer até não ter mais buraco onde enterrar, até a terra ta vermelha de sangue que vire rio nas estrada e nele se afogue os parente, os vizinho e as amizades sem faltar nenhum. Vão entrar na mata mas é pisando carne de gente, pisando defunto. Cada pé de pau que eles derrube vai ser um homem derrubado[...]. Cada filho vai plantar seu cacaeiro em riba do sangue do pai (*Terras*, p. 117).

Nesse processo, caracterizado pela ação violenta de plantadores e jagunços, a valentia pessoal era um elemento crucial para a sobrevivência. Era reconhecida como um dos valores mais característicos do grapiúna:

O coronel gordo espantava o caixeiro-viajante narrando um barulho que tivera numa pensão de mulheres na Bahia [Salvador]. Uns malandros fizeram-se de besta, tinham querido correr em cima dele por causa de uma mulatinha. Ele puxou o parábélum e bastou gritar: \_Vem com coragem que eu sou é de Ilhéus... – para que os malandros recuassem acovardados (*Terras*, p. 23).

A ocupação das terras mediante o emprego da violência será marcadamente representada pelas chacinas de indivíduos e de famílias inteiras, ou seja, a eliminação de obstáculos à conquista do poder material configurado pelo acúmulo de roças de cacau. Amado estabelece uma relação entre a violência física, praticada pelo jagunço, e a violência jurídica,

imposta por tabeliães, advogados e juízes corruptos na ação contra os interesses dos pequenos proprietários:

Tão vendo essa modinha? *Nessas terras vou morrer?* Ta ai uma coisa verdadeira[...]. O coronel Horácio fez um caxixe mais Dr. Rui, tomaram a roça que nós havia plantado[...]. Que a terra era dele, Joaquim não era dono. Veio com os jagunços mais uma certidão do cartório[...], ficaram até com o cacau que já estava secando, prontinho pra vender. Joaquim era bom no trabalho[...], disse que ia se vingar. Mandaram tocaiar Joaquim, mataram ele na outra noite, quando vinha pra Ferradas. (*Terras*, p. 31)

A literatura explora a morte violenta como um fenômeno cotidiano nos municípios cacauzeiros, dos mais antigos como Ilhéus e Canavieiras aos mais recentes como Itabuna, todos marcados pelo sangue derramado em infinitos conflitos armados, somados às doenças endêmicas como o tifo, a febre que “matava até macaco”. Cacau e morte eram praticamente os únicos assuntos comentados pela população, fazendo com que os recém-chegados ficassem assombrados com a ferocidade da região:

Tou com mais de cinqüenta anos no costado, já andei muita terra, tenho dez anos dentro dessas matas. Já fui soldado do exército, já vi muita desgraça. Mas não tem nada no mundo que chegue perto das desgraças daqui[...]. Tem homem de alma tão danada que se posta na tocaia e aposta dez mil-réis mais o amigo pra ver de que lado o finado vai cair. Tou aqui, já corri muito mundo. Como por essas bandas nunca vi nada. É terra de homem macho, mas também dinheiro é cama de gato. Se o cujo é bom no gatilho passa vida regalada. (*Terras*, p. 34)

Daí a ênfase amadiana na figura do jagunço, especialista em armas brancas e de fogo cujo principal ofício era proteger a vida do coronel e participar, a seu mando, de tocaias, invasões de fazendas e povoados, ou incêndios de cartórios para eliminar qualquer obstáculo legal ao aumento da fortuna do seu patrão. O recém-chegado, geralmente vindo do sertão, quando bom de pontaria era incorporado às fileiras das milícias particulares dos fazendeiros mais importantes:

Eu vou é pra Ferradas[...] – anunciou um jovem. \_Tenho um irmão por lá, tá bem. Ta com o coronel Horácio, um homem de dinheiro. Vou ficar com ele. Depois eu volto pra buscar a Zilda[...].

Tú não volta é nunca[...] – falou um velho envolto numa capa. \_Tú não volta é nunca, que Ferradas é o cú do mundo. Tú sabe mesmo o que é que tú vai ser nas roças do coronel Horácio? Tú vai ser trabalhador ou tú vai ser jagunço? Homem que não mata não tem valia para o coronel (*Terras*, p. 25).

Uma personagem marcante no imaginário amadiano é o jagunço Honório, gigante negro temido por toda zona de Ferradas pela sua pontaria. Apesar do ofício, Honório é retratado ficcionalmente em *Cacau* como um revolucionário social embrionário, que pensava em um dia matar todos os coronéis exploradores da classe camponesa oprimida. Homem de confiança do seu coronel, o jagunço desempenhava sem constrangimento moral o seu papel na construção da fortuna do patrão: “Honório era técnico em tocaia e o coronel Misael tinha inúmeros inimigos[...] Não sei se o coronel sentia remorsos, Honório, não. Tinha a consciência limpa e clara como a água” (*Cacau*, p. 187).

A figura-símbolo da morte na região do cacau, o jagunço, é tratada por Amado com certa admiração, como uma espécie de herói popular: “a quem mais admirava senão a Argemiro, de temerária fama, ou a Honório, um gigante negro que se repete nos meus livros, a partir de Cacau? Diante de Honório todos tremiam, constava que já liquidara não sei quantos, posso garantir que era de uma bondade sem limites, de uma delicadeza sem igual” (*O Menino*, p. 53). O punhal e o rifle de repetição eram instrumentos que o identificam. A aura que cerca o seu ofício entre os grapiúnas o faz temido, muitas vezes admirado, e aceito como parte da paisagem social regional:

Herói da tocaia e do cangaço. Estava explicado porque, apesar de Honório dever novecentos mil-réis à despesa, o coronel não o botava para fora e ainda lhe fornecia dinheiro para as cachaçadas em Pirangi. Filho da terra, nascera nos bons tempos das fortunas rápidas e dos assassinatos por qualquer coisa. Educara-se entre tiroteios e mortes. Aos doze anos Honório já matara gente com a mais certa pontaria de dez léguas em redor. Quantos matara não sabia. As mortes diminuíram, mas[...] ainda hoje as estradas vivem pejudadas de cruzes sem nomes. É a tocaia. Pela noite sem lua o viajante vem do povoado. A goiabeira solitária no caminho esconde o homem e a repetição. É um tiro só[...]. No outro dia o corpo é encontrado e enterrado ali mesmo (*Cacau*, p. 187).

Utilizando-se das tocaias e dos “caxixes”, a elite econômica articulou o seu domínio social. Para Amado, a violência consolida e perpetua a hierarquização vigente no Sul baiano. O número de jagunços e de armamento distingue os fazendeiros e reflete a sua influência social e política. A maior parte da população rural dependia quase que

exclusivamente dos interesses do grande cacauicultor, vivendo na mais extrema pobreza e carente de qualquer benefício social trazido pelas imensas safras anuais que abarrotavam os porões dos navios estrangeiros no porto de Ilhéus.

A miséria da população rural, fruto da sua expropriação, é denunciada nas páginas dos livros. São retratadas as angústias dos trabalhadores, vítimas das contradições sociais na sociedade produtora de cacau. O desamparo dos estratos subjugados pela elite econômica é um tema caro ao escritor. Aos trabalhadores cabe o papel de maiores vítimas do sistema social, são eles que principalmente morrem e matam para que os pés de cacau floresçam e possibilitem a geração de capitais.

Amado, assim como Adonias Filho, organiza a sociedade regional em torno de um conjunto de valores inscritos em rudes normas sociais, adequadas ao ambiente ainda selvagem dominado pela mata atlântica. A ambição desmedida é um valor preponderante na aquisição de terras, símbolo do poder regional. Além disto, como foi apontado anteriormente, a posse de roças de cacau é associada à morte violenta, cuja execução fica a cargo dos trabalhadores transformados em jagunços, oriundos das áreas mais carentes do Nordeste brasileiro. Os que não serviam como jagunço, os trabalhadores comuns, viviam na esperança de amealhar o suficiente para a compra de um pequeno pedaço de mata ou poder reconstituir a vida na terra natal:

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacauieiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro[...]. De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas o que era a vida diante de tanta fartura?(*Terras*, p. 26)

Ao chegarem, eram arregimentados pelos fazendeiros para a derrubada e colheita, em troca de baixos salários. Áreas específicas, como os arrabaldes próximos ao porto de Ilhéus, serviam como local de recrutamento, o “mercado de escravos” onde eram selecionados os que seriam “alugados”. As despesas com a alimentação e vestuário, feitas quase todas no armazém da fazenda, o “barracão”, superavam o parco salário, ficando assim atrelados ao proprietário pela dívida. Em *Cacau*, um sergipano recém-chegado à fazenda Fraternidade, do coronel Misael, é informado da sua nova condição:

\_Você está alugado ao coronel.  
Estranhei o termo:  
\_A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.  
\_Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.  
O termo me humilhava. Alugado[...]. Eu estava reduzido a muito menos que homem (p. 30).

*Terras do Sem Fim* denuncia a prática de submissão do empregado recentemente incorporado ao grupo de trabalhadores das fazendas de cacau como mecanismo de exploração da mão-de-obra no sul da Bahia, composta pelos “novos escravos” a serviço da acumulação capitalista:

\_Amanhã cedo o empregado do armazém chama por tu para fazer o ‘saco’ da semana. Tu não tem instrumentos pro trabalho, tem que comprar[...]. E isso tudo vai ficar por cem mil réis[...]. Tu vai gastar uns dez mil pra comida[...]. No fim de semana tu tem quinze mil réis ganho de trabalho[...]. Teu saldo é de cinco mil réis, mas tu não recebe, fica lá pra ir descontando a dívida dos instrumentos[...]. Antes de terminar de pagar tu já aumentou a dívida[...]. Tu já comprou remédio que é um Deus nos acuda de caro, tu já comprou um revólver que é o único dinheiro bem empregado nessa terra[...]. E tu nunca paga a dívida... Aqui – e o homem magro fez um gesto circular com a mão abarcando todos eles[...], aqui tudo deve, ninguém tem saldo (*Terras*, p. 98).

Em torno do velório improvisado de um trabalhador da fazenda Baraúnas, os diálogos resumem a situação social dos trabalhadores. Um cearense recém-chegado afirmava ter ouvido falar das desgraças que aconteciam na terra do cacau, “mas eu não dei crença[...] até parecia coisa de milagre[...], que era uma fartura de dinheiro[...], que tinha febre, os jagunços as cobras[...]. De ruim muita coisa” (*Terras*, p. 96). Um velho reforçava, em sua fala, o drama do “alugado” nas roças de cacau:

Tão vendo o finado? Pois bem: fazia pra mais de dez anos que trabalhava nas Baraúnas pro coronel Teodoro. Não tinha nada[...]. Passou dez anos devendo pro coronel[...]. Agora a febre levou ele, o coronel não quis dar nem um vintém pra ajudar a fazer o enterro[...]. Nunca vi destino mais ruim que o de trabalhador de roça de cacau[...]. Os capangas ainda passam melhor[...]. Se tu tem boa pontaria, tú tá feito na vida. Aqui só tem valia quem sabe matar, os assassinos (*Terras*, p. 97).

Uma das raras possibilidades para que o trabalhador das fazendas de cacau pudesse acumular algum capital era, de fato, a atividade de jagunço. Quando mostravam algum tipo de

habilidade com as armas de fogo passavam a acompanhar o coronel, nas suas investidas contra inimigos políticos e pequenos proprietários. Havendo necessidade imediata, os jagunços eram contratados fora da região, bastante valorizados pela sua experiência na criminalidade. Pelo êxito nas tocaias e invasões de terras, os jagunços recebiam somas muito acima dos salários pagos aos demais trabalhadores.

O negro Fagundes, jagunço do coronel Melk Tavares, esperava ansioso os conflitos armados que se anunciavam com a proximidade das eleições em Ilhéus: “se os falados barulhos não recomeçassem, seria difícil, muito difícil, chegar a comprar um pedaço de terra, mesmo ruim” (*Gabriela*, p. 327). Os “barulhos” ocorriam com frequência nos períodos eleitorais, quando os ânimos dos chefes políticos locais estavam mais exaltados. A disputa pelos cargos políticos era fundamental para os partidos, em sua relação de reciprocidade com o poder público estadual e federal, imprescindível para a manutenção e preservação do poder local.

Os encontros armados rendiam uma razoável soma de dinheiro aos jagunços, para os sonhados pedaços de terra para o plantio do cacau. No diálogo entre Fagundes e Gabriela, companheira de viagem do sertão para o litoral ilheense, o jagunço confessa nutrir a esperança de comprar uma “burara”, pequena área de terra, onde ele e Clemente pudessem plantar árvores de cacau. Para tanto, havia atirado em um importante chefe político itabunense que havia ameaçado passar para a oposição ao partido do seu patrão:

\_Por que tú atirou? Que necessidade tinha? Que mal te fez?

\_ Para mim não fez nada. Foi pro coronel. Loirinho mandou, que podia fazer? Cada um tem um ofício, esse é o meu. Também para comprar um pedaço de terra, eu e Clemente. Já tava apalavrado (*Gabriela*, p. 280).

Fagundes tinha uma clara consciência do seu ofício de matador e da sua submissão às determinações do coronel. A sua fidelidade ao coronel tornava a recusa a uma ordem quase impossível, mas ele, além disso, entendia que matar era um meio que lhe permitiria comprar o seu quinhão, possibilidade única de ascensão social para homens como ele, cujo único ofício era a morte.

Por sua vez, Damião, homem de confiança do coronel Sinhô Badaró, cuja fama “há muito que está além de Palestina, de Ferradas, de Tabocas”, não possui consciência da maldade do ato de matar. Esta personagem representa simbolicamente o oprimido alienado da sua condição de explorado, um indivíduo em completa ignorância das conseqüências dos seus atos. Damião não visa recompensa material, mata por gratidão a Sinhô que o livrou da prisão. Mata sem questionar, mata porque o coronel manda. Não sente remorso das mortes que causa, até o momento em que, aguardando ordens, ouve Sinhô chamar o irmão Juca de assassino, de acusá-lo de gostar de mandar matar.

Ouvira Sinhô Badaró perguntar ao irmão — “tú acha bom matar gente? Tú não sente nada? Nada por dentro?”. Na tocaia, à espera de Firmo, pequeno proprietário vizinho da família Badaró, Damião sente pesar em sua cabeça as palavras do coronel. Talvez, se quem houvesse falado fosse Juca ele não se importasse, mas Damião venerava Sinhô. No relato do romance, “se antes alguém lhe dissesse que era terrível esperar homens na tocaia para matá-los, ele não acreditaria, pois seu coração era inocente e livre de toda a maldade” (*Terras*, p. 72). As crianças da fazenda o adoravam, contavam com sua presença nas brincadeiras. Mas ao ouvir Sinhô chamar com desprezo o irmão de assassino, Damião se deu conta de que a sua profissão era matar; ele não era um simples empregado, sua serventia era proteger a vida do coronel e tirar a dos inimigos da família Badaró.

Damião nem sabe mesmo como começou, “coronel manda, ele mata. Não sabe quantos já matou[...] Tampouco lhe interessa saber. Não tem ódio de ninguém, nunca fez mal a pessoa alguma. Pelo menos assim pensou até hoje” (*Terras*, p. 68). A morte para Damião passa a ter um outro sentido que lhe pesa na recente consciência da maldade dos seus atos. A “inocência” perdida trouxe a Damião a dúvida nunca sentida antes: deveria matar Firmo? Era certo deixar os seus filhos órfãos, a sua mulher viúva? Seria possível desobedecer ao coronel, dizer que errou a pontaria e assim não matar Firmo? Para Damião, a morte que o aproximara da família Badaró agora o distanciava, justamente por recusá-la. Por fim, o dilema leva Damião à loucura.

A demência é a sua fuga, sua forma de escapar do conflito que o envolve, de um lado, a gratidão aos Badaró, a sua devoção canina à Sinhô e, de outro, a nova consciência do seu ofício de matador, da sua função primordial para o processo de acumulação na sociedade grapiúna. A recusa da morte retirou a grapiunidade de Damião, tornou-o um pária, afastando-o do convívio social. Passou a viver sozinho na mata do Sequeiro, entre as árvores e os

animais. Algumas vezes aparecia maltrapilho pelas estradas assombrando os viajantes. Foi preciso Sinhô usar toda a sua autoridade para impedir que Juca o matasse, como punição pelo fracasso da tocaia. Talvez houvesse, em Sinhô, uns restos de gratidão pelos serviços que Damião prestara ao aumento da fortuna familiar.

O tema da fuga da condição de assassino repete-se em *Corpo Vivo*, de Adonias Filho. O romance narra a saga de Cajango, o menino transformado, pelo desejo de vingança, no mais temido jagunço do sul da Bahia. A obra mostra o drama por ele vivido após o assassinato da sua família pelos jagunços dos Bilá, família de fazendeiros de cacau que cobiçava as terras dos proprietários vizinhos. A tragédia vivida por Cajango muda completamente o seu destino, sua vida passa a girar em torno do sentimento de vingança. A idéia transmitida pelo romance é a da violência e da morte como os únicos meios para alcançá-la.

A personalidade de Cajango molda-se ao ambiente selvagem do Camacã, onde vai ser criado pelo tio Inuri, misto de índio e jagunço. Ao educá-lo para a vingança dos seus pais, Inuri ligou o destino do menino ao ambiente natural:

Neto do meu pai, seu sangue era igual ao meu. Isso eu entendi no primeiro dia, quando avançando na trilha, percebi que se sentia como se estivesse em casa. Levando-o, sabendo que durante meses não veria outro homem senão a mim, temia que não sobrevivesse para vingar os nossos mortos. Não demoraria a mostrar-lhe o que seria a selva, um bicho matando o outro, apenas o mais forte ou o mais astuto tendo direito à vida (*Corpo Vivo*, p. 42).

O jagunço aparece, no romance *Corpo Vivo*, como um tipo que age maquinalmente, assassino por natureza. Isto é expresso na personagem o Alto, “um assassino e assassino continua porque mata sem motivo e mata qualquer um: mulher, velho ou criança” (p. 31). O aumento do poder pessoal e do número de subordinados incorpora, na obra de Adonias Filho, como na de Jorge Amado, a figura do jagunço à imagem da região, no período sangrento das lutas entre os grandes coronéis do cacau. Esse processo desencadeia a tragédia que envolve a invasão das terras de Januário, pai de Cajango:

O mundo é muito grande – Alonso disse – mas querem as terras de Januário. Os Bilá, após certas brigas com Januário, tinham jurado lhe tomar as terras. O cacau novo de Januário começava a dar frutos. Aquelas terras valiam ouro e os

Bilá tinham um exército no rifle. Que Deus guardasse a compadre Januário (*Corpo Vivo*, p.5).

Cajango, ainda um menino de treze anos, testemunha o assassinato dos seus pais e irmãos:

E deitado estava quando, ouvindo tiros e gritos, se refugiara atrás dos sacos de cacau. Ouvira as súplicas da mãe, a gritaria dos irmãos, não escutara porém a voz do pai. Ele já devia estar morto quando acordara. Os gemidos a seguir. A voz alta de um homem que ordenava: -Não deixem ninguém vivo – e os tiros de misericórdia nos que gemiam. Depois ainda escutara os gritos de Maria Teresa que diminuindo, diminuindo, cessaram definitivamente. Percebera os homens abandonando a casa, os passos pesados, e o silêncio finalmente tudo dominou. Minutos depois, saindo do esconderijo, a casa em trevas, tropeçava no corpo do pai. Arrastara-se no sangue, em busca da cozinha, mas temera acender o candieiro. E, receando que retornassem, ganhara o campo para esconder-se nos cacauzeiros (*Corpo Vivo*, p. 9).

A sua vida representa uma ameaça para os Bilá: “sabendo que está vivo, caçarão este menino nos infernos”. Encontrado pelo padrinho, Cajango é levado para ser criado por Inuri nas matas ainda inexploradas pelos fazendeiros de cacau. Ali iria aprender o ofício de jagunço e liderar a luta de extermínio contra os assassinos de sua família. Para Cajango, a invasão das terras de seu pai significava o início do seu contato com o fenômeno físico e cultural da morte. A chacina de sua família o colocou frente a frente com a necessidade da morte dos seus inimigos, único meio possível de compensar o extermínio dos seus parentes. Aos Bilá, por outro lado, não restava outra atitude a não ser eliminar o último membro da família de Januário. O controle efetivo das terras invadidas estaria sempre em perigo diante da sobrevivência de Cajango. Acolhido por Inuri, Cajango aprende o ofício de matar e transforma-se em um dos mais temidos jagunços, cujo nome era conhecido em todo o sul da Bahia. Desde criança aprendeu que o assassinato da família só poderia ser vingado com a morte dos mandantes, única forma aceitável para os homens do cacau:

[Padrinho]:

Que fará ele – e apontei Cajango – quando crescer?

[Inuri]:

Quando crescer, se crescer, tem que matar os assassinos do pai, esta foi a resposta. Todos nós, sangue de Januário, temos que matar eles, acrescentou[...] Levantou-se e com o braço na direção da selva, soltou as palavras com lentidão. Os mortos estavam no chão e, se a terra fora roubada, às mãos de Cajango voltaria. Tinham que ser mortos os que mataram. E, na idade, se Cajango não o quisesse fazer, ele o mataria porque não pode viver quem não

vive para vingar o pai e a mãe. Arrastara-se no sangue dos irmãos, eu sabia, e esse sangue não trairia. Concluiu, a voz calma, sem precipitação: -É pena que demore a crescer (*Corpo Vivo*, pp. 19-20).

No romance adoniano não há alternativa além da lei taliônica do cacau: sangue por sangue, morte por morte. A ira causada pela morte de um indivíduo somente poderia ser aplacada através do sangue derramado. Não existe outra forma de reparação. Aos que ao final, como Cajango, terminam por abdicar da vingança, não resta outra condição além do isolamento social: a fuga com a mulher para a serra distante de outros humanos e à margem dos valores regionais. Ao desistir da morte dos Bilá não há mais lugar para Cajango na sociedade do cacau. Para libertar-se do jugo das mortes da família foi preciso matar o seu tio Inuri, matar uma última vez para apagar o seu vínculo com a herança do sangue derramado.

O amor de Cajango por Malva, irmã e filha de jagunços do bando, é uma ruptura no padrão do comportamento socialmente esperado, não se coaduna com a ótica da morte violenta como reparadora dos males. O casal se refugia nas serras longínquas das matas do Camacã, espaço simbólico da negação da grapiunidade, isolado da ambição dos plantadores materializada na posse violenta da terra.

### **A luta do Sequeiro: a morte como protagonista**

A luta pelo poder na região cacaueira teve no conflito do Sequeiro um dos seus momentos mais representativos. Ocorrido entre os anos de 1918 e 1919, o conflito envolveu amplos segmentos da sociedade regional. Proprietários e trabalhadores rurais, comerciantes e exportadores foram direta ou indiretamente afetados.

A memória do conflito do Sequeiro foi construída tanto pela imprensa quanto pela oralidade, mediante o depoimento das testemunhas que a vivenciaram. Os jornais locais, ao sabor da coloração partidária, cobrem em suas edições os acontecimentos mais violentos, formando uma espécie de diário da luta, com pormenores das mortes, invasões e incêndios povoando o imaginário popular com as notícias trágicas. A narrativa literária apropriou-se da

tensão gerada pela disputa política entre famílias de grandes proprietários e criou a sua versão sobre um dos episódios mais sangrentos da fase de consolidação da lavoura do cacau. Os eventos da “guerra do Sequeiro” foram perpetuados em livros, artigos, cordéis, canções populares, e na memória das famílias envolvidas, constituindo um rico acervo documental.

As imagens veiculadas pelos textos jornalísticos do período grosso modo correspondem às que se encontram nos textos literários. A luta entre as famílias Badaró e Oliveira recebeu grande atenção por parte da imprensa local. Iniciado por motivos políticos, o conflito envolveu inúmeros interesses pessoais e econômicos que acabaram por conflagrar uma área extensa, incluindo os atuais municípios de Ilhéus, Itabuna (ex-Tabocas), Itajuípe (ex-Pirangi) e Uruçuca (ex-Água Preta). Praticamente todos os povoados dessa área foram invadidos e saqueados, mapeando geograficamente a extensão do conflito. Ferradas e Pirangi, territórios que demarcam as lembranças de infância de Amado, são alguns dos povoados mais atingidos pelas ações criminosas dos jagunços de ambos os lados. A luta resultou em um elevado número de mortes, principalmente na zona do Sequeiro do Espinho, núcleo da futura Pirangi. Em 1919, um artigo do *Jornal de Ilhéos* relata, alarmado, os acontecimentos:

Grupos de homens armados, ostentando a repetição, o bacamarte, a pistola, o facão e o punhal, bem municiados em completa indiferença às autoridades constituídas infundem terror e respeito. A repetição tornou-se a sua constituição [...] Hoje se vêem um desses brigões viajando pelas estradas, conduzindo atrás dezenas de homens, chamados jagunços [...] Já de muitos dias Mutuns e certos pontos do Sequeiro do Espinho estavam transformados em quartéis de jagunçaria de uma grande divisão de homens afeitos à prática de crimes bárbaros matando, fria e covardemente.<sup>34</sup>

Mesmo o tráfego da estrada de ferro, principal via de escoamento do cacau, foi interrompido no ápice dos confrontos armados. As repartições federais de Ilhéus solicitaram a intervenção do Rio de Janeiro. Circulavam notícias de que a cidade seria invadida pelos jagunços do coronel Basílio de Oliveira, após ter sido decretada sua prisão, acusado como um dos principais responsáveis pelos assassinatos e invasões no interior dos municípios de Ilhéus e Itabuna. O governo federal enviou o corajoso Deodoro que, por vários dias, esteve ancorado no porto de Ilhéus como garantia da ordem pública.

---

<sup>34</sup> CEDOC. *Jornal de Ilhéos*, “Edital de citação”, n. 350, 6/4/1919, p.2.

Amado faz referência ao conflito do Sequeiro como momento paradigmático da civilização cacauera. Um épico da conquista da terra marcado pela luta sangrenta e pela heroicização do coronel, tão bem representado pelas personagens Sinhô Badaró e Horácio da Silveira. A luta pelas terras põe a sociedade local sob a influência do mando privado em um processo em que a vida humana tem pouco valor. Isto é exemplificado na passagem em que o coronel Horácio ordena a Maneca Dantas “E tu, compadre, vai falar com o Teodoro. Explica o caso a ele. Se ele quiser que venha. Faça um acordo com ele. Se não quiser que se prepare porque vai chover tiro nessas vinte léguas de terra” (*Terras*, p. 106).

Na narrativa literária o domínio da mata é o móvel da luta, representa o início e o fim da trama. A luta é interpretada a partir da ótica do autor, a qual estaria baseada nas suas memórias, como na passagem em que há uma referência à sua presença — “um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra” (*Terras*, p. 257) — no julgamento do coronel Horácio da Silveira (Basílio de Oliveira). No romance, os principais envolvidos na luta pela posse da mata do Sequeiro são antagônicos tanto no desejo de expansão das suas terras quanto pelo que representam simbolicamente.

Enquanto Horácio da Silveira representa o elemento vindo dos setores subalternos, extropeiro que alcança o poder à custa de vidas humanas, Sinhô Badaró é um austero coronel de modos aristocráticos e uma profunda percepção das tradições familiares legitimadoras do seu poder. Chefe clânico, consciente de suas responsabilidades para o aumento da fortuna e do prestígio do seu sobrenome, se vê obrigado a mandar matar os seus adversários.

Francisco Fernandes Badaró Sobrinho, o Sinhô, é uma das principais personagens também nas páginas dos jornais da época. Um dos mais importantes líderes do partido governista local e dono de ampla rede de amigos, parentes e compadres, Sinhô reúne em torno da sua figura um conjunto de características que o tornam símbolo do típico coronel heróico do cacau, um homem que não teme pôr a vida em perigo para defender convicções pessoais ou lealdades partidárias. Os atentados por ele sofridos no início da luta foram amplamente divulgados,

O nosso digno amigo, coronel Francisco Fernandes Badaró, correligionário do Partido Republicano Democrata de Ilhéus, teve, em dias da semana passada, a sua vida covardemente ameaçada por um hediondo atentado dos maus elementos que teimam em impor pela tocaia o seu negro domínio nessa zona. O coronel Badaró é largamente estimado na zona do Sequeiro do Espinho, onde vive com toda a sua família, desfrutando amplo e tradicional prestígio, que mais uma vez foi afirmado nas últimas eleições federais. Talvez se funde nessas circunstâncias, de ordem política, a tentativa de assassinio de que ia

sendo vítima. Ao que sabemos, passava montado, pelas proximidades da estação do Sequeiro do Espinho quando viu-se alvejado por uma descarga de vários tiros de repetição, um dos quais atingiu o animal que o carregava.<sup>35</sup>

Com a morte do pai, o Sinhô Badaró fictício, de *Terras do Sem Fim*, que não nasceu nas terras do cacau e não possuía “o gosto de sangue”, recebeu a chefia da família e se comprometeu a manter e ampliar o poder familiar. Mesmo tendo a consciência da necessidade do seu dever, a ele repugnava fazer correr sangue. Viu-se muitas vezes dando ordens aos seus jagunços para matar alguém nas tocaias, ordens somente pronunciadas quando era “o único caminho”. Chefe da família, papel fundamental no patriarcalismo nordestino, “estava construindo a fortuna dos Badaró, tinha que passar por cima daquilo que Juca chamava de as “suas fraquezas”.

Sinhô sentia que tinha um comportamento contrário ao do irmão: “nós dois é tão diferente um do outro[...] Tú gosta de resolver logo tudo com tiros e mortes[...]. Tú bem sabe que eu não tenho esse gosto de sangue que tu tem” (*Terras*, p. 64). Apesar das “suas fraquezas”, Sinhô é representado como um homem imponente de quase dois metros de altura e longas barbas negras, protótipo do poder regional, chefe incontestado do partido situacionista, o “dono da terra”.

Juca Badaró, porém, não era de “fora” como Sinhô, havia nascido nas roças de cacau e conhecia melhor que ninguém a terra e a sua lavoura: “desde menino que aprendi a conhecer a terra que é boa para o plantio[...], basta eu pisar numa terra e sei logo se ela presta ou não pro cacauero”. O irmão de Sinhô encarna o que há de mais significativo da grapiunidade: desbravador destemido que, à frente de um punhado de homens, enfrenta a mata fechada em noites de tempestade e lidera pessoalmente os jagunços nos encontros armados que alçavam a família à proeminência social e econômica.

A narrativa que trata do início da derrubada das matas do Sequeiro é representativa do destemor heróico do desbravador. Juca Badaró é um exemplo de coragem ante os trabalhadores acovardados diante dos mistérios da natureza intocada:

Mais adiante deles, parábélum na mão, o rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava na mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali

---

<sup>35</sup> CEDOC. *A Época*, “O banditismo”, n. 18, 17/03/1918, p.1.

moravam as assombrações. Mas seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau... Juca Badaró diante da mata misteriosa sorria... Nem via os homens com medo, recuando. Quando os viu só teve tempo de correr na sua frente, se postar na entrada do caminho de parábélum na mão, uma decisão no olhar:

\_ Meto bala no primeiro que der um passo[...].

Os machados e os facões começaram a cair num ruído monótono sobre a mata, perturbando o seu sono. Juca Badaró olhou na sua frente. Via novamente toda aquela terra plantada de cacau, roças e roças carregadas de frutos amarelos. A chuva de junho rolava sobre os homens[...] Juca Badaró guardou o parábélum (*Terras*, pp. 49 e 50).

A sua ambição desmedida ia de encontro à atitude mais moderada de Sinhô, sua concepção de poder se adequava melhor aos padrões culturais da região: “toda vez que um se mete em minha frente tem que sair para eu passar[...], tu é que pai deixou tomando conta de tudo, até de mim mesmo[...] Mas eu te digo, Sinhô, que se eu estivesse no seu lugar a gente tinha duas vezes mais terra” (*Terras*, p. 65). Observa-se, nesta passagem, a idéia da expansão da área de plantio como fruto de uma luta de morte pelas terras conquistadas. Aos recém-chegados causava receio o ambiente da terra - “o cearense se admirava: nessa terra só se fala em morte.” Com o início dos “barulhos” a morte era anunciada como “mercadoria barata” (*Terras*, p. 127).

O próprio coronel Horácio da Silveira, principal inimigo da família Badaró na luta pela mata do Sequeiro, participava pessoalmente das invasões: “dizem que ele mesmo liquidou os homens. E que depois, com a sua faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhe as calças e o capou” (*Terras*, p. 54). O coronel era um homem conhecido por sua violência, ex-tropeiro, lidera e ao mesmo tempo desempenha as funções típicas do jagunço, chegando aos requintes de crueldade característicos de mortes exemplares, castigo pela desobediência ou pela não-submissão.

A posse das matas do Sequeiro simboliza a disputa pelo poder político e econômico de toda uma região. O coronel Horácio da Silveira anuncia: “essa mata vai ser minha nem que tenha de lavar a terra toda de sangue[...] Esta mata é o fim do mundo, seu doutor, e quem tiver ela é o homem mais rico dessas terras de Ilhéus[...] É o mesmo que ser dono de vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios” (*Terras*, p. 64 e 115). As representações da morte, como elemento representativo da conquista, são impregnadas de dramaticidade. A luta do Sequeiro é “uma história de espantar” transmitida pelos violeiros cegos nas feiras,

qualificados como “os poetas e cronistas dessas terras. Pela sua voz[...] perdura a tradição das histórias do cacau” (*Terras*, p. 210).

O uso da violência era imprescindível para a derrota definitiva dos adversários. A influência econômica e social estava em jogo. A vitória significava a aniquilação do poder familiar rival. No início do conflito a família Badaró era “uma potência diante da qual a lei e a religião se inclinavam” (*Terras*, p. 88). A derrota significou o ostracismo, o fim do reconhecimento da influência e riqueza de Sinhô Badaró, ambos imortalizados nas páginas de Amado. Dos relatos sobre a luta do Sequeiro, tanto na ficção quanto nos jornais da época, emerge um conjunto de elementos tipificadores dos habitantes da região do cacau. O uso indiscriminado da violência no processo de incorporação de terras fez da coragem e do destemor diante da morte traços que marcaram culturalmente os seus habitantes.

O Sinhô fictício, apesar de não ter o gosto pelo sangue que seu irmão possuía, foi obrigado a contrariar suas convicções pessoais para tornar-se um líder respeitado pelos correligionários e temido pelos inimigos. A adaptação aos valores regionais, fruto da experiência, garantia aos homens e mulheres que ali se estabeleciam a cidadania grapiúna. A não-adaptação gerava o estranhamento em face de um mundo hostil que girava em torno de conflitos armados, envolvendo nesse contexto a ambição dos agricultores de cacau. Por outro lado, os envoltivos amorosos na trama amadiana realçam aspectos identitários regionais, no que se refere à aceitação e recusa da grapiunidade.

Algumas das personagens, como Esther da Silveira, expressam o estranhamento que os de “fora” sentem no contato cotidiano com a morte. Esposa do coronel Horácio da Silveira, criada em Salvador, vê-se como uma exilada na fazenda do marido, “onde de raro em raro um trabalhador passa em busca do caminho de Tabocas ou de Ferradas[...], naquele mundo estranho que a aterrorizava”. Ao graduar-se no curso normal, foi praticamente obrigada pelo pai a desposar o coronel, homem mais velho, rude e violento como o ambiente da terra. Assim, “ela viera para Ilhéus, outro mundo. Uma cidade pequena, que apenas começava a crescer, de aventureiros e lavradores, onde só se falava de cacau e mortes[...] As notícias de brigas e morte a assustavam” (*Terras*, p. 56). Uma passagem em especial expressa seu temor e rejeição a aspectos característicos daquele contexto, aquela em que vê uma cobra engolindo a rã na mata, uma alegoria da morte.

O olhar “estrangeiro” de Esther consegue apenas enxergar os aspectos que lhe são repugnantes, a mata fechada repleta de cobras e doenças, os jagunços do marido e os corpos mortos dos trabalhadores carregados em redes, que passam em frente da sede da fazenda rumo a algum povoado. Ao conhecer Virgílio, jovem e requintado advogado soteropolitano recém-chegado às terras do cacau, Esther se identifica com o seu comportamento civilizado, sua forma de trajar e falar, sua cultura refinada de bacharel. A Virgílio também causou estranheza o contato com o ambiente local, choque cultural perceptível quando testemunha o relato do sobrevivente de uma tocaia no início das lutas pelas matas do Sequeiro:

Estava diante de um homem que escapara de ser morto. Era a primeira vez que ele constatava um daqueles tantos acontecimentos dos quais os amigos lhe haviam falado na Bahia [Cidade do Salvador], quando ele se preparava para vir à Ilhéus. No tempo relativamente curto em que Virgílio estava na zona do cacau, ouvira falar de muita coisa mas ainda não se encontrara frente a frente com um fato concreto[...] Já ouvira falar nas matas do Sequeiro, já ouvira dizer que tanto Horácio como os Badarós a desejavam[...]. Ester havia sentado também[...] Também ela ficara pálida (*Terras*, pp.103-104).

Esther, mulher reprimida por um esposo dominador e violento, busca na relação com Virgílio a esperança de escapar do universo social em que vivia, de se estabelecer com o amante em centros civilizados onde a morte e as doenças não fossem tão agressivas e cotidianas. Esperou secretamente que Horácio fosse morto em um dos confrontos com os jagunços de Sinhô e Juca Badaró e pudesse, então, se tornar livre. Mas, no seu íntimo, acreditava que Horácio era invencível, imune às balas dos jagunços e às febres da mata, “era imortal, era o dono, o patrão, o coronel. Tinha certeza que morreria antes dele[...]. Ele dispunha da terra, do dinheiro, dos homens[...], nunca adoecera, parecia que as balas o conheciam e temiam” (*Terras*, p. 68). Às portas da morte, consumida pela febre, Esther invocou o poder “sobrenatural” do marido, para ela senhor da vida e da morte, implorou a ele: “não deixe que eu morra” (*Terras*, p. 266). Segundo as velhas beatas, Horácio trazia o demônio preso em uma garrafa guardada embaixo da sua cama. O real e o mítico conviviam em torno da figura do coronel, aumentando o temor à sua ira.

A morte não somente trazia consigo respeito e prestígio como concedia reparação moral. Ao ser afrontado por Juca Badaró em uma casa de mulheres, e não tendo reagido, o doutor Virgílio é aconselhado pelo coronel Horácio a mandar matá-lo. Caso contrário, o advogado seria desmoralizado pela população como covarde, pecado maior para a sociedade

local. Horácio estava determinado a liquidar o rival, queria fazer um favor ao amigo, dar-lhe de mão beijada o respeito necessário à sua permanência e ao seu prestígio na região: “o senhor dá ordem ao cabra, e todo mundo vai saber, mesmo que eu responda a júri, que foi vosmicê quem mandou[...]. E ninguém se mete mais com o senhor, nem com mulher sua[...], vão lhe respeitar” (*Terras*, p. 247). O assassinato de Juca restituiria ao advogado a dignidade perdida, provaria aos membros da sociedade local que merecia definitivamente o respeito de todos. A aceitação dos argumentos apresentados pelo coronel corresponde a uma adequação do advogado “estrangeiro” aos valores locais, fenômeno esse metaforizado por Amado no “visgo do cacau” que se entranhava nos pés e prendia a todos naquela terra.

Ao saber da traição de Esther e Virgílio, o coronel Horácio aplica a lei infalível, ordena a um dos seus jagunços matar o advogado em uma tocaia. Mesmo tendo sido avisado da emboscada, Virgílio caminha em direção à morte, única forma de livrar-se do “visgo” daquela terra semibárbara e, finalmente, unir-se à Esther, longe da civilização do cacau e de tudo o que ela representava. Ao final, Horácio se vinga do amante de sua esposa mandando matá-lo, como se vingara de Sinhô conquistando a mata do Sequeiro, pisando nos corpos mortos dos seus desafetos e invadindo a fazenda da família Badaró, arruinando-os definitivamente.

A identificação com o aspecto violento da região é marcante em outra personagem feminina — Don’Ana, filha única de Sinhô Badaró, representante, na literatura de Amado, da mulher grapiúna, cujo padrão de comportamento era adequado ao ambiente de rivalidade e morte. Excelente amazona e exímia atiradora, Don’Ana Badaró é um exemplo feminino da valentia. Os trabalhadores das fazendas diziam que a filha de Sinhô era tão valente quanto um homem. Don’Ana não concebia outro mundo que não o das roças de cacau. Não nutria a mínima simpatia pela esposa do seu tio Juca, Olga que detestava visitar as fazendas e não se dava “com essa vida de ver se matar gente”. Don’Ana não a compreendia. Olga representava tudo o que era repulsivo ao seu modo de enxergar a vida, o que a levava a sentir um profundo desprezo pela sua futilidade, pessoa de um outro mundo, “um mundo inútil e torpe” (*Terras*, p. 112). Don’Ana a considerava estranha e mesmo perigosa, “a sentia como que respirando outra atmosfera, não a que ela, Sinhô e Juca respiravam” (*Terras*, p. 109).

Os jornais da época trazem um relato das tocaias e invasões de propriedades. O jagunço é um tema bastante explorado pelos jornais locais, a exemplo do *Jornal de Ilhéos*, que em um dos seus artigos faz menção a “centenas de criminosos profissionais, indivíduos

que a gíria popular identifica com o nome caracteristicamente impressionante de jagunços” os qualificando como “o terror dos nossos campos”. Diz ainda que “toda a zona do Sequeiro do Espinho ficou despovoada. Todos os seus moradores refugiaram-se nesta cidade ou mesmo na mata. Uns poucos homens dizem estar no ribeirão de José Bicho, reunidos para não morrerem na bala dos jagunços do senhor Basílio”.<sup>36</sup>

A imprensa oposicionista denunciava o partido governista como o principal responsável pela situação do Sequeiro do Espinho. Os órgãos oficiais negavam motivações políticas no conflito, em uma tentativa de defesa dos correligionários envolvidos. A origem do conflito estaria relacionada à rivalidade entre as mais importantes famílias do distrito, sem qualquer ligação com os interesses dos chefes políticos locais:

Quem conhece o espírito moderado e tolerante do nosso preclaro amigo coronel Misael Tavares, honrado intendente municipal de Ilhéus, não pode deixar de acoimar de pequenina politicagem o telegrama que o aponta às autoridades do Estado e da República como responsável pelas ocorrências últimas do Sequeiro do Espinho. Sabe-se que o coronel Badaró depois de escapar de um bárbaro atentado julga sua existência ameaçada por elementos armados.<sup>37</sup>

De acordo com os jornais, não era novidade os homens assassinarem os seus semelhantes na região. Os grupos de jagunços de ambos os lados atuavam livremente, perturbando a ordem pública e desrespeitando as autoridades, “como tem acontecido no Rio do Braço, Sequeiro do Espinho, Repartimento e Castelo Novo”. Fazendeiros oposicionistas, como Basílio de Oliveira, eram responsabilizados pelo número maior de desocupados e jagunços, “que andam por aí armados, provocando, espancando e assassinando, apaniguados e sequazes dos nossos adversários.”<sup>38</sup> A imprensa destaca a selvageria dos grupos de jagunços que, em dezenas, invadiam os povoados na zona do conflito. Em uma das investidas ao Sequeiro, “assassinaram mais de vinte pessoas, inclusive alguns meninos que uns jogavam nos ares e outros aparavam nas pontas do facão”. Um dos principais elementos envolvidos na luta, Berilo Deiró, “antes de ser morto à faca, sofreu a tortura e o suplício de terem-lhe

---

<sup>36</sup> CEDOC. *Jornal de Ilhéus*, “Está cumprida a missão do senhor doutor Francisco Drummond?”, n. 334, 23/2/1919, p.2.

<sup>37</sup> Id. *A Época*, “As ocorrências de Ilhéus”, n. 38, 11/08/1918, p.1.

<sup>38</sup> Id, *Ibid.*, “Apreensões infundadas”, n. 41, 1/9/1918, p.1.

arrancado os olhos, obrigando-o a andar depois dentro de casa, caindo e se levantando, debaixo das vaias dos bandidos.”<sup>39</sup>

Em *Terras do Sem Fim* os episódios sangrentos sucedem-se ininterruptamente até o desfecho do romance, com a invasão da fazenda dos Badaró e o incêndio da propriedade pelos jagunços de Horácio. A invasão da fazenda de Juca Badaró, a *Pedra Redonda*, marca, tanto na ficção quanto na história documentada nos jornais, o fim do conflito, com o declínio dos Badaró. A invasão retrata as incorporações de terra, em uma época em que a lei estava subordinada aos interesses privados. Os jagunços que atravessam o portal da sede da fazenda dos Badaró simbolizam o ato de posse de um novo senhor, Horácio da Silveira, sobre as matas do Sequeiro. Amado a descreve como “a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também”. A conquista da mata, por sua vez, sinaliza a finalização de um ciclo: “depois a gente daquela zona, de Palestina a Ilhéus, mesmo a gente de Itapira, ia contar o tempo em função dessa luta” (*Terras*, p. 210).

Relatos da saga foram incorporados por violeiros, que cantavam nas feiras quadrinhas dos acontecimentos do Sequeiro: “Fazia pena, dava dó, / tanta gente que morria. / Cabra de Horácio caía / E caía dos Badaró” (*Terras*, p. 211).

### **As descontinuidades da memória grapiúna**

É importante observar que não há apenas elementos comuns entre as narrativas literária e jornalística, com respeito ao Sul baiano. Na obra de Jorge Amado, em consonância com sua formação política, destaca-se uma preocupação acentuada com as questões sociais. Nos jornais, estes aspectos aparecem de formas mais sutis ou impregnados de preconceitos em relação às camadas urbanas populares.

Ao descrever o tecido urbano de Ilhéus, em *Gabriela, cravo e canela*, Amado traça um retrato das desigualdades sociais vigentes na sociedade cacaueteira que pouco apareciam nas páginas dos jornais locais. Um exemplo é o trecho do romance em que, ao correr a cidade em busca de uma cozinheira para o bar Vesúvio, o árabe Nacib é obrigado a percorrer os bairros proletários situados fora da zona central burguesa. A única forma de alcançar as “casinholas

---

<sup>39</sup> Id. *Jornal de Ilhéus*, “Morticínio”, n. 341, 2/2/1919, p.2.

miseráveis” no alto do morro da Conquista eram as íngremes subidas, as ladeiras enlameadas e escorregadias que ligavam-na à área comercial da cidade. O largo onde reuniam-se os retirantes nordestinos recém-chegados era significativamente chamado pelos moradores de “mercado dos escravos”. Situado por detrás da estação ferroviária, ali os coronéis “iam contratar trabalhadores e jagunços e as famílias procuravam empregadas” (*Gabriela*, p. 56).

O autor posiciona-se ao compor uma imagem positiva do comunismo e da sua atuação política junto às massas de trabalhadores urbanos, evidenciando uma clara diferença entre este discurso e o jornalístico, representante dos ideais das chamadas “classes conservadoras”. Em *São Jorge dos Ilhéus*, o contexto político pós-revolução de 30 é abordado mediante o choque ideológico existente entre os burgueses integralistas e proletários comunistas. Os primeiros habitam a área nobre de Ilhéus, enquanto os segundos moram nas zonas mais carentes da cidade. À medida que a cidade se deslocava para os morros, desaparecia o modelo ideal de urbanismo que os jornais tanto esforçavam-se em propagar como o cartão postal do Sul da Bahia:

Do morro desciam regatos de água suja, que empapavam as ladeiras que levavam ao cimo do morro da Conquista, onde se equilibravam as casas dos operários. Regatos idênticos desciam do morro do Unhão, morro de lavadeiras e marítimos. E, mais ao longe, como um bairro escondido na sua miséria, ficava a Ilha das Cobras, onde os mais pobres moravam, aqueles que não podiam pagar sequer uma cabana. Mocambos de palha, as paredes de barro batido, lugar aonde os ilheenses nunca levavam os turistas que saltavam dos aviões (p. 150).

Amado chama o local de “bairro vermelho”, por abrigar um grande número de operários da fábrica de chocolate, do porto e das estradas de ferro e de rodagem ligados ao partido comunista local. Segundo o autor, eram células fortes, mas que não tinham ainda conseguido conquistar os trabalhadores rurais, “cuja ignorância era tamanha que muitos deles não sabiam sequer se estavam na república ou na monarquia” (*São Jorge*, p. 71). Tamanha ignorância era fruto do predomínio econômico e político que os coronéis ainda exerciam sobre as massas rurais.

Os artigos dos jornais, por sua vez, recorrentemente apresentavam uma imagem desfavorável das áreas periféricas da cidade e do perfil social dos seus habitantes. Notícia publicada no *Correio de Ilhéus*, em 1929, ilustra esta atitude:

A rua Conselheiro Carneiro da Rocha, antigamente Ilha das Cobras, está considerada hoje, como importante via pública, tal o desenvolvimento que atingiu ultimamente. Reduto que era da escória social transformou-se em rua movimentada, cheia de habitações confortáveis, onde moram famílias em grande número. Não conseguiu, porém, libertar-se do meretrício barato. Dentre as horizontais(sic) que ainda infestam a Ilha das Cobras, forma na primeira linha a conhecida Garriça. A sua baiúca é o centro da cafagestagem da zona, o que constitui um sério perigo para a moral pública [Grifos nossos]. (*Correio de Ilhéus*, 29/05/1929, n. 1049, p.2).

A narrativa literária de uma saga regional, de uma civilização única na sua multiplicidade étnica, inserida em um ambiente geográfico inóspito que aos poucos “civiliza-se”, foi aos poucos incorporando novos valores expressos nas palavras insistentemente referidas: modernidade e progresso. A consolidação cultural e econômica da “civilização do cacau” introduziu novos padrões de comportamento e novas referências. Aos poucos, a maior facilidade de comunicação com grandes centros urbanos como Salvador e Rio de Janeiro levou à importação de modelos urbanísticos e de valores culturais, trazendo à região uma nova perspectiva no campo identitário. Com o progresso, o sul da Bahia incorporou novos tipos sociais que passaram a compor a paisagem humana regional, principalmente representados, na obra de Amado, na figura do exportador de cacau, como Carlos Zude, de *São Jorge dos Ilhéus*, e Raimundo Falcão, o Mundinho de *Gabriela, Cravo e Canela*.

Os detentores do capital estrangeiro são simbolicamente interpretados, pelo olhar jorgeamadiano, como os principais responsáveis pela transição do poder econômico e político, tradicionalmente em mãos dos coronéis do cacau. Uma nova estirpe econômica, progressista, urbana de tez branca e de muitos sobrenomes estrangeiros substituíra, no mando local, o tradicional coronel, retratado em Sinhô Badaró, de longas barbas e ar senhorial, lídimo representante dos antigos donos da terra. Os exportadores, por sua vez, representam a nova estrutura econômica que regerá os destinos da região e formam um universo social em separado dos grapiúnas. Há, em *São Jorge dos Ilhéus*, todo um esforço em identificar os exportadores como usurpadores dos direitos adquiridos pelos conquistadores das matas. Os representantes dos interesses do capitalismo internacional são constantemente colocados como adventícios que ainda não haviam conquistado o direito à cidadania grapiúna, o que somente viria com a posse das roças de cacau, rito de passagem do mando regional aos novos “donos da terra”.

Ao fechar-se o violento ciclo da conquista, iniciou-se o processo civilizatório de superação das práticas tradicionais. À medida que se cristalizam as mudanças no tecido social, ocorre o avanço da civilização sobre a morte. As doenças são sobrepujadas pela ciência médica e novos remédios, os assassinatos pela norma jurídica. Os costumes modernos implicam a rejeição da morte violenta, do hábito de andar armado e da presença dos jagunços das cidades. Nas ruas alargadas passam a trafegar os automóveis que, aos poucos, vão substituindo os animais de carga; inauguram-se clubes e *boites* para o lazer da elite econômica.

Os valores antigos convivem cada vez mais com o ideário civilizatório e normatizador, em combate direto às leis não escritas do tempo heróico. As transformações impostas pela riqueza da região implicam uma recusa do passado de mortes sangrentas, onde o costume e o prestígio atropelavam as normas impostas pela justiça. Já em *Cacau* há um relato das mudanças no fim da conquista, três décadas depois de iniciada:

Eu vim faz trinta anos. Já fui trabalhador de mais de cinquenta fazendeiros[...] Já fui fazendeiro também. Um dia Mané Frajelo me tomou o que eu tinha. Hoje sou trabalhador de novo. Quando eu vim p'ra aqui, Itabuna era Tabocas, Pirangi nem existia. Se matava gente que nem macaco. Foi um tar de matar gente[...] Isso foi nos bons tempos. Hoje não se mata mais ninguém. Tá tudo 'carmo' (*Cacau*, p. 176).

Amado relata a trajetória da sociedade cacaueira da fase selvagem da conquista das matas à fase civilizada e urbana. Conforme apontado anteriormente, enquanto *Cacau* e *Terras do Sem Fim* referem-se à implantação da lavoura cacaueira no âmbito da economia brasileira, *São Jorge dos Ilhéus* e *Gabriela, Cravo e Canela* tematizam as mudanças sociais típicas do período, como a urbanização e novas referências culturais distanciadas da visão social dos grandes senhores de terra. O declínio dos patriarcas rurais, em *São Jorge dos Ilhéus*, explicita essa mudança na sociedade cacaueira. Sinhô Badaró morre pobre e amargurado. Ao final da vida já não era mais apontado como o “dono da terra”, seus descendentes não mandariam como ele mandou, não herdariam terras e poder, possuiriam apenas o sobrenome lendário imortalizado na mais sangrenta luta do cacau. A perda das colheitas e dos jagunços praticamente eliminou o poder social da família Badaró em Ilhéus e Itabuna. Sem esses requisitos básicos para o exercício do mando, restava somente a humilhação e o desprezo dos inimigos. Antigos senhores de homens e de terras, Sinhô e Juca Badaró deixavam apenas a herança dos seus nomes como referência de um passado violento e heróico. O romance,

conforme nota introdutória, apesar de pretender ser uma continuidade de *Terras*, remete a uma nova fase da história da luta pelo controle das safras anuais de cacau.

A transferência da propriedade da terra para os exportadores ocorre devido ao colapso da economia e ao endividamento dos fazendeiros, com a baixa do preço das sacas nas bolsas de valores estrangeiras. A terra muda de dono. Os exportadores modificam a forma de apropriação da terra, abdicando da violência das invasões e das tocaias e introduzindo novos mecanismos, como as execuções de hipotecas dos fazendeiros e a posterior aquisição de terras em hasta pública por preços bem abaixo do valor real. Os antigos donos reagem à sua maneira tradicional. Espancamentos e assassinatos ressurgem, mas sem o efeito de épocas passadas. O desespero frente a uma outra realidade faz com que os fazendeiros falidos retomem velhos costumes, para alguns já desaparecidos, signos ultrapassados de um outro tempo.

Todos esses temas são abordados em *Gabriela Cravo e Canela*, romance apresentado pelo próprio autor como uma crônica sobre uma cidade interiorana em um momento de transição. Amado situa em meados da década de 1920 o momento das lentas, porém constantes transformações sociais. “Iam-se perdendo, no passar dos tempos, o eco dos últimos tiros trocados nas lutas pela conquista da terra”. Mas, apesar do propalado progresso material, “daqueles anos heróicos ficara um gosto de sangue derramado” (*Gabriela*, p. xviii). Uma das questões centrais do romance é o conflito simbólico entre o “progresso”, representando o futuro da região, e a “tradição”, representando o passado que se negava a desaparecer completamente.

O capital acumulado pela exportação de cacau permitiu o desenvolvimento urbanístico regional. Nas principais cidades, como Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, ardia a febre do progresso, rasgavam-se ruas, erguiam-se palacetes de centenas de contos de réis, a vida noturna nunca conhecera tal movimento. Mais lentamente mudavam os costumes dos seus moradores mais antigos, habituados a valorizar as tradições, acostumados a ver correr sangue na solução de interesses contrariados. Os grandes fazendeiros, chefiados pelo coronel Ramiro Bastos, unem-se simbolicamente na defesa de um passado recente, a época da conquista, onde tiveram o monopólio da violência e forjaram laços de fidelidade em uma série de rituais como o casamento dos filhos e o batismo de vasto número de afilhados. Em *Gabriela*, no grupo que transita em torno do exportador Falcão, estão elementos tipicamente urbanos: funcionários públicos, comerciários, jornalistas e intelectuais que se opunham à continuação dos tiros e das tocaias, das falsas escrituras e medições inventadas.

Certos costumes arraigados entre a população ainda não haviam sido varridos de todo: demonstrações de valentia, posse de armas de fogo, predomínio social masculino e o derramamento de sangue como reparação moral, costume que, transformado em “lei”, vinha “dos tempos antigos, não estava escrita em nenhum código, estava apenas na consciência dos homens” (*Gabriela*, p. xiv). Amado alerta constantemente para as permanências culturais no bojo das mudanças, o ritmo mais lento das transformações dos costumes em relação aos padrões econômicos. O ambiente ficcional está impregnado de um passado ainda vivo na memória coletiva, “quando os Badarós, os Oliveiras, os Braz Damásio, os Teodoros da Baraúnas, atravessavam os caminhos, abriam picadas, à frente dos jagunços, nos encontros mortais. Quando cada grande árvore escondia um atirador na tocaia”. Mas as permanências, “presente[s] em detalhes da vida da cidade e nos hábitos do povo”, iam “desaparecendo aos poucos, cedendo lugar às inovações[...] não sem resistência, sobretudo no que referia a hábitos, transformadas pelo tempo quase em leis” (*Gabriela*, p. 14). Passado e presente se contrapõem, antigos e novos valores colidem. A transformação social e material da região impõe uma nova configuração identitária e a morte, enquanto rito de passagem ao exercício do mando, é substituída pelos meandros da lei e das finanças.

O exportador Mundinho Falcão expressa esse momento de transição. Ao conquistar a liderança da oposição ao coronel Bastos, tradicional chefe político da região, Falcão introduz diversas modificações no universo grapiúna. Apóia a criação de clubes e jornais, abre novas ruas com casas de arquitetura moderna, financia empreendimentos como uma companhia de ônibus e luta pela exportação direta pelo porto de Ilhéus, em detrimento dos compromissos e interesses dos Bastos com políticos ligados ao porto da capital. Como representante maior dessas transformações, Mundinho é o alvo principal das críticas dos coronéis mais conservadores, é constantemente acusado de não ser um verdadeiro grapiúna, de ser um “forasteiro sem raízes na terra”, sem possuir sequer um pé de cacau plantado, sem nunca ter manchado as mãos de sangue.

Alguns coronéis de mentalidade progressista, como Altino Brandão, buscam uma conciliação entre os adversários e defendem a legitimidade política de Mundinho Falcão. Mas Ramiro Bastos não admite a hipótese de dividir o seu poder com um recém-chegado que ousava questionar os valores antigos. Levanta, perante Brandão, a questão da tradição do poder dos pioneiros que, como eles próprios, haviam desbravado a mata, que morreram e mandaram matar nas lutas pela posse de terra. A tensão entre as opiniões dos dois coronéis é expressa na passagem abaixo:

[Coronel Brandão]

Ilhéus é uma terra de forasteiro, seu coronel. A gente mesmo o que é? Nenhum nasceu aqui[...]. A gente daqui o que é que vale? Tirante o Doutor, homem ilustrado, os outros são uns restos, só serve para o lixo. Por assim dizer, a gente é os primeiros grapiúnas.

[Coronel Bastos]

Quantas vezes a gente arriscou a vida, escapou de morrer? Pior do que isso, quantas vezes a gente não teve que mandar tirar a vida dos outros? Isso então não vale nada?[...] Que vida ele arriscou? Que vida ele tirou? Onde foi buscar o direito de mandar aqui? Nosso direito a gente conquistou (*Gabriela*, p. 208).

A luta pela posse da terra havia criado entre os coronéis um sentimento de pertencimento evidenciado nas alianças políticas e familiares. Os principais líderes construíram uma liderança inquestionável perante os seus correligionários e apadrinhados, com base em compromissos assumidos na fase violenta do desbravamento. Amâncio Leal, um dos principais aliados dos Bastos, afirma esse sentimento de fidelidade: “enquanto eu for vivo, meus votos são para meu compadre Ramiro Bastos e pra quem ele indicar. Foi ele quem me deu mão forte quando a gente estava jogando a vida nessas brenhas” (*Gabriela*, p. 41). Tal devoção, ampliada na teia social, dava aos principais coronéis o predomínio político regional, indicando e elegendo parentes e afilhados como subdelegados, conselheiros, intendentess e deputados, eleição após eleição.

Mesmo na velhice, o coronel Ramiro encarnava o típico coronel do cacau, líder que à frente de seus homens tocou fogo em fazendas e cartórios, invadiu povoados e liquidou inimigos. A recente introdução de novos hábitos era vista com maus olhos por ele, acostumado a mandar sem contestação. Ramiro Bastos, inimigo das mudanças, repudiava o progresso trazido pelos novos tempos. Para o velho coronel o passado, assim como ele, ainda não havia morrido:

Ainda não morreu nem é um inútil. Querem luta? Pois vamos lutar, que outra coisa ele fez na vida? Como plantou suas roças, marcou os amplos limites de suas fazendas, construiu seu poder?[...] Como liquidara os adversários políticos? Foi rompendo a mata, o parabélum na mão, os jagunços a segui-lo [...] Ninguém esqueceu ainda essas histórias. Esse Mundinho Falcão está enganado, veio de fora, não conhece as histórias de Ilhéus, era melhor se informar (*Gabriela*, p. 61).

Em *Gabriela*, Amado aborda também as mudanças quanto à moral da sociedade regional. Tradicionalmente, a morte servia como um mecanismo de punição contra os “desvios” de conduta, de acordo com a moralidade característica do período. Entre tais “desvios”, um dos mais graves era a traição conjugal por parte das esposas, consideradas como guardiãs privilegiadas da honra do esposo e da família. Tal crime podia somente ser reparado com o assassinato dos amantes. As cenas dos velórios de Sinhazinha, esposa do coronel Jesuíno Mendonça, e do jovem dentista Osmundo, retratam a força do costume na sociedade regional. As cenas da transladação dos corpos das residências onde foram velados para o cemitério estão carregadas de simbolismo.

O espaço urbano ficcional reflete aspectos da moralidade vigente. As ruas por onde passam os caixões estão praticamente desertas. Em um momento em que se espera a solidariedade social com a dor da perda, apenas alguns poucos amigos e parentes acompanham a procissão dos mortos. Na descrição dos enterros, Amado faz uma crítica à moralidade local, em que o homicídio é um artifício aceito socialmente nas questões de honra e a vingança é legítima e esperada para o crime de traição conjugal. A abdicação do “direito de matar” os que haviam ofendido a honra familiar é inaceitável: “honra de marido enganado só com a morte dos culpados podia ser lavada”. Nem mesmo nos júris ou nas igrejas elevava-se uma voz a defender os mortos.

O autor do duplo assassinato, coronel Jesuíno, era um dos mais legítimos representantes do poder regional. Quase ninguém compareceu aos velórios e aos enterros de Sinhazinha e Osmundo. Prestigiá-los seria considerado socialmente reprovável. A atitude do coronel foi, inicialmente, unanimemente aprovada pela população: “não se elevava voz – nem mesmo de mulher em átrio de igreja – para defender a pobre e formosa Sinhazinha”. Segundo o pensamento geral, o coronel havia demonstrado ser um homem “corajoso e íntegro, como o provara durante a conquista da terra[...], muitas cruzes no cemitério e na beira das estradas deviam-se aos seus jagunços, cuja fama não fora esquecida[...], suas propriedades cresceram e seu nome fez-se respeitado” (*Gabriela*, p. 92). Um jantar patrocinado pelos correligionários de Jesuíno foi organizado como forma de desagravo ao coronel, um dos construtores da “civilização do cacau”.

Porém, há uma clara dualidade moral em *Gabriela*, indício da ainda incompleta superação das formas de comportamento mais tradicionais. Apesar dessa atitude inicial da população, no decorrer da trama há uma ruptura com relação à atitude anterior diante da

tragédia dos amantes. Dois momentos, em *Gabriela*, marcam essa transição nos costumes locais. O primeiro, a ida de Malvina, filha do coronel Melk Tavares, ao velório de Sinhazinha, verdadeiro rompimento com as convenções sociais que interditavam a presença de moça solteira em uma situação que remetia ao adultério. O segundo, a visita popular programada pelo pai de Osmundo, um próspero comerciante de Salvador, ao túmulo do filho no cemitério municipal. Diz o relato que “a romaria ao cemitério foi um sucesso, o oposto do enterro. Coroas mortuárias, as que haviam faltado no enterro; flores em profusão, as que haviam recusado ao esquife. Mármore mortuário cobria agora a cova rasa” (*Gabriela*, p.170). O apelo paterno havia comovido a maioria da população, algo recente que vinha acompanhando os novos tempos.

Ao final, a sociedade grapiúna condena a violência típica dos tempos da conquista, os costumes antigos e os privilégios inerentes à condição de grande proprietário rural. Depois de conturbado processo, a confirmação da culpa do coronel Jesuíno determina uma nova fase. Na sociedade que rapidamente moderniza-se, a violência cede ao império do progresso e da lei. Ilhéus civiliza-se, opõe-se cada vez mais ao passado bárbaro. Os assassinatos a sangue-frio passam a ser hostilizados, a sua heroicização fenece. Em um diálogo, o coronel Melk Tavares explica a um dos seus trabalhadores as mudanças ocorridas em relação à época da conquista: “naquele tempo era bom[...] Bastava ter peito, tocar para frente, liquidar quatro ou cinco que tinham a mesma tenção, e o cidadão tava rico. Aquele tempo acabou. Agora chegou o progresso, as coisas são diferentes” (*Gabriela*, p. 119).

A morte do coronel Ramiro simboliza a superação do domínio dos homens em armas. Em vida resistira ao fluxo histórico do “progresso” e à decadência do poder dos antigos “donos da terra”. “Antes que eu morra”, dizia o coronel, “ninguém vai tomar conta de Ilhéus. Nem que tenha de morrer de arma na mão. Nem que tenha outra vez, Deus me perdoe, de mandar matar[...], mesmo que Ilhéus vire outra vez coito de bandidos, terra de cangaço” (*Gabriela*, p. 211). A sua morte encerrou a época dos “barulhos” tão ao gosto dos desbravadores e jagunços. Amado aponta, então, um outro padrão comportamental surgido das transformações de cunho capitalista, a era dos exportadores.

De qualquer forma, a força social dos coronéis ainda é representada, por exemplo, no velório de Ramiro Bastos. As páginas da imprensa local, “tarjadas de negro”, elogiavam o coronel como “grande homem de Ilhéus”, lembravam a dívida da cidade perante a sua administração. O seu partido, em aviso fúnebre, convocou a população para acompanhar ao

cemitério o corpo do “inesquecível homem público, adversário leal e cidadão exemplar” (*Gabriela*, p. 333). As qualidades do morto, apontadas por Amado, servem como referência para uma imagem da elite econômica tradicional da região. A personalidade do “grande homem” perpetua-se no tempo. A lealdade é uma das mais importantes características na construção da identidade social. Ao final, a sua existência serviu de exemplo aos demais cidadãos, fornecendo um modelo de comportamento e de visão de mundo.

O velório foi realizado, como era costume na época, na principal sala da residência, invadida por uma multidão que desfilava em torno do caixão. Um dos coronéis comentou a respeito da transição do poder. O coronel Ramiro, segundo ele, “morreu antes de perder, morreu mandando como ele gostava. Era homem de opinião, dos antigos. O último que havia”. Uma das mais ostensivas provas do prestígio pessoal do morto era a presença do próprio bispo, acompanhado dos padres, da superiora do convento das freiras e das suas alunas formadas em frente à residência dos Bastos. Na saída do féretro, “os sinos de todas as igrejas dobravam finados”. As ruas estavam repletas, numerosos representantes das diversas classes sociais são citados como que em uma hierarquização: “exportadores, fazendeiros, comerciantes e gente do povo, descida dos morros, vinda do pontal e da ilha das Cobras”.

A morte do coronel alterou, naquele momento, a própria vida da cidade. O comércio cerrara suas portas em sinal de luto e, à noite, os cinemas, cabarés e bares ficaram vazios, as ruas desertas como “se todos houvessem morrido” (*Gabriela*, p. 334). Era a derradeira homenagem prestada ao homem que simbolizou um tempo que havia ficado na lembrança dos grapiúnas, o tempo dos antigos coronéis ficcionais quando se consolidou a civilização do cacau.

A consolidação do processo civilizacional é também abordada por Adonias Filho, em seu ensaio intitulado *Sul da Bahia: chão de cacau*, onde discute o comportamento e os hábitos de tipos sociais regionais e as situações por eles vividas em ciclos históricos delimitados pelo autor. O ensaio propõe-se caracterizar a especificidade do homem do cacau, elaborando uma interpretação ensaística que difere da literária, uma visão “científica” sobre as mudanças ocorridas desde a introdução da lavoura cacaueira até a consolidação de uma civilização.

O ensaio é apresentado como um estudo sócio-cultural que se pretende singular, na medida em que busca caracterizar uma civilização regional no Sul baiano. À flora e à fauna aliam-se as estruturas social e econômica, organizadas em torno do cacau, como elementos

que explicam a singularidade regional. As interpretações do ensaio reforçam a idéia amadiana de uma “nação grapiúna”, base da construção da identidade regional tão cara aos dois escritores. As formas próprias de existência são um dos aspectos definidores das características regionais. Tais características são originadas pelas distinções históricas da formação social local diferenciada das demais do Nordeste pela origem étnica e social dos seus habitantes e pelo meio ambiente onde ocorre a relação homem-natureza.

A sociedade da região cacauera da Bahia é retratada como fruto de um processo formador específico dentro do contexto nacional, que faz aparecer uma civilização culturalmente definida, “uma saga comum, na variação de processos e estilos individuais[...], todo um reino humano, geográfico e social” (*Sul da Bahia*, p. 6). Diferentemente dos seus romances, nesta obra a utilização da morte violenta no processo de acumulação de terras é relativizada. Mais do que as chacinas, teria prevalecido a violência jurídica. Só excepcionalmente o coronel de cacau agia com violência. Adonias, que interpretou ficcionalmente um passado de mortes e violência, analisa agora a consolidação da nação grapiúna assimilando-a à ordem e ao progresso implementados pelos coronéis.

Nesse aspecto, o autor não nega totalmente o passado de assassinatos e invasões de terra, mas o ameniza e o complementa, fazendo com que essa fase apareça diluída nos ciclos que ele estabelece para o contexto de formação da civilização regional. Essa construção é encabeçada pela elite do cacau, os grandes proprietários, legitimando o poder ou autoridade de um grupo. O domínio da terra corresponde ao domínio social e cultural. A visão de mundo dos pioneiros transformados em coronéis tornou-se homogênea. A trajetória desse grupo social terminou por abarcar as referências identitárias.

Apenas nos casos de desonra familiar seria acionado o jagunço, que não estaria incluído entre os trabalhadores rurais, mas seria um empregado eventual, com o coronel “não o tendo como um agregado, nem possuindo uma milícia”, o que o diferenciava do coronel do sertão (*Sul da Bahia*, p. 78). Mais adiante o autor afirma que o respeito à lei impediu o coronel de utilizar a violência nas questões de terra. Para tanto bastava a ação dos bacharéis em direito. Observa-se uma amenização do papel do uso da violência e da morte no processo da conquista da terra. A prática do “caxixe” fez do advogado, mais do que o jagunço, o principal responsável pela solução de questões de posse das roças de cacau.

Um dos tipos sociais característicos analisados em *Sul da Bahia* é o desbravador, figura que dará origem a um outro tipo social característico regional, o coronel de cacau. O desbravador violento, elevado à condição de herói pela literatura, torna-se uma figura exemplar de atuação social, cujos atos servem para disciplinar, educar o leitor nos mecanismos de formação de uma comunidade imaginária. O desbravador é um elemento que retrata a heroicidade do pioneiro. As picadas por ele abertas na mata fechada em breve se tornaram estradas onde circulavam mercadorias, homens, costumes, o que facilitou o surgimento de povoados, as futuras cidades do cacau.

O desbravador adoniano tornou singular a cultura regional e se configurou como o seu mais importante agente formador. São esses desbravadores humildes que possibilitaram a riqueza regional trazida pelo plantio do cacau. Diferentemente dos barões do café e dos barões do açúcar, esses desbravadores transformados em coronéis são fruto do próprio esforço, o que caracterizaria a formação social típica do Sul baiano a partir da introdução da lavoura cacaeira. A ausência do escravo negro é apontada como “uma das causas da diferenciação entre o desbravador e o senhor de engenho, entre o coronel nordestino criador de gado e o coronel do cacau” (*Sul da Bahia*, p. 43). Ao construir sua fortuna através do trabalho livre, inicialmente de cunho familiar, o desbravador grapiúna tem o seu poder legitimado pelo esforço descomunal na abertura das matas, avançando suas plantações de forma pacífica e ordeira, muito raramente se utilizando de meios violentos.

Em *Sul da Bahia: Chão do Cacau*, o poder econômico e social do coronel advém do seu suor e não do sangue derramado na conquista da mata. A sua origem humilde, os poucos recursos disponíveis, as imensas dificuldades enfrentadas tanto na derrubada da mata quanto na defesa das terras dão ao coronel do cacau uma legitimidade no exercício do poder regional e dos mecanismos utilizados para a manutenção desse poder. Para Adonias, “surpreende é que esse coronel, um desbravador ele próprio ou dele filho[...], se integrasse em normas morais que apenas excepcionalmente o fariam reagir com violência”. O ensaio admite que casos de morte violenta existiram, mas eram sobretudo relacionados com “o código de honra da família”, o que explicaria a utilização dos jagunços pelos fazendeiros de cacau (*Sul da Bahia*, p. 78).

Os ciclos adonianos dão conta de um homem, sua concepção e atitude perante o mundo, um homem em construção. Adonias aponta a década de 1930 como a do declínio da influência do coronel. A civilização do cacau abria espaço para novos costumes e visões de

mundo. Era o Sul baiano em fase de consolidação de um processo cultural, cuja “conscientização regional” é ratificada por uma literatura peculiar. A idéia de civilização do cacau surge no contexto histórico das mudanças sociais, econômicas e culturais advindas da ampliação das áreas cultivadas de cacau no sul da Bahia.

Segundo o autor, as fases dessa nova configuração social e econômica são conseqüências do processo cultural que estava em andamento, pois “os contatos e as inter-relações” com novos valores “provocam o complexo regional e atendem o processo de mudança” (*Sul da Bahia*, p. 33). A estrutura social e a organização econômica forneceram as normas que dariam coesão ao regional.

O processo da incorporação de terras tal como é relatado nas obras amadianas e adonianas, ora violento ora pacífico, reflete as mudanças de abordagem dos autores na construção da memória regional. Implantada a lavoura e concluída a fase sangrenta do desbravamento, inicia-se a etapa de consolidação da refinada civilização do cacau, fechando-se, desta forma, os ciclos da identidade grapiúna.